

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Thiago de Souza dos Reis

**Morte e escravidão: padrões de morte da população
escrava de Vassouras, 1865-1888.**

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles (Orientador)

Prof.a Dr.a Ângela Porto

Prof.a Dr.a Keila Grinberg

REIS, Thiago de Souza dos

Morte e escravidão: padrões de morte da população escrava de Vassouras, 1865-1888/

Thiago de Souza dos Reis – 2009.

130 f.: il.

Orientador: Ricardo Henrique Salles

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2009.

Bibliografia: f. 116-124.

1. Padrões de Morte. 2. Escravidão. 3. Vassouras. I. SALLES, Ricardo Henrique. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Morte e escravidão: padrões de morte da população escrava de Vassouras, 1865-1888.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer ser incapaz de seguir em frente sem o auxílio de uma mão amiga. Antes de todos, agradecer a Deus é mais que uma obrigação. Sem a oportunidade da vida, hoje não seriam possíveis estas palavras e não haveria a perspectiva de ir além.

Contudo, sem os poucos, mas valorosos, amigos que tanto me ajudaram durante toda minha vida, acrescentando experiências e motivações, o hoje também não seria realidade. Por isso, agradeço a Deus por todos os amigos que Ele me confiou.

Meus amigos de Mestrado, André, Anna, Carlos Augusto, Carlos Vinícius, Cecilia, Daniela, Fabíola, Mônica, Pedro, com quem sempre pude contar. Laura e Márcio, dois grandes irmãos, sem o apoio de vocês teria sido bem mais difícil.

A Iamara da Silva Viana, que gentilmente me cedeu parte de seu banco de dados sobre a população livre de Vassouras.

Meus grandes mestres, Cláudia Beltrão, Paulo André Parente e Joaquim Justino dos Santos, são para mim o exemplo a seguir.

Paulo Cavalcante e Maria Isabel de Siqueira, antes de tudo grandes amigos, com quem sempre pude contar em todas as horas. Foi com eles e com Anita Correia Lima de Almeida que aprendi a enxergar a “Instituição” com outros olhos.

Professora Ângela Porto, sempre atenciosa. Suas indicações na banca de qualificação me foram muito valiosas ao longo da escrita desse trabalho.

Keila Grinberg e Ricardo Salles me deram a primeira oportunidade como pesquisador. Sem a ajuda deles e o incentivo em todos os momentos a pesquisa não teria caminhado e chegado ao seu termo.

Aqui peço desculpas a meu irmão Diego de Souza e, principalmente, a meu pai Jair dos Reis pelos momentos de ausência nos quais não puderam contar comigo. A eles, agradeço a compreensão e o apoio incondicional.

Por fim, cabe aqui um agradecimento especial a uma colaboração sem a qual certamente esta tarefa seria ainda mais penosa. A Maria Auxiliadora dos Santos, ou simplesmente Cida, com quem dividi os meus últimos sete anos, entre o período de namoro e de noivado, agradeço toda a compreensão pelos vazios que, reconheço, deixei. A ela dedico este trabalho em reconhecimento ao seu apoio.

A todos vocês, muito obrigado!

RESUMO

Ao longo da década de 1840 no Vale fluminense do Rio Paraíba do Sul surgem propostas que demonstram a necessidade de implementar melhorias no tratamento dos escravos. Inicialmente verificamos que tais propostas propiciaram o alargamento dos espaços de sociabilidade e de direitos na comunidade escrava vassourense, com a permissão do cultivo de roças familiares pelos escravos, a formação de famílias e uma maior preocupação com a saúde, alimentação e moradia dos cativos. Após essa constatação, propusemos verificar de que modo essas propostas influenciaram o padrão de morte da população escrava no período de diminuição da produção de café na região. Assim, realizamos o levantamento dos padrões de morte da população escrava vassourense entre os anos de 1865 e 1888. Verificamos que grande parte das mortes dos escravos foram decorrentes de doenças infecto-parasitárias, destacando-se a tuberculose. Em comparação com a população escrava, a população livre apresentou padrões de morte muito próximos. Concluimos que as causas de morte dos escravos não foram alteradas, ao menos no período estudado, pelas propostas em prol de um melhor tratamento do escravo, pois as causas de morte levantadas refletem uma realidade de trabalhos excessivos e uma dieta alimentar inadequada, dessa maneira, se tais propostas foram implementadas, o foram antes de 1865.

Palavras-Chave: Padrões de Morte; Escravidão; Vassouras.

ABSTRACT

Throughout the 1840s the Vale do Rio Paraiba do Sul proposals are demonstrating the need to implement improvements in the treatment of slaves. Initially we found that these proposals have led to the enlargement of the spaces of sociability and community rights in the slave vassourense, with the permission of the cultivation of family gardens by slaves, the formation of families and a greater focus on health, food and housing of prisoners. After that finding, we proposed to see how these proposals affect the pattern of death of the slave population during the decline of coffee production in the region. Thus, we studied the patterns of death of the slave population vassourense between the years 1865 and 1888. We found that most of the deaths of slaves were due to infectious diseases, especially tuberculosis. Compared with the slave population, the population free of death showed patterns very close. We conclude that the causes of death of the slaves were not changed, at least during the study period, the proposals towards a better treatment of the slave, because the causes of death raised reflect a reality of overworked and inadequate diet, thus, if such proposals were implemented, were introduced before 1865.

Keywords: Patterns of Death; Slavery; Vassouras.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	0
INTRODUÇÃO	6
1. TERRAS E ESCRAVOS SÃO OS BENS QUE POSSUO: VASSOURAS, COLONIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA CAFEICULTURA.....	9
1.1. A ABERTURA E ORGANIZAÇÃO DE UMA FAZENDA: O QUADRADO FUNCIONAL.....	13
1.1.1. <i>A Memória do barão de Paty do Alferes.....</i>	<i>18</i>
1.2. SENHORES E ESCRAVOS NO CORAÇÃO DO IMPÉRIO: APOGEU E “GRANDEZA” DO CAFÉ.....	23
1.2.2. <i>O éthos senhorial escravista.....</i>	<i>27</i>
1.2.3. <i>Escravidão e relações: sociedade escravista madura</i>	<i>31</i>
2. SER ESCRAVO EM VASSOURAS: RITMO DE TRABALHO, ALIMENTAÇÃO, HABITAÇÃO E HIGIENE.....	47
2.1. O COTIDIANO DO ESCRAVO EM UMA FAZENDA DE CAFÉ.....	47
2.1.1. <i>O trabalho no cafezal.....</i>	<i>48</i>
2.1.2. <i>Administração da mão-de-obra</i>	<i>51</i>
2.2. A MANUTENÇÃO DA ORDEM: OS CASTIGOS	54
2.2.1. <i>“No soffrimento está a punição; do contrario não haveria castigo corporal possivel”.....</i>	<i>57</i>
2.3. HABITAÇÃO E HIGIENE	60
2.4. ALIMENTAÇÃO	66
3. PADRÕES DE MORTE DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE VASSOURAS.....	74
3.1. TRATAMENTO.....	74
3.2. CAUSAS MORTIS.....	82
3.2.1. <i>Tuberculose.....</i>	<i>101</i>
CONCLUSÃO	113
FONTES	116
MANUSCRITAS.....	116
<i>Centro de Documentação Histórica de Vassouras (CDH/FUSVE).....</i>	<i>116</i>
IMPRESSAS	116
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	125
CAUSAS RELATADAS NOS ASSENTOS DE ÓBITO DE ESCRAVOS.....	126
CAUSAS RELATADAS NOS ASSENTOS DE ÓBITO DE LIVRES.....	129

Introdução

é da conservação da escravatura que depende a prosperidade do fazendeiro. Muitos porém há que não olham para isso; conservam-nos em cloacas úmidas e pouco ventiladas; enfim, muitos há que para o preto é que menos olham; o que querem é tirar serviço enquanto ele, como um espectro, move as pernas, embora no seguinte dia se ache na eternidade.¹

A *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, editada pela primeira vez em 1847, foi escrita por Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, que receberia em 1853 o título de barão de Paty do Alferes. Em seu trabalho, o futuro Barão relaciona importantes orientações sobre a fundação e administração de fazendas. O trecho acima ressalta uma grande preocupação do autor, que era a adequada administração da mão-de-obra escrava. Segundo o autor, a má administração da escravaria gerava prejuízo. O futuro Barão, afirmava que o escravo era “o germe roedor do Império do Brasil”, mas a utilização da mão-de-obra escrava era necessária, pois a introdução de trabalhadores livres não se mostrou frutífera. Assim, as imensas extensões de terra por cultivar dependiam do braço escravo para produzir. Conservar o escravo é, então, cuidar da própria prosperidade do fazendeiro.

A crítica feita pelo Barão aos fazendeiros que não sabiam “olhar” por seus escravos é o ponto de partida para nosso trabalho. O discurso pela melhoria do tratamento da escravaria foi uma constante durante a vigência da escravidão negra no Brasil, constando de inúmeros manuais agrícolas.² O quê faz, então, da *Memória* de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck algo diferente?

A *Memória* foi um manual escrito com base nas experiências de agricultor de um dos ícones da aristocracia cafeeicultora do século XIX. A família Werneck, e seus diversos ramos, exerceu grande participação na vida política ao longo do Oitocentos,

¹ Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, “Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro”. In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria (Compil.). *De Vassouras: história, fatos, gente*. Rio de Janeiro: Ultra-set, 1978. p. 32.

² Carlos Augusto Taunay, *Manual do agricultor brasileiro*, 1ª ed. 1839, Rafael de Bivar Marquese (org.), São Paulo, Companhia das Letras, 2001; Carlos Augusto Taunay e Antonio Caetano da Fonseca, *Tratado da cultura do algodoeiro ou arte de tirar vantagens dessa plantação*, Rio de Janeiro, 1862; J. B. A. Imbert, *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional e Const. de Seignot-Plancher e Cia., 1834. Cf Rafael de Bivar Marquese, *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

auxiliando a formação e manutenção do Império após 1822. Além da importância dos Werneck, o manual em si é filho da terra objeto desse trabalho: a região fluminense do médio Vale do rio Paraíba do Sul.

O Barão foi um dos grandes proprietários de terras na região do Vale. Dono de fazendas e sítios menores, inclusive no município de Vassouras, onde se centram nossas análises.

Não bastasse isso, ao escrever a *Memória*, o Barão “deixa escapar” momentos de sua relação pessoal com os escravos. Momentos importantes para entendermos como se davam as relações dentro da esfera das grandes fazendas produtoras de café. A posição de criticar seus pares para revelar os erros na administração dos escravos é outro ponto forte dessa obra. Por isso, optamos por utilizar a *Memória* como o manual agrícola mais revisitado nesse trabalho. De certo que outros manuais também foram lidos pelos fazendeiros de Vassouras, contudo é a *Memória* que nos interessa mais por refletir a realidade por nós estudada.

Dito isto, vamos aos objetivos desse trabalho.

Partimos da idéia que havia, após a década de 1840, um crescente discurso em relação à melhoria das condições de vida dos escravos através das orientações em prol de uma administração racional da escravaria.³ Essas propostas são discutidas de forma mais aprofundada ao longo do primeiro capítulo, onde pretendemos também analisar o modelo de colonização das terras do Vale.

Nossa intenção é verificar de que modo essas propostas influenciaram os padrões de morte da população escrava vassourense. Para levantar esses padrões, utilizamos as atas de óbitos dos escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, entre os anos de 1865 e 1888. O ano de 1865 é utilizado como referência, pois nele, segundo a historiografia, tem início um novo ciclo do desenvolvimento da cultura do café em Vassouras. Concomitante a esse novo ciclo, o ano de 1865 assinala a passagem para a “escravidão madura”, caracterizada pela “tendência a uma estabilização das condições sociais de reprodução natural das comunidades de senzala, com mais equilíbrio entre os sexos, aumento do número de uniões estáveis, do número

³ Ver Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008; Rafael de Bivar Marquese, *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, especialmente o capítulo 6.

de filhos, assim como da expectativa de vida a partir da melhoria nas condições de vida dos escravos”.⁴ O ano de 1888, por motivos óbvios, encerra nossas análises.

Antes, porém, no segundo capítulo, faremos uma apreciação mais detida da realidade do escravo em Vassouras: seu ritmo de trabalho, os castigos sofridos, sua dieta alimentar, as condições de higiene às quais estava submetido e a realidade da vida na senzala. Nossa intenção com esse capítulo é avaliar o modo como o discurso sobre a necessidade da melhoria das condições de vida dos escravos agiu sobre essas constantes da realidade do “ser escravo”.

O levantamento dos padrões de morte dos escravos vassourenses, que toma lugar no terceiro capítulo, pretende auxiliar na verificação da melhoria das condições de vida dos escravos por meio da constatação das principais causas de morte dentro das senzalas para daí realizar a comparação dos resultados obtidos com os padrões de morte da população livre. A distância ou proximidade dos padrões de morte das populações livre e escrava pode conferir indícios importantes para verificarmos se houve melhoria nas condições de vida dos escravos, fim buscado em alguns dos manuais agrícolas do século XIX.

Como veremos, a tuberculose foi a principal doença a figurar como causa de morte nas populações livre e escrava, assim, ainda no terceiro capítulo, realizamos um exame mais profundo do que representava essa doença para a população de Vassouras e do Império. Utilizamos como apoio, três teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a partir da década de 1870, que versam sobre o diagnóstico, o desenvolvimento e tratamento da tuberculose.

Por fim, percebemos que a tuberculose passou a matar menos, livres e escravos, a partir de 1840 e que voltou a freqüentar os assentos de óbitos com mais recorrência a partir de 1865. Essa tendência de crescimento das mortes por tuberculose foi relacionada às fases de desenvolvimento da cultura de café, o que se mostrou bastante oportuno.

⁴ Ricardo Salles, *op. cit.* pp. 80-81, 150-154.

1. Terras e escravos são os bens que possui: Vassouras, colonização e implantação da cafeicultura

Quem observa hoje os descobertos morros em meia laranja da região do médio Vale do Rio Paraíba do Sul não acreditaria que menos de dois séculos atrás aquela região era recoberta por uma mata densa que impressionava os viajantes. Florestas de tão bela “sublimidade e grandeza”⁵, “de onde árvores se elevam à altura mais extraordinária”.⁶

Qual seria então o motivo dessa tão grande mudança? O café.

Nas primeiras décadas do século XIX, o café foi para o Vale do Paraíba do Sul o principal fator de sua transformação. Em poucos anos a terra recoberta pela mata virgem passou a abrigar grandes unidades de produção desse produto. Extensões imensas de terra recobertas por incontáveis pés de café.

Essa transformação estava no bojo de uma mudança no mercado mundial impulsionada por modificações nos padrões de consumo europeus o que gerou o crescimento da demanda, após uma estagnação secular, pelos produtos coloniais – sobretudo açúcar, café e algodão.⁷

Na colônia brasileira, tal conjuntura propiciou não só o aumento da produção nas unidades agrícolas já existentes, mas também a criação de novas unidades produtoras.⁸ A partir da década de 1820, principalmente após a Independência e a reafirmação do escravismo, o café passou a se expandir por todo o centro-sul do Império do Brasil.⁹

Na região do Vale do Paraíba do Sul, a ocupação do território foi inicialmente motivada pela abertura das vias de comunicação da capital com as primeiras minas das

⁵ Auguste de Saint-Hilaire, *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1830)*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975.

⁶ Reverendo R. Walsh, *Notices of Brasil in 1828 and 1829*, London, 1830. *Apud* Stanley J. Stein, *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, p. 57.

⁷Rafael de Bivar Marquese, *op. cit.* p. 259.

⁸ A política de concessão de sesmarias contribui para esse fim: “a datar de 1820, pode-se afirmar com segurança não haver em todo o território da Província [do Rio de Janeiro] um palmo de terra que não tivesse dono, ou não estivesse compreendido na área de uma das sesmarias doadas”. Eloy de Andrade, *O Vale do Paraíba*, Rio de Janeiro, 1989, p. 29.

⁹ Rafael de Bivar Marquese, *op. cit.* pp. 261-2.

Minas Gerais, isso por volta das últimas décadas do século XVII.¹⁰ Essas vias eram utilizadas para facilitar o abastecimento da indústria de exploração do ouro e para o escoamento de sua produção até os portos fluminenses. Ao longo delas pequenos sítios se instalaram para produzir gêneros para a provisão das tropas e alguns ranchos se especializaram na oferta de pequenos serviços de reparo requeridos por esse tipo de atividade, podendo também ofertar o pernoite. Ou seja, a economia das margens desses caminhos que recortavam a região do Vale do Paraíba do Sul dependia diretamente da economia das minas e de suas demandas.¹¹

Nessa região havia também alguns engenhos de cana já estabelecidos desde o século XVII.¹² Contudo, apenas com o declínio da atividade aurífera é que a região do Vale começa a ganhar maior destaque. Durante as décadas finais do século XVIII e as iniciais do XIX, a Coroa portuguesa, com sua política sistemática de concessão de títulos de sesmarias,¹³ interfere diretamente na colonização do Vale.¹⁴

A partir da segunda década do século XIX, o café passa a ser uma cultura em ampla expansão no Vale, incentivado pela concessão de terras e pelo crescimento de seu consumo no mercado externo. Em consequência, aos poucos a floresta intocada cedeu lugar à lavoura cafeeira. Essa fase de transformações foi descrita por Auguste de Saint-Hilaire, quando atravessava o Vale vindo de São Paulo, em 1822:

Desde ontem, começara a ver plantações de café, hoje mais numerosas. Devem sê-lo mais ainda à medida que me for aproximando do Rio de Janeiro. Esta alternativa de cafezais e matas virgens, roças de milho, capoeiras, vales e montanhas, esses ranchos, essas vendas, essas pequenas habitações rodeadas das choças dos negros e as caravanas que vão e vêm, dão aos aspectos da região grande variedade. Torna-se agradável percorrê-la. (...) Confirmaram-me o que outras pessoas já me haviam dito.

¹⁰ Cf. João Luís Fragoso, *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

¹¹ Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 31-8.

¹² *idem, ibidem*, pp. 84-5.

¹³ É importante lembrar que a partir da vinda da Família Real portuguesa, e talvez mesmo antes disso, Maria Odila L. da Silva Dias identifica o que chamou de processo de “interiorização da metrópole”, dos interesses portugueses e da administração estatal no interior da Colônia, o que acarreta não só a distribuição de terras, mas também a melhoria das comunicações entre as províncias do centro-sul. Maria Odila Leite da Silva Dias, “A interiorização da Metrópole”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *1822: dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 160-84. Há uma edição mais recente desse trabalho: Maria Odila Leite da Silva Dias, *A interiorização da metrópole e outros estudos*, São Paulo, Alameda, 2005.

¹⁴ Para a nossa região de interesse, vale ressaltar que as primeiras vilas criadas ao longo dos caminhos para as minas são: Valença, 1819; Paty do Alferes, 1820 e Vassouras, 1833.

Há apenas uns vinte anos, que se começou por aqui a cultivar o café que hoje faz a riqueza da zona.¹⁵

O cultivo do café iniciado nos primeiros sítios estabelecidos ao longo dos caminhos para as minas era complementado pelo cultivo de outros gêneros. Cana-de-açúcar, milho, feijão e outros víveres eram cultivados para atender ao consumo da própria unidade e para o abastecimento de outras áreas, o que gerava a divisão da atenção do lavrador.

Passada a primeira década do século XIX, D. João VI introduz nas regiões do Vale e no norte da província de São Paulo sementes de café que mandou vir da Costa da África, distribuindo-as aos agraciados com os recentes títulos de sesmarias conferidos por ele.¹⁶ Com a crescente demanda do mercado externo pelo café e a ampliação da oferta de mão-de-obra para a região do Vale, além dos demais incentivos, a cultura do grão passa a ser cada vez mais importante para a economia da província.

Segundo Eloy de Andrade, as exportações de café cresciam ano após ano: “em 1800 se fala em remessa para o exterior de 13 sacas de café, em 1808, 8.000 sacas; em 1810, acusa a exportação de 66.000; em 1820, 97.000; em 1830, 484.000 sacas” já em “1840, 3.463.000”. Ainda segundo este autor, em 1850, das 213.000 toneladas de café exportadas através dos portos brasileiros, 133.000 eram de procedência fluminense, ou seja, 62% do total.¹⁷

Essa dinâmica de crescimento das exportações era reflexo direto da ampliação do cultivo nas lavouras brasileiras, especialmente as do Vale, a ponto do café se transformar na principal fonte de receita da Província e do Império a partir da década de 1820.¹⁸

Contudo, não podemos atribuir o sucesso da cultura do café no Vale apenas ao potencial de suas terras incultas, à demanda externa e aos demais incentivos recebidos. Temos ainda outro fator fundamental no processo de transformação da região do Vale: o escravo.

¹⁵ Auguste de Saint-Hilaire, *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1830)*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975.

¹⁶ “D. João VI, aconselhando seu cultivo [o do café] e reiniciando e estimulando as plantações com a distribuição de sementes, lançava também a semente, no solo fecundo da Velha Província, do seu futuro econômico”. Eloy de Andrade, *op. cit.* pp. 400-1.

¹⁷ *idem, ibidem*, pp. 394-400.

¹⁸ *idem, ibidem*, pp. 394-5.

“Terras e escravos são os bens que possuo”, segundo Stanley Stein, foi essa a expressão mais recorrente nos testamentos dos fazendeiros de Vassouras ao longo do século XIX. Considera o autor que terra e escravos foram os dois principais pilares nos quais se assentou a economia cafeeira da região. A posse de escravos era condição indispensável para a solicitação e concessão do título de sesmária, pois só assim o requerente poderia comprovar a sua capacidade de trabalhar a terra pleiteada, formando um sistema de produção eficiente.¹⁹ Assim, juntamente com a terra, o escravo foi vital para a expansão e manutenção da cultura cafeeira no Vale, característica que marcaria sua economia ao longo do século XIX. Como nos mostrou Saint-Hilaire, as rendas provenientes da cultura do café eram investidas, principalmente, na aquisição de novos escravos.

São muitas as cifras – e algumas vezes conflitantes – sobre a quantidade de escravos africanos importados para o Brasil desde o século XVI. Especula-se que foram trazidos cerca de 5.848.000 cativos e que os escravos desembarcados no Brasil teriam representado 38% de todos os escravos vindos para o Novo Mundo.²⁰

No decorrer do Oitocentos, em tempos do comércio atlântico de escravos, principalmente a partir de 1820 com a expansão do café pelo centro-sul do Brasil, a demanda pela mão-de-obra escrava é crescente nessa região. Estima-se que 1.350.000 cativos oriundos da Costa da Mina, Congo, Angola e Moçambique foram direcionados especificamente para atender a essa lavoura.²¹ Desse total, 1.281.500 entraram no Brasil pelos portos do centro-sul.²²

Cessado o tráfico internacional, a Província do Rio de Janeiro continuava a ser abastecida de braços escravos através do tráfico interprovincial. Os senhores de escravos das regiões de economia decadente – sobretudo de regiões açucareiras do Nordeste – desfaziam-se de seus cativos, que eram destinados às regiões de crescimento econômico, como o centro-sul cafeeiro. É estimado que, somente entre 1852 e 1855, 26.622 escravos foram trazidos para a Província do Rio de Janeiro por meio do tráfico interprovincial. O mesmo afluxo é verificado na Província de São Paulo que teve sua

¹⁹ Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 83-5.

²⁰ The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em:
< <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces> >. Acessado em: 28/04/2009.

²¹ Kátia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 54-5.

²² The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em:
< <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces> >. Acessado em: 28/04/2009.

população escrava saltando de 80.000 em 1866 para 200.000 em 1875, também em decorrência do abastecimento via tráfico interprovincial.²³

Durante o período de desenvolvimento da cultura do café na região fluminense do Vale, esta sempre esteve ligada ao braço escravo. Somente com o fim do tráfico atlântico é que novas alternativas a mão-de-obra escrava foram testadas, com a introdução de colonos e trabalhadores assalariados nas lavouras, contudo tais iniciativas só decorreriam em sucesso efetivo próximo a abolição da escravidão em 1888.

Assim, o modelo de produção adotado foi o de *plantation*. Grandes extensões de terras cultivadas pelo braço escravo. Modelo que teve como fatores de fortalecimento a valorização do café no mercado externo, as políticas estatais de concessões de terras e o fluxo de mão-de-obra ao longo da primeira metade do século XIX.

1.1. A abertura e organização de uma fazenda: o quadrado funcional

Demarcada a sesmaria... lá partia o lavrador um belo dia, caçadeira ao ombro, escravos e cães a acompanhá-lo, a embrenhar-se na mata virgem em procura do local mais conveniente à instalação de sua moradia.

²³ Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 95. O tráfico, externo ou interno, gerou uma imensa modificação na composição da população brasileira. Através do tráfico milhões de africanos foram introduzidos desde o século XVI, o que acabou por propiciar o aumento da população negra de maneira não natural. Estima-se que entre os anos de 1840 e 1851 foram importados 371.615 escravos africanos somente para a Província do Rio de Janeiro, para além dos cativos inseridos por meio do tráfico interno (Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 51.). Assim, na segunda metade do século XIX, o número de negros e de seus descendentes passou a ser superior ao de brancos e caboclos em algumas províncias brasileiras e no Império, de modo geral. Segundo o recenseamento realizado em 1872 58% da população brasileira, da ordem de 9.930.478 indivíduos, era composta por pardos ou pretos; na Província do Rio de Janeiro, o número de indivíduos negros ou pardos correspondia a 60% do total e em Minas Gerais o grupo de pardos e pretos representava 58% da população, essa mesma característica podia ser observada nas províncias de Pernambuco, Bahia, Ceará e Paraíba do Norte, entre outras. A cidade de Vassouras contava com 39.253 habitantes, destes 20.168 (51%) eram escravos; se considerarmos negros e pardos, estes somavam 28.782, ou seja, 73% da população (*Recenseamento Geral do Brasil de 1872*). Vale lembrar que o tráfico não influiu somente na composição “racial”, étnica, da população brasileira, seus efeitos foram além desse fato, influenciando também sua composição por gênero. A preferência por escravos homens para o trabalho rural foi perene durante a maior parte da vigência do tráfico atlântico. Apenas para citar um exemplo, Stuart Schwartz detectou que o número de escravos homens das lavouras açucareiras da Bahia, durante o período de 1600 a 1830, era proporcional às variações do tráfico. Nos períodos de reforço deste – e esta era a regra geral – Schwartz verificou uma grande incidência de homens e africanos. O inverso se detectava durante os períodos de declínio da produção e, por conseguinte, do tráfico (como entre 1750 a 1770), marcado por um aumento de crioulos e crianças. Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, São Paulo, EDUSC, 2001. p. 92-93.

Fatores vários eram, então, pacientemente estudados, destacando-se, como decisivos para a escolha, a salubridade do sítio, a fertilidade do terreno, facilidade de acesso. Se algum rio ou ribeirão cortava as terras e o declive de seu bordamento nas épocas das chuvas, era certo que a fazenda surgiria de uma de suas margens.²⁴

Escolhido o melhor local para o estabelecimento da nova fazenda, o passo seguinte era a derrubada da mata para a abertura do sítio da sede e dos futuros cafezais. Em geral, a derrubada das árvores era feita entre os meses de maio e agosto, para evitar as chuvas de setembro, o que facilitava a secagem da madeira escolhida para erguer a estrutura da nova fazenda e a queimada do restante do material derrubado.²⁵

A densidade da floresta dificultava o trabalho, a relva mais rasteira, os cipós e o emaranhado de galhos impediam o acesso ao tronco da árvore a ser abatida, assim, o terreno deveria ser limpo para facilitar o processo, o que demandava mais tempo e esforço. A derrubada da mata era uma tarefa muito complexa e arriscada, só os mais experientes escravos participavam da empreitada, o senhor não podia arriscar perder os outros menos experientes. Aos escravos mais habilidosos com o machado juntavam-se homens livres, em geral caboclos, posseiros vizinhos ou agregados, para agilizar a empreitada.²⁶

Ao longo da fase de derrubada, e mesmo antes dela, o fazendeiro plantava um pequeno roçado para a subsistência de sua família, agregados e escravos, construía um pequeno rancho de pau-a-pique onde se acomodava com a mulher e filhos, além de seus escravos.²⁷ Tudo isso para tornar a derrubada mais eficiente, pois sua proximidade do sítio era um fator positivo para acelerar a implantação da fazenda.

“O primeiro cuidado que deve ter o fazendeiro (...) que vai fundar uma fazenda é procurar aguada”, pois após essas primeiras construções, deve ocupar-se da canalização do córrego mais próximo, a fim de utilizar a força da água para “tocar as fábricas”, aconselhava o barão do Paty do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, em sua *Memória sobre a fundação e costeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Continua o Barão:

A primeira obra que se deve fazer é o engenho de serrar, que fará com que a vossa fazenda vos custe metade do que custaria se o não tivesseis. Logo, deveis fazer o

²⁴ Eloy de Andrade, *op. cit.* pp. 46-47.

²⁵ Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 58-9.

²⁶ *idem, ibidem*, pp. 58-9.

²⁷ Eloy de Andrade, *op. cit.* p. 48.

moinho, o engenho de mandioca e, depois, o de pilões, ou de açúcar, se esse for o vosso estabelecimento, seguindo-se as senzalas dos pretos (...).²⁸

Derrubada a mata, o terreno limpo estava pronto para receber as primeiras sementes ou mudas de café. Dado o período de alguns anos para o início da produção do cafezal, cerca de três a cinco anos após o plantio, era comum que outros produtos fossem cultivados entre suas fileiras – milho e feijão, em geral. Estabelecido o cafezal, o fazendeiro cuidava de procurar e abrir outras áreas para os pomares e cultivo do arroz, cana, mandioca.²⁹

A partir daí, enquanto esperava pelas primeiras colheitas, o fazendeiro podia dedicar seu tempo no aprimoramento da estrutura da fazenda recém fundada. As primeiras fazendas foram planejadas como “quadrados funcionais”³⁰ que foram se aperfeiçoando ao longo do século XIX, à medida que a cultura do café tornava-se mais rentável. As grandes sedes, os palacetes dos barões do café só seriam erigidos com o auge da produção do grão, por volta da segunda metade do Oitocentos.³¹

O quadrado era originalmente formado pelo terreiro de secagem do café cercado pela casa-grande, geralmente construída sobre um morro, pelas tulhas e paióis, pelas senzalas dos escravos e demais construções como armazéns, engenhos, capela, casas de tropa, estrebaria e chiqueiros. Ao fundo desse conjunto, um pomar e horta para

²⁸ Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.* p. 32.

²⁹ Eloy de Andrade, *op. cit.* pp. 49-50.

³⁰ Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 47. Para além da organização do espaço e do trabalho decorrente do modelo adotado de disposição dos edifícios na fazenda, veremos mais adiante que o quadrado funcional tornou-se também espaço de ação simbólica para manutenção de uma ordem sociocultural estabelecida.

³¹ O barão do Paty do Alferes possuía três fazendas quando de sua morte em 1861: Monte Alegre, Manga Larga e Piedade. A mais bem estruturada e centro de seu “estabelecimento agrícola” era Monte Alegre. No inventário dos bens do Barão, a fazenda Monte Alegre tem a seu serviço 196 escravos avaliados em 396:899\$000, suas instalações são compostas por uma casa de moradia – provavelmente o Solar de Monte Alegre – avaliada em 10:500\$000, um moinho, um engenho de fazer farinha, 59 lances de senzalas (3 dos quais assoalhados), 9 lances de casas assoalhadas que serviam de enfermarias para os escravos (destes, 3 também eram forrados), 11 lances de casa para os engenhos de cana e mandioca, 5 lances assoalhados de paiol de milho, 2 lances de ferraria, uma olaria com forno, 2 lances de casas de carros, 10 lances de armazém de café e tulhas, 1 engenho de serra e armazém de tábuas, casas de agregados, ranchos nas roças, um canavial e muitos cafezais. A casa de vivenda da fazenda Manga Larga foi avaliada por apenas 2:500\$000 e a da Piedade em 5:000\$000, seus escravos juntos alcançavam o número de 207 indivíduos, muitos dos quais *sem valor*. Monte Alegre era a mais formosa entre as fazendas do Barão tendo hospedado o Imperador em 1859. Sua estrutura era reflexo da centralização das atividades do Barão, as demais mantinham apenas as instalações minimamente necessárias para suas funções. Eduardo Silva, *Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, 72-73; 142-143.

sustento da fazenda. Tudo primitivamente erigido, de acordo com as possibilidades e recursos disponíveis.³²

As primeiras fazendas tornaram-se núcleos de povoamento, reunindo não só o fazendeiro, sua família e escravos, mas agregados e posseiros do entorno. A distância entre uma e outra fazenda gerava o isolamento desses núcleos que só era rompido quando um viajante passava por aquelas paragens, em geral para solicitar pernoite. A vida social girava em torno do fazendeiro e de sua fazenda.³³

A fazenda primitiva tinha que ser auto-sustentável, a falta de comunicação e de recursos lhe impunha essa necessidade. A produção de víveres das primeiras décadas do século XIX era pequena, devia bastar para o sustento próprio. O café ainda estava se adaptando às terras do Vale e os fazendeiros detinham poucos conhecimentos técnicos para seu cultivo.³⁴

A partir da década de 1850, a produção e o lucro com o café aumentaram a ponto de ser possível abandonar o ciclo de investimento focado na expansão da agricultura e aquisição de escravos. Nas palavras de Eduardo Silva, foi a abolição do tráfico atlântico e a conseqüente elevação dos preços dos cativos que

possibilitou, com rapidez, a opulência da década de 1850. Para as grandes fazendas – que haviam adquirido grandes contingentes de escravos no período de preços baixos – a alta vertiginosa e sem precedentes da mão-de-obra escrava que se seguiu a 1850, representou uma rápida valorização da principal parcela do capital empatado na empresa – a escravaria –, garantia mais segura para a obtenção de novos empréstimos e continuidade dos investimentos na produção cafeeira.³⁵

Assim, parte do lucro podia ser reinvestida na produção, em reformas das unidades de produção como os terreiros, tulhas e armazéns ou mesmo na mudança da localização de sedes instaladas em locais inadequados ou mal conservadas, visando a melhoria e ampliação do sítio de moradia e beneficiamento do café. Esse foi um período em que novas técnicas foram empregadas no cultivo e beneficiamento do grão. Adubação do solo, pilões mais modernos, máquinas a vapor foram empregados em algumas unidades, contudo, apesar dessas e de outras inovações, a tradição de ampliar as extensões de terras cultivadas para aumentar a produção ainda perdurava, sustentada

³² Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 47.

³³ *idem, ibidem*, pp. 47-50.

³⁴ *idem, ibidem*, pp. 47-50.

³⁵ Eduardo Silva, *op. cit.* p. 188.

pelas crescentes safras do período de apogeu.³⁶ Quando a produção dos cafezais diminuía era mais rentável derrubar novas matas e abrir novas áreas de cultivo. Aumentava-se a produção e não a produtividade.

A década de 1840 representa um momento em que os fazendeiros começam a se questionar sobre o modo como cultivaram o solo nas décadas anteriores. A partir desse período crescem as críticas aos métodos adotados pelos fazendeiros na lavoura do café, tidos como arcaicos, baseados em um sistema que esgota o solo, pondo em risco o futuro de uma lavoura que acaba de atingir o auge de sua produção. Nesse aspecto, é valiosa a observação que Stanley Stein tece sobre tal conjuntura, quando analisa os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro de 1º de abril de 1848 e de 1º de agosto de 1859:

Apanhados, assim, entre a rápida diminuição de reservas florestais e o preço ascendente de gêneros alimentícios e escravos, os fazendeiros eram agora criticados pelos seus **métodos agrícolas tradicionais e incontestados**. Ao escrever em 1848 que a “**rotina** à qual a maioria de nossos fazendeiros se condenou” foi responsável pela diminuição da qualidade do café do Rio, o presidente da província fez uma declaração que seria repetida ao longo do século. Onze anos mais tarde, outro registro provincial censurava o “**espírito de rotina** que domina muitos de nossos fazendeiros”.³⁷ (Grifos nossos)

Ainda sobre essa conjuntura, Stein prossegue, agora analisando o comentário de Caetano Furquim de Almeida:

um comerciante com interesses em Vassouras e no Rio, desesperado com o método que convertia encostas férteis em montes de terra estéril declarou: “Uma vez que nenhuma tentativa tem sido feita para melhorar o solo – nenhum fertilizante, nenhuma irrigação, nem o uso de qualquer método – a terra acabou se desgastando rapidamente”. Depois resumiu sua observação numa frase: “**O solo é cultivado com métodos e instrumentos de 300 anos atrás**”.³⁸ (Grifos nossos)

Nesse mesmo período, o francês Charles Ribeyrolles, analisando a utilização das queimadas para abertura de novas áreas de cultivo, é taxativo:

a província do Rio de Janeiro, opulentíssima naquele momento, devendo quase toda a riqueza ao café, não tardará a decair. Quando estivessem pelados os seus últimos

³⁶ Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 64-7.

³⁷ *idem, ibidem*, p. 76.

³⁸ *idem, ibidem*, pp. 76-7.

morros, esgotando-se-lhes a terra sob as lavouras absorventes, só lhes restariam os cereais, o capim e algumas campinas de cana.³⁹

É interessante ressaltar que, apesar das críticas ferrenhas ao sistema de produção e às técnicas de cultivo, a região fluminense do Vale foi nessa época a maior produtora de café do Brasil, respondendo por uma imensa parcela da produção nacional desse gênero. Mesmo que a produção de café na região de Vassouras tenha sido desenvolvida a partir de técnicas agrícolas tradicionais, alcançou grandes safras – resultado direto das grandes áreas cultivadas, que eram constantemente renovadas com a expansão da lavoura para novas áreas, antes ocupadas por matas virgens. Os críticos desse sistema argumentavam que ele era baseado em um ciclo vicioso, pois com a escassez de matas para a expansão da lavoura a produção estaria seriamente comprometida, visto que, nesse sistema, o cafezal tem sua produtividade reduzida significativamente, quase que à metade, por volta dos quinze anos de idade.⁴⁰

Assim, nesse cenário de técnicas agrícolas totalmente arraigadas pela tradição, as características básicas empregadas no cultivo do café foram perpetuadas, mesmo havendo crescentes críticas a tal modelo.

1.1.1. A *Memória* do barão de Paty do Alferes

Representativo desse período de crítica aos métodos empregados na lavoura do café é o manual do barão de Paty do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck: *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Nesse manual agrícola, de 1847, o futuro Barão, relata sua experiência como fazendeiro e suas aspirações com relação ao futuro de seu ofício e propriedades. Através da observação das práticas cotidianas, ataca os métodos tradicionais de cultivo e orienta o leitor a empreender mudanças nos métodos até então vigentes. Em outro momento, procuramos analisar as propostas do Barão em sua *Memória* e verificamos que seu discurso apesar da crítica à tradição, em favor da ciência, não propõe um rompimento com a mesma, ao

³⁹ Charles Ribeyrolles, *Brasil Pitoresco*, 2º vol, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, pp 231-3.

⁴⁰ Cf Stanley J. Stein, *op. cit.*

contrário, suas sugestões são adaptações das técnicas utilizadas que visam a manutenção e perpetuação das mesmas.⁴¹

Como poderia a técnica empregada em uma cultura de sucesso e altamente lucrativa ser alterada por conta de críticas baseadas em teorias de cunho cientificista, até então de pouco valor para aquela sociedade?

De certo que tais críticas não surtiriam efeitos consideráveis sobre a técnica empregada na cultura do café. Isso se explica, uma vez que a maneira de administrar uma fazenda e, principalmente, a técnica utilizada na cultura do café encontravam justificativas históricas para se perpetuarem, pois durante a metade do século XIX,

uma nova colheita havia se adaptado com sucesso onde a terra anteriormente jamais havia sido cultivada. Os preços sempre em ascensão e o rápido crescimento na produção de café justificavam a expansão contínua; e mesmo se a justificativa fora mais geral, a dúvida é se as técnicas poderiam ter progredido além daquela **rotina aperfeiçoada**, defendida por Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, de Vassouras, Barão de Paty, em sua *Memória*.⁴² (Grifo nosso)

Dessa maneira, podemos dizer que a prática agrícola já havia se institucionalizado, já era regida por relações constantes, ou seja, já teria alcançado uma ordem ou padrão social, que se reproduzia ao longo do processo histórico.⁴³ Concomitantemente a isso, a falta de interferência de agentes externos concorrentes, fortes o suficiente para imprimir mudanças substanciais nas relações vigentes, acabava por perpetuar a prática agrícola pela lei, pelo costume, pela educação, pela cultura e/ou pela tradição⁴⁴, nesse caso, sobretudo por esta última.

Nada mais esclarecedor que as palavras do filho do Barão, Luiz Peixoto de Lacerda Werneck:

⁴¹ Thiago de Souza dos Reis, *A memória, a família e o Barão: o discurso de repulsa ao atraso e os mecanismos de manutenção da tradição*, In: Diálogos e Aproximações: Seminário de Pesquisa de Pós-Graduação em História da UFRJ, 2008.

⁴² Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 78.

⁴³ O conceito de *instituição* aqui empregado está em consonância com a corrente do neo-institucionalismo, especialmente filiada às concepções de Ronald Jepperson, Walter Powell, Paul Dimaggio e Paulo Dourado de Gusmão, às quais iremos recorrer ao longo desse trabalho. Cf Ronald Jepperson, “Instituciones, Efectos institucionales e Institucionalismo”, In: Walter W. Powell & Paul J. Dimaggio (Org), *El Nuevo Institucionalismo en el Análisis Organizacional*, México, Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 193-215.

⁴⁴ Paulo Dourado de Gusmão, *Introdução ao estudo do direito*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 36.

Os nossos costumes, a nossa maneira de viver, a nossa organização, a disposição de nossas idéias e de nossas tendências ressentem-se da atmosfera em que nascemos, do círculo em que nos criamos, da sociedade onde nos educamos.⁴⁵

A consciência do erro não gera, necessariamente, o acerto.

Fato que esse processo de institucionalização das práticas agrícolas, ao menos no caso estudado, se mostrou bem-sucedido, pois se deu mesmo sob críticas ou sob influências de “idéias estrangeiras de cunho científico”.⁴⁶ De certo que os fazendeiros enfrentassem escolhas a todo tempo, mas “ao fazê-lo buscavam orientação na experiência dos seus pares, em situações semelhantes e em relações com padrões já estabelecidos”⁴⁷, por isso as “idéias estrangeiras” não se mostraram suficientemente fortes para provocar mudanças significativas nas relações já estabelecidas, ao menos nas décadas de grande produção.

Contudo, a obra do Barão também primava por mudanças. Sua *Memória* destaca-se pelo valor dado à organização do espaço da fazenda enquanto fundamento facilitador do trabalho, amplificando seus resultados. Dessa maneira, tece diversos comentários acerca dos modelos de construção a serem empreendidos, dos lugares mais adequados para o cultivo de pomares e hortas visando suprir as demandas internas da fazenda e para as lavouras comerciais; nesse ínterim dá especial atenção à necessidade de abertura de vias de comunicação entre os locais de produção que maximizem os benefícios com os mesmos esforços empregados.

Um outro ponto que devemos ressaltar é a crítica que Francisco Peixoto de Lacerda Werneck faz às queimadas cujos “fogos que por descuido lavram anualmente às vezes as melhores localidades, tornando estéreis terrenos que podiam dar avantajado produto”.⁴⁸ Mesmo assim, entendemos que a *Memória*, apesar de seu tom crítico às técnicas agrícolas vigentes e das mudanças necessárias ressaltadas, não primava pelo

⁴⁵ Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, *Ideias sobre colonização precedidas de uma succinta exposição dos princípios gerais que regem a população*, Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1855. *Apud* Eduardo Silva, *op. cit.* p. 42.

⁴⁶ “(...) as idéias estrangeiras pouco podiam impressionar os fazendeiros, que às vezes mal podiam assinar seus nomes, muito menos dedicar tempo à leitura de um manual que freqüentemente não passava de teoria, quando não de uma simples compilação de técnicas que evoluíam em terras estrangeiras. Outras indagavam por que deveriam se preocupar com um tipo de exploração agrícola que poderia ser inaplicável aos solos do Brasil. De qualquer maneira, não tinham alguns dos autores de manuais advertido contra os teóricos agrícolas?”. Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 78

⁴⁷ Walter W. Powell & Paul J. Dimaggio, “Introducion”, In: Walter W. Powell & Paul J. Dimaggio (Org), *op. cit.* p. 44.

⁴⁸ Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.* p. 45.

abandono total dos hábitos antigos, somente procurava alterá-los de maneira a maximizar os resultados com os mesmos recursos empregados no processo produtivo.

Ainda sobre as queimadas, o Barão entende que

O maior desperdício se encontra em quase todos os lavradores não só deixando apodrecer as madeiras sobre a terra, podendo-as conduzir e recolher para armazém, como mesmo lançando-lhes fogo com o maior sangue-frio, como que se estivessem fazendo uma grande coisa.

Sem dúvida que não se podem lançar abaixo e cultivar nossas matas virgens sem se lhes lançar fogo, porém está da vossa parte acautelar quanto ser possa a ruína total de preciosidades que, reduzidas a cinzas, nem vós nem vossa décima geração tornarão a encontrar nessa terra devastada. (...)

É, pois, tal o desmazelo que há sobre este importante ramo, que mete dó e faz cair o coração aos pés daqueles que estendem suas vistas à posteridade e olham para o futuro que esperam a seus sucessores.⁴⁹

Toda essa falácia em relação às queimadas, no fundo tinha um único motivo, que passa longe da preocupação com a redução da fertilidade dos solos e da posterior facilitação da erosão dos mesmos: o desperdício da madeira, sobretudo os “paus de lei”. Mantinham-se os métodos fundamentais, arcaicos, apenas objetivando a maximização das vantagens obtidas com os mesmos.

Naquilo que concerne à mão-de-obra da lavoura, o Barão referia-se à escravidão como se fosse o “germe roedor do Império do Brasil e que só o tempo poderá curar”.⁵⁰ Contudo, na sua visão, era o único tipo de mão-de-obra possível, mesmo que seu preço à época não condissesse com a renda que dele se podia tirar, isso somado ao inicial fracasso dos projetos de imigração de colonos europeus e asiáticos.

Diante dessa realidade, o autor da *Memória* elabora suas orientações em uma política baseada na cessão de certos direitos aos escravos, como o direito às folgas nos domingos e dias santos, ao pedaço de terra para o cultivo de pequenas roças, a roupas adequadas, a formação de famílias, o que dava direito também a espaços reservados dentro das senzalas, costumeiramente chamados de cubículos.⁵¹ A adoção dessas

⁴⁹ *idem, ibidem*. p. 34.

⁵⁰ *idem, ibidem*. p. 36.

⁵¹ A cessão de certos direitos aos escravos nessa época, nos fins da primeira metade do século XIX, está consoante com a historiografia atual. Para conferir o debate atual da historiografia acerca do reconhecimento dos direitos dos escravos ver, entre outros: Manolo Florentino & José Roberto Góes, *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*, Rio de Janeiro,

medidas visava *suavizar* o modo de produção, se é que isso seria possível. Mas tal cessão ou reconhecimento era acompanhado de perto pela exigência da disciplina no trabalho, na execução de tarefas e metas, onde qualquer desvio deveria ser punido. Nas palavras do Barão “o senhor deve ser severo, justiceiro e humano”.⁵²

Apesar de sua argumentação muitas vezes ser amparada nos erros dos outros, como no caso da relação com a escravidão e das queimadas, a *Memória* também encontra amparo na fundamentação de experiências e conselhos de familiares. Dessa maneira, o discurso se ampara também na tradição familiar, o que reforça e amplia sua credibilidade junto àquela sociedade. Vejamos:

Ainda existe hoje, em frente à casa de meu pai, um cafezal que foi decotado tendo trinta anos, e ainda nele se encontravam ótimas árvores carregadas de frutos (...).⁵³

(...) Lembro-me de dizer-me meu sogro uma vez: Tenho governado mais de mil escravos, dirigido muitos trabalhadores forros, mas nada me tem dado tanto que fazer como a camarada da tropa.⁵⁴

Era a voz da experiência falando. Experiência acumulada por gerações que auxiliaria o Barão no trato da lavoura, de seus escravos e tropa. Mesmo que as propostas contidas na *Memória* à primeira vista possam parecer inovações técnicas, não passaram de “aprimoramentos da rotina” que visavam o aperfeiçoamento dos métodos em uso já existentes.

O discurso de repulsa ao atraso e aos métodos agrícolas arcaicos, exposto na *Memória*, não parece ter sido posto em prática, tendo somente figurando como retórica. Podemos constatar que tal discurso não objetivava em si a mudança dos fundamentos pátrios daquela sociedade senão sua adaptação visando a sua perpetuação, visto que já

Civilização Brasileira, 1997; José Flavio Motta, *Demografia histórica, família escrava e historiografia: relações familiares em um plantel de escravos em Apiaí (SP)*, Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica, São Paulo, ABPHE – FEA/ USP, 2001; Robert. W. Slenes, *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

⁵² Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.* p. 37. É interessante ressaltar que o *cativo justo* proposto pelo Barão, discurso comum nos manuais agrícolas das décadas de 1830 e 1840, é uma retomada de modelos presentes no Brasil desde o período colonial, que seria retomada novamente nas décadas de 1860 e 1870. Cf Silvia H. Lara, *Campos da violência: Escravos e Senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, São Paulo, EDUSC, 2001 e, do mesmo autor, *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

⁵³ Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.* p. 41. É importante ressaltar que em 1847, o pai do Barão, o Sargento-Mor Francisco Peixoto de Lacerda já havia falecido.

⁵⁴ *idem, ibidem.* p. 52.

se encontravam há muito institucionalizados, sendo reproduzidos por mecanismos de respaldo através do costume, tradição e cultura dentro daquela sociedade ao longo do processo histórico.⁵⁵

Parte desse processo, a relação entre senhor e escravo também merece nossa atenção, pois, além de terras, os escravos foram vitais para o desenvolvimento do café no Vale. Assim, vejamos como se moldou a relação entre senhor e escravo durante as fases de desenvolvimento da cultura cafeeira no Vale.

1.2. Senhores e escravos no coração do Império: apogeu e “grandeza” do café

A atual historiografia identifica quatro fases no desenvolvimento econômico da cultura do café em Vassouras entre os anos de 1821 e 1880: implantação, 1821 a 1835; expansão da produção de café e da *plantation* escravista, 1836 a 1850; apogeu, 1851 a 1865; e grandeza, 1866 a 1880.⁵⁶

Nosso ponto de interesse mais detido é o período denominado “grandeza”, ou seja, os anos de 1865 a 1880. Segundo Ricardo Salles, o ano de 1865 assinala a passagem para a “escravidão madura, uma nova conjuntura internacional e o debate sobre a liberdade do ventre da mulher escrava, que culminará com a Lei de 28 de setembro de 1871”, já o ano de 1880, é considerado marco, pois tem início aí a ampliação do movimento pró-abolição que pautaria mudanças nas relações da sociedade durante toda a década final da escravidão no Brasil.⁵⁷

Do ponto de vista desse trabalho, é importante destacar que o período selecionado para nossas análises é marcado por críticas à escravidão enquanto instituição até então amplamente difundida no tecido social brasileiro. Não custa lembrar que durante a maior parte da segunda metade do século XIX

o escravismo continua sendo a base essencial da grande lavoura, centro econômico e social do Império brasileiro. As pressões sociais, as contradições do escravismo sem

⁵⁵ Para uma análise mais abrangente da *Memória* do barão do Paty do Alferes, ver Thiago de Souza dos Reis, *A memória, a família e o Barão: o discurso de repulsa ao atraso e os mecanismos de manutenção da tradição*, In: Diálogos e Aproximações: Seminário de Pesquisa de Pós-Graduação em História da UFRJ, 2008.

⁵⁶ Ricardo Salles, *op. cit.* pp. 150-4.

⁵⁷ *idem, ibidem*, p. 150.

tráfico, o processo de abolição progressiva e, ao mesmo tempo, as diferentes experiências na introdução de imigrantes, marcam a crise do sistema.⁵⁸

Em outras palavras, “o fato é que o Império era o escravo, mas esse era o não-dito do século XIX brasileiro, ainda que todos o soubessem”.⁵⁹

Nos anos iniciais da década de 1850, encontrava-se Vassouras em seu apogeu. Na lavoura cafeeira eram colhidas as melhores safras. Contudo, já não existiam as extensas áreas de matas virgens, essenciais para a expansão da lavoura e manutenção de sua alta produção, e não mais afluíam as enormes massas de trabalhadores escravos para seus campos como antes, devido ao fim do tráfico internacional, o que acarretaria no encarecimento e envelhecimento da mão-de-obra.

Mas a vida social era pujante. Os grandes senhores de terras, proprietários de amplos plantéis de escravos, erguiam as grandes e faustosas sedes de fazenda. Iniciava-se a era dos baronatos. As tensões entre os senhores e seus cativos mudaram de forma, a riqueza proveniente do café permitiu que os senhores cedessem diante de algumas reivindicações – poucas é claro, mas significativas – por melhorias nas condições de vida de seus escravos. Os plantéis tomaram nova dinâmica, a criouliização suavizava as discrepâncias anteriores entre os sexos e as idades. A formação de famílias escravas era um fato.⁶⁰

Todavia, essa “época de ouro” não durara muito. Em poucos anos uma nova realidade seria moldada. Já na metade da década seguinte, a população escrava se mobilizava em busca de direitos e de novos espaços dentro da sociedade. Somado a isso, a produção cafeeira encontrava-se em declínio, lento, mas gradual.⁶¹

Para Ricardo Salles, no período denominado “grandeza”, Vassouras teria experimentado um lento declínio na produção de café, este decorrente do envelhecimento das lavouras já estabelecidas, da inexistência de áreas de matas virgens para o plantio de novas mudas e da mudança dos interesses dos grandes proprietários, cada vez mais interessados pela vida na Corte. Contudo, mesmo diante desses percalços e de outros mais, como a crescente busca dos escravos por novos espaços sociais e de direitos, o conjunto da produção de café ainda se mostrava eficiente e lucrativo,

⁵⁸ Eduardo Silva, *op. cit.* p. 177.

⁵⁹ Ricardo Salles, *op. cit.* p. 171.

⁶⁰ *Idem, ibidem.* p. 171.

⁶¹ *Idem, ibidem.* p. 171.

principalmente diante da perspectiva – em tempos de proibição do tráfico internacional de escravos – da reprodução natural da população escrava.⁶²

Mas no cenário nacional, a escravidão passava por sucessivos embargos. A crise se intensificaria a partir da década de 1870, especificamente com o início do debate em torno da liberdade do ventre escravo. Muito apropriado ao caso brasileiro é o comentário de Aléxis de Tocqueville sobre a emancipação da escravidão africana nas colônias francesas de meados do XIX: “A escravidão é destas instituições que duram milhares de anos sem ninguém se dar ao trabalho de se perguntar por que ela existe”.⁶³

Isso porque, segundo Mary Douglas, “as instituições criam lugares sombreados no qual nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita”.⁶⁴ A autora aponta que as instituições “se baseiam na natureza e, em consequência, na razão. Sendo naturalizadas, fazem parte da ordem do universo e, assim, estão prontas para fundamentar a argumentação”⁶⁵, pois

quanto mais as instituições abrigam as expectativas, mais elas assumem o controle das incertezas, com um efeito a mais: o comportamento tende a conformar-se à matriz institucional. Se tamanho grau de coordenação for alcançado, a confusão e a desordem desaparecem. [...]

Elas começam estabelecendo regras e normas e, eventualmente, podem acabar acumulando todas as informações úteis. Quando tudo está institucionalizado, nenhuma história ou nenhum outro dispositivo de acumulação são necessários: “A instituição diz tudo”.⁶⁶

Contudo, segundo Tocqueville, é quase impossível manter a escravidão a partir do momento em que se faz a pergunta: porquê ela existe?⁶⁷

O imperador Pedro II, na Fala do Trono de 22 de maio de 1867, dá o tom do debate, que se intensificaria alguns anos mais tarde, quando recomenda a discussão da abolição do trabalho escravo:

O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, **respeitada a propriedade atual e sem**

⁶² *Idem, ibidem*, p. 171.

⁶³ Aléxis Tocqueville, *A emancipação dos escravos*, Campinas, Papirus, 1994, p. 13.

⁶⁴ Mary Douglas, *Como as instituições pensam*, São Paulo, EDUSP, 2007, p. 82.

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 61.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, pp. 57-8.

⁶⁷ Aléxis Tocqueville, *op. cit.* p. 13-4.

abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura – sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação.⁶⁸ (Grifos nossos)

A questão do emancipacionismo escravo, sua antecipação ou adiamento como medida de manutenção da ordem imperial, estava na ordem do dia. Esse é um dos principais temas discutidos em *Nostalgia Imperial* por Ricardo Salles. O autor desenvolve uma ampla análise em que demonstra que as políticas empreendidas pelo Estado refletiram a tentativa de “antecipar o futuro”, de controlar a “torrente” que se anunciara, mesmo sob pressão de diversos grupos com interesses muitas vezes conflitantes, esse tom *conciliador* do Estado fica claro no discurso do Imperador.⁶⁹

De fato, a escravidão passava por um momento de mudança, pois já não encontrava legitimação em boa parte dos setores da sociedade, principalmente após a década de 1870.

Assim, encravada em um processo histórico dinâmico, a escravidão passou por adequações ao longo de toda a sua existência no Brasil, moldando-se às necessidades e anseios da sociedade, mas perpetuando-se até 1888. Por isso, a ênfase na importância de observarmos a escravidão enquanto instituição, ou seja, como um modelo de ação social,

estratificado historicamente, destinado a satisfazer necessidades vitais do homem e a desempenhar funções sociais essenciais, perpetuado pela lei, pelo costume e pela educação.⁷⁰

É nesse conturbado cenário, posterior ao “apogeu” econômico de Vassouras e marcado pela crise do sistema escravista, que pretendemos desenvolver nossa análise. Teremos como norte as ampliações das tensões entre os mais diversos setores da sociedade, fruto da inquietação frente às constantes reivindicações – não só dos escravos, mas também de outras frentes – pela melhoria das condições de vida dos cativos e, concomitante a isso, as ações do Estado Imperial, que cada vez mais empreendia medidas de regulação, cerceamento e desestímulo a instituição escravista – o que acabaria culminando com a lei de 1888, justificando a eleição desse ano como marco final de nossas averiguações.

⁶⁸ Apud Ricardo Salles, *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, p. 159.

⁶⁹ Ricardo Salles, *Nostalgia Imperial*, pp. 158-67.

⁷⁰ Paulo Dourado de Gusmão, *op. cit.* p. 36.

1.2.2. O *éthos* senhorial escravista

Para os “barões do café”, a própria institucionalização da nobiliarquia teve, na prática, a atribuição de honrarias subordinadas ao enriquecimento, poder e prestígio decorrentes da propriedade sobre terras e homens.⁷¹

Como vimos, a colonização do Vale e de Vassouras esteve intimamente ligada ao comércio das minas. Muitos comerciantes dessa atividade também foram pequenos proprietários de terras ao longo dos caminhos do ouro.⁷² Eram mineiros, tropeiros, provenientes da Província de Minas Gerais, que com suas mulas e escravos assentaram moradia nessa região do Vale. Alguns desses pequenos proprietários são os patriarcas das famílias que num futuro bem próximo viriam a ser as mais importantes da aristocracia cafeeira do Vale.

As famílias Nogueira da Gama, Carneiro Leão, Ribeiro de Avelar, Pais Leme, Souza Breves, Teixeira Leite, Correia e Castro, Werneck e seus ramos, foram as que mais se destacaram na colonização do Vale, conseguindo transformar grandes extensões de matas em inúmeras fazendas dedicadas, sobretudo, a produção do café. Ao longo do século XIX, ao passo que o café se valorizava, amealharam fortunas incalculáveis em bens de diversas naturezas. Mas, a base da riqueza não poderia ser outra, senão terras e escravos, o que lhes garantiu poder político-militar e prestígio social naquelas paragens e em todo o Império.⁷³

Legar aos descendentes seu patrimônio era a garantia da manutenção de sua influência. Entretanto, o grande número de filhos das ricas famílias oitocentistas podia pôr em risco a transmissão das propriedades, causando a sua divisão. A conservação da fazenda pela transmissão de propriedade era muito importante. Com esse propósito, era comum que as famílias dos senhores de terras e escravos realizassem casamentos internos, seja na mesma família ou com herdeiros de outras famílias que participassem

⁷¹ Eduardo Silva, *op. cit.* p. 39.

⁷² Cf Alcir Lenharo, *As tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*, 2ª ed, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade, 1993.

⁷³ Para termos idéia dessa riqueza, basta lembrar que Joaquim José de Souza Breves, tido como o maior senhor de escravos do Brasil, chegou a possuir mais de 6 mil escravos e 20 fazendas. Suas terras estendiam-se por vários municípios da Província do Rio e chegaram a produzir juntas cerca de 300 mil arrobas de café por ano. Eduardo Silva, *op. cit.* p. 35.

do mesmo círculo social.⁷⁴ Assim, evitava-se a divisão das propriedades ao mesmo tempo em que se firmava alianças de sangue com outras famílias importantes na região.

Dessa maneira, os grandes cafeicultores consolidavam sua rede de influência no círculo sócio-político do qual participavam, ampliando-o ao longo das gerações, seja por acumulação de terras e escravos ou por acumulação de prestígio e poder naquela sociedade.

A acumulação de bens e a valorização do café garantiram aos descendentes dos pioneiros a construção de um estilo de vida próprio caracterizado pelo fausto, mas que não se detinha somente a este. Para Ricardo Salles, esse período que coincide com o apogeu da cultura do café, “correspondeu à consolidação e à difusão do *éthos* senhorial-escravista. Construíram-se as luxuosas casas de morada como sede de fazendas e símbolos de ostentação e riqueza”.⁷⁵

Doações para obras públicas e hospitais, amparo a viúvas desamparadas, custeio dos estudos de afilhados e agregados na Corte, empréstimos a amigos endividados, alforria de escravos, funerais suntuosos, missas, batizados, casamentos, festas, muitas festas, bailes nos solares das fazendas, tudo isso fazia parte da rotina dos fazendeiros e de sua vida faustosa. Não se eximiam dos deveres cívicos, zelando pela ordem – sujeitando o escravo à disciplina, evitando rebeliões –, discutindo soluções para os problemas de sua sociedade, investindo e trazendo melhorias para sua cidade.⁷⁶ Dessa maneira, a elite cafeicultora deu sustento ao desenvolvimento de

uma cultura e [de] um *éthos*, isto é, comportamentos, modos de ser, valores, identidades, lugares sociais, que delimitaram espaços de redes de poder ancorados nesse conjunto histórico.⁷⁷

Um comentarista desse período escreveu que “no Vale, entre titulares e ricos fazendeiros, a fortuna favoreceu também a hábitos e costumes tolerados na época, e hoje, apontados como ridículos e extravagantes”. Lembrava que para compreender a

⁷⁴ Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 41-2.

⁷⁵ Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p. 151.

⁷⁶ Eloy de Andrade escreveu o testemunho de um vassourense, Raul Fernandes, que é uma passagem bem ilustrativa sobre essa rotina faustosa: “Em minha infância conheci família de cujos membros varões o menos graduado era comendador da Ordem da Rosa, em cujo solar uma Alteza Imperial pode ser recebida com luxo aparatoso sem que nada se comprasse especialmente para esse dia; que tendo tido voto preponderante na eleição de um deputado no círculo de sua influência, e vindo a saber que o eleito estava alienado por dívidas avultadas, mandou saldar tais dívidas para que o mandato se desempenhasse com sobrançeria”. Eloy de Andrade, *op. cit.* p. 195.

⁷⁷ Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p. 53.

vida faustosa dos senhores de escravos, “é bastante lançar um olhar sobre os túmulos e mausoléus dos cemitérios de Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São Fidélis e Cantagalo”.

(...) Os túmulos do Barão de Itambé, em Vassouras e o do Visconde do Rio Preto, em Valença, são verdadeiras obras d’arte. O do Visconde é uma cópia fiel e com as mesmas dimensões do túmulo de um príncipe real existente no Père Lachaise. E muitos outros foram importados.

“Qual não seria a riqueza dos vivos, pergunta um historiador, que puderam conduzir, através dos mares, essas montanhas de mármore para dedicá-las à memória de seus mortos?”.⁷⁸

A opulência das décadas de 1850 e 1860 propiciou, como já dissemos, a melhoria da estrutura nas fazendas. Essa opulência atraiu muitos artífices, mestres em carpintaria e em trabalhar a pedra, e artistas de todo o tipo, principalmente pintores e retratistas, que percorriam as melhores fazendas oferecendo seus serviços. O estilo neoclássico regia a ornamentação das fachadas e dos interiores das novas casas-grande.⁷⁹

Mas a fazenda já não era o centro da vida social, é claro que ela ainda desempenhava um papel fundamental, pois era dela que provinha a base econômica para o sustento desse modo de vida. O senhor extrapolava o círculo restrito da fazenda de seus antepassados pioneiros na colonização do Vale. A fazenda da época de ouro do café já não era somente um negócio. As reformas davam o tom do peso simbólico que as novas construções exerciam,

mais do que um negócio, implantava-se um estilo de vida. Estilo que extrapolava as práticas e as vivências sociais dos fazendeiros para além de suas dimensões imediatas, pessoais, familiares, econômicas e sociais. Tais práticas estendiam-se para a dimensão simbólica, visando projeção no tempo, além do âmbito de uma geração, e no espaço, além da fazenda e da região. Mas, antes de tudo, projetava-se para o presente, para a Corte e para outros fazendeiros e, principalmente, para os grupos sociais sobre os quais se buscava exercer poder material e moral: os setores livres da população, agregados e escravos.⁸⁰

Mas as mudanças não se restringiam à fazenda. Vassouras, por sua vez,

⁷⁸ Eloy de Andrade, *op. cit.* pp. 200-3.

⁷⁹ Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 69.

⁸⁰ Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p. 146.

se transformou, por seus melhoramentos urbanos e por sua vida social, na princesa do Vale do Paraíba. Estreitaram-se as relações entre os grandes proprietários [de terras e escravos] e a Corte. Adquiriram-se os almejados títulos de nobreza em maior escala.⁸¹

A cidade, por consequência direta do sucesso da indústria cafeeira, tornou-se o centro desse novo estilo de vida fincado no Vale, acabando “por se afirmar como o principal centro urbano irradiador da cultura e do modo de vida senhorial”.⁸²

Na verdade, Vassouras, ainda vila, é pensada para ser palco e espelho dessas transformações. Projetada como modelo de ordem espacial, Vassouras congregou em sua praça principal três ícones importantes para aquela sociedade: a religião, representada pelo templo no alto, dedicado à Nossa Senhora da Conceição; a política e administração, figuradas através do prédio da Câmara; e a ordem, estampada através do poder de persuasão do edifício da Cadeia Municipal. Fazia parte desse cenário, ainda, o “chafariz gracioso e esbelto” no centro da praça, o “hospital da Misericórdia, amplo e magnífico edifício”, o casario composto por “mais de trezentas casas, das quais algumas bem confortáveis”, os “pequeninos palácios de alabastro” e o Cemitério Municipal – “o mais grácil e aprazível dos sítios de Vassouras”.⁸³ Essa transformação do espaço público, fruto do projeto de uma elite senhorial e reflexo de seu modo de vida e cultura próprios, é coroada com a elevação de Vassouras à condição de cidade no ano de 1857.⁸⁴

No cenário nacional, o modo de vida senhorial escravista representa a vitória do projeto político de um Estado Imperial, do projeto de uma sociedade, do projeto de uma *ordem* imperial baseada na manutenção da escravidão – que foi forjado nos anos seguintes à Independência – do qual os senhores de terras e escravos participaram ativamente.⁸⁵ Enquanto o modo de vida senhorial escravista consolidava-se e expandia-

⁸¹ *idem, ibidem*, p. 151.

⁸² *idem, ibidem*, p. 146.

⁸³ Charles Ribeyrolles, *op. cit.* 230-1.

⁸⁴ Nas palavras de Ricardo Salles: “o evidente empenho que os potentados locais tiveram em promover um processo de urbanização que acentuava o componente estético-urbanístico da cidade, numa perspectiva civilizacional, podem indicar um ‘projeto’ de classe específico, que transcendia os interesses particulares de seus membros, bem como aqueles interesses meramente corporativos comuns a todos”. Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p. 147.

⁸⁵ Cf. Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema. A formação do Estado imperial*, São Paulo, Hucitec-INL, 1987, pp. 111-26.

se, a elite do café “ao se constituir, constituiu um Estado, um povo e uma nação”. Analisando esse fenômeno, Ricardo Salles afirma que

O elemento que soldou, por um lado, as solidariedades escravistas e, por outro, a existência de um aparato estatal com interesses e com capacidade de ação no que seria o futuro território nacional, foi a existência de uma fração da classe escravista com posições ascendentes no mercado internacional e que se constituiu em ligação com os interesses da burocracia estatal: os senhores de escravos cafeicultores fluminenses.⁸⁶

Ainda segundo Salles, essa proximidade de interesses parece ser bem mais estreita do que aparenta:

Esta fração de classe forjou-se em comunhão com o aparato estatal, seja pela proximidade geográfica, seja pelos estímulos da Corte ao desenvolvimento de uma nova cultura de exportação, seja ainda pelos vínculos contraídos em negócios comuns e constituição de laços familiares. A consolidação de um Estado nacional foi, no fundamental, a consolidação de seu Estado; a tessitura das alianças escravistas, em essência, a garantia de sua sobrevivência.⁸⁷

A co-participação no projeto do Estado Imperial logrou a elite cafeicultora a possibilidade de ter seus interesses elevados ao nível dos interesses nacionais,⁸⁸ destaca-se aí a manutenção da escravidão como pilar da economia do Império.

A partir do momento em que o grande proprietário de terras e escravos passa a ser agente da *ordem*, e como tal, agente do Estado, o senhor tem seu poder estendido e legitimado sobre a sociedade, que deve ser *protegida* de qualquer ameaça. A ordem imperial devia estar acima de qualquer outro propósito, manter a ordem imperial era manter a ordem social, manter a ordem social era manter a propriedade, manter a propriedade era manter a escravidão – ao menos até as décadas de 1860 e 1870, quando outros fatores entram em cena, fazendo com que o Governo Imperial cada vez mais se distancie dos interesses da elite do café, o que veremos mais adiante.

1.2.3. Escravidão e relações: sociedade escravista madura

⁸⁶ Ricardo Salles, *Nostalgia Imperial*, p. 60.

⁸⁷ *idem*, *ibidem*, p. 60.

⁸⁸ Cf Afonso Carlos Marques dos Santos, *No rascunho da nação: inconfiância no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

A característica mais essencial, que se salienta no ser escravo, reside na sua condição de propriedade de outro ser humano. (...) A noção de propriedade implica a de sujeição a alguém fora dela: o escravo está sujeito ao senhor a quem pertence.⁸⁹

Lembra-nos Jacob Gorender desse atributo básico da condição do escravo, seja na Colônia ou no Império, na modernidade ou em outros tempos.

A atual historiografia sobre a escravidão, como resultado de um movimento que tem suas bases fundadas antes mesmo da década de 1970, procura considerar a escravidão como um processo e não como um *status*, isso porque ela não se apresenta como uma situação imóvel (que poderia, então, ser definida por critérios imutáveis), mas como uma complexidade dinâmica, que exige, portanto, para a sua apreensão, um conjunto de conceitos analíticos que dê conta de sua fluidez. O acento no processo é válido quer no nível individual, da biografia do escravo, de sua trajetória particular no interior de um sistema social, quer no nível da escravidão enquanto fenômeno coletivo.

Essa leitura historiográfica da história da escravidão está inserida em um movimento de revisão que pretende discutir o embate entre visões que ora concebiam a sociedade escravista como benevolente, paternalista, ora como cruel, onde certamente o escravo quase nunca era senhor da sua própria história. Em outras palavras:

Afastou-se, pois, de um lado, o estereótipo do escravo submisso, dócil, a integrar – até mesmo feliz ? – a grande família do patriarca branco (...) De outro, distanciou-se igualmente do cativo reificado, esmagado pela violência do cativo (...) e que só conseguiu se humanizar mediante a negação do sistema escravista, pela fuga, pelo crime.⁹⁰

Tal mudança historiográfica vem acompanhada de um outro arcabouço teórico-metodológico com a utilização de uma nova gama de fontes, enquanto outras eram revisitadas e analisadas sob outras abordagens. Nesse ínterim, o cotidiano das comunidades e populações escravas foi privilegiado como foco principal dos estudos, sobretudo os pontos tangenciais da rede de sociabilidade dentro desses grupos.⁹¹ De certo que esse movimento não se restringiu ao cotidiano específico e restritivo dos grupos cativos, também se interessou por analisar as relações entre esses grupos e os de pessoas livres e libertas, que de forma alguma poderiam ser extirpados do cotidiano das

⁸⁹ Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, São Paulo, Ática, 1978. p. 60.

⁹⁰ José Flavio Motta, *op. cit.*

⁹¹ Um bom exemplo dessa fase historiográfica é *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* de Sidney Chalhoub (São Paulo, Companhia das Letras, 1990).

populações escravas, contudo esses estudos partem, prioritariamente, do ponto de vista dos próprios cativos, libertos, africanos e crioulos. Assim, esse movimento visa enquadrar *a multiplicidade das experiências negras sob o escravismo, buscando as visões escravas da escravidão e da liberdade*.⁹² Essas reflexões trazem os escravos como protagonistas de sua própria história, detentores de projetos, cultura, ideais, valores próprios, e as formas de luta por seus anseios eram as mais variadas possíveis. Por isso, esse movimento historiográfico entende que as relações entre senhores e escravos eram marcadas por espaços de direito, sociais e culturais, sejam eles cedidos pelos senhores ou conquistados pelos cativos, ou ainda um misto dos dois, onde os escravos gozavam de certa autonomia, transformando as próprias relações de dominação às quais estavam submetidos.⁹³

Kátia Mattoso reconhece que há a “necessidade de obediência, para o escravo, necessidade de se fazer obedecer, para o senhor”, contudo, ressalta que “a obediência pode ter muitas caras. Dependerá dos parceiros, do trabalho requerido e das condições em que é feito”.⁹⁴

Maria Helena Machado, analisando a dimensão teórica atingida por essa historiografia da escravidão mais aberta para a História Social e com influências de outras áreas do conhecimento, em especial da antropologia, dá bem o tom dessa discussão. Vejamos o que diz a autora:

Sensíveis à necessidade de ultrapassar as restrições impostas pelas análises tradicionais, os historiadores buscam hoje desvencilhar-se de um excessivo atrelamento às questões institucionais, ao âmbito da lei como suporte da realidade e do controle social exercido pelas camadas dominantes. Cientes quanto às limitações impostas pela sobreposição de um modelo formal da realidade, concebido a partir da análise institucional, ao fato social, em suas multivariadas manifestações, os historiadores têm concentrado seus esforços na reconstituição do fato social da escravidão na miríade de formas que este assumiu ao longo da história.⁹⁵

⁹² Sílvia H. Lara, *Novas dimensões da experiência escrava*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/13.shtml>>. Acessado em 15/01/2008.

⁹³ *idem, ibidem*.

⁹⁴ Kátia Mattoso, *op. cit.* p. 107.

⁹⁵ Maria Helena Machado, “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº 16, março-agosto, 1998, p. 147. Concordamos com a afirmação de Machado, contudo temos de ressaltar que o emprego do termo *institucional* não nos parece o mais adequado, sobretudo por concordarmos com a corrente do “Novo Institucionalismo”, a qual já nos referimos, pois acreditamos que o trabalho com a Instituição e,

Certamente muitos historiadores, não só os que trabalharam com a temática da escravidão, leram as letras frias da lei e tomaram o que leram como fato dado, como um *modelo formal da realidade*, esquecendo-se de olhar por detrás daquelas linhas, de **olhar aquilo que não foi escrito** nos regulamentos, constituições, cartas régias, ordenações...

A realidade era e é bem mais dinâmica. As “regras do jogo” – ou as regras que pautariam as relações entre senhores e escravos, entre sociedade e escravidão – eram moldadas cotidianamente e não só pela lei, pelo Estado. Não havia barreiras imutáveis. Não havia o não ceder espaço.

As regras do jogo nessa sociedade brasileira, cuja economia se fundamenta por inteiro na escravidão, estão aparentemente em mãos dos senhores. No entanto, o escravo pode aceitar ou recusar as regras desse jogo. Por certo, na maioria das vezes é difícil recusá-las todas, pois restar-lhe-ia a fuga ou a morte, mas ele dispõe de mil possibilidades de aceitá-las, porém modelando-as.

(...) As relações sociais no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX são, pois, complexas, bem mais do que a imagem simplificadora refletida pela clássica oposição entre os homens livres dominantes e os homens pretos dominados (...).⁹⁶

A todo o momento, senhor e escravo eram expostos a possibilidades de escolhas, eleitas de acordo com a verificação de situações semelhantes, experiências prévias, de acordo com sua cultura, tradições, ou seja, as variáveis e possibilidades de termo eram muitas.

Tomemos como exemplo uma situação crítica na relação entre senhor e escravo: os castigos corporais.

Do ponto de vista do senhor e da fazenda,

por conseqüência, com a História das Instituições deva abarcar mais do que somente a constatação e a análise da lei escrita, formalizada. A instituição nasce de uma demanda social, das relações estabelecidas dentro da sociedade que têm como fruto não só a lei escrita, mas também “leis” de outras ordens, que não necessariamente estão tão bem explicitadas quanto as escritas. Instituição, portanto, é um padrão social nascido de uma dada demanda, padrão este que por sua necessidade reproduz-se ao longo do processo histórico no tecido social. Dessa maneira, a instituição não é “gerada” apenas com o movimento da pena do legislador e, de maneira alguma, sua análise gera um *modelo formal da realidade*. A instituição é dinâmica e está em constante mudança, adaptando-se às necessidades a ela impostas. Assim, a escravidão moderna, do ponto de vista institucional, também adaptou-se, modificou-se ao longo do período histórico de sua existência. Nosso trabalho busca, justamente, verificar em que graus se deram essas modificações no período tido como crise do sistema escravista.

⁹⁶ Mattoso, *op. cit.* pp. 122-3.

(...) disciplina, violência e trabalho compulsório eram os elementos ordenadores da economia senhorial no trato dos escravos: imprescindível na dominação dos escravos, a violência foi também o meio segundo o qual se realizou a divisão e repartição do trabalho, em função da necessidade do empreendimento lucrativo.⁹⁷

O senhor, com o respaldo do Estado, tem o direito legítimo de valer-se do castigo físico para tornar eficiente o trabalho do escravo. Todavia, para além dessa constatação, nem sempre a utilização das punições físicas era banalizada, em muitos casos elas ocorriam como última alternativa, ocorriam *no momento certo*.⁹⁸ Recomendava o barão de Paty que os castigos fossem aplicados no momento certo, logo após a falta, pois

Há também alguns senhores que têm o péssimo costume de não castigar a tempo e de estar ameaçando o escravo dizendo-lhe: “Deixa que hás de pagar tudo junto”. Ou: “Vai enchendo o saco, que ele há de transbordar e então nos veremos”. E quando lhe parece, agarra o pobre negro, dá-lhe uma estafa da qual vai muitas vezes (sic) para a eternidade. E por quê? Porque pagou tudo junto!!! **Barbaridade!** O negro deve ser castigado quando comete o crime: **o castigo deve ser proporcional ao delito**; ele que apanha, não se esquece e corrige-se com esta pontualidade. Fazei pois **justiça reta e imparcial** ao vosso escravo, que ele, apesar da sua brutalidade, não deixará de reconhecer. (Grifos nosso)⁹⁹

Muitos senhores certamente excederam o limite dos castigos aplicados aos seus escravos. O que o Barão propõe é a administração da “justiça reta e imparcial”. Mais de qual *justiça* o Barão estava falando? O justo para o Barão era o castigo condizente com a falta cometida e não com a arrogância de egos ofendidos. Mais que isso, a *justiça* a que se refere o Barão é derivada de um **necessário código de conduta** experimentado por recentes acontecimentos naquela região.

Não custa lembrar que desde o final do século XVIII, correm notícias por todo o território do Brasil sobre grandes levantes de escravos, notadamente o massacre dos

⁹⁷ Sílvia H. Lara, *Campos da Violência*, p. 357.

⁹⁸ Não queremos com isso, negar a violência do sistema escravista, nem afirmar que não era rotineira. Pelo contrário, era um eficiente mecanismo de controle. Contudo, tal mecanismo era pautado por regras que se originaram nas próprias relações dos senhores com seus escravos, como veremos mais adiante. Uma obra de referência sobre essa temática é Jorge Benci, *Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos*, São Paulo, Grijalbo, 1977.

⁹⁹ Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.* p. 37.

fazendeiros brancos em Santo Domingo (1794)¹⁰⁰ e o levante dos escravos Malês na Bahia (1835)¹⁰¹. Essa atmosfera de instabilidade nas senzalas assolava o imaginário da população branca, em especial da elite possuidora de escravos e das autoridades imperiais, que ficavam apavoradas ao menor rumor de novas ameaças. Foi o fenômeno chamado de “medo branco”.¹⁰²

No ano de 1838, em Vassouras, ocorre uma grande fuga de escravos de várias fazendas, conhecida como revolta de Manoel Congo. Após uma grande mobilização militar, a revolta teve como desfecho a condenação à morte do líder da rebelião, Manoel Congo, e a prisão de outros membros do levante. Contudo, todos os escravos castigados ou penalizados eram de propriedade do capitão-mor Manuel Francisco Xavier, dono da fazenda onde teria se iniciado a revolta. Flávio Gomes acredita que a condenação dos escravos do capitão-mor – e só os dele, apesar de haver outros envolvidos – refletiu a insatisfação dos demais senhores da região com o tipo de tratamento dispensado aos escravos de sua fazenda.

A opinião dos pares do capitão era a seguinte:

No tratamento que dá o capitão-mor a seus escravos, umas vezes afagando-os demais, outras dando lhes extravagantes castigos, sem que, por uma e outra coisa, tenha antecedentes que o justifiquem; deixando matar a seus olhos os seus mesmos capatazes, sem tomar providência alguma.¹⁰³

O modelo de cativo do capitão era uma ameaça à ordem. O futuro barão de Paty foi um dos fazendeiros que criticou o capitão naquele julgamento onde, na verdade, o único sentenciado, mesmo que de forma implícita, foi o capitão-mor Manuel Francisco Xavier, tido por seus pares como um mal senhor. Certamente foi esse episódio, tão marcante para a história da escravidão no Vale, que inspirou a construção de um modelo de ação ou um código de conduta do senhor para com sua escravaria, gravado nas páginas da *Memória* do Barão. Em poucas palavras,

¹⁰⁰ O episódio de Santo Domingo foi largamente utilizado ao longo do século XIX, ora como reflexo real do medo de uma outra insurreição nos mesmos moldes, ora como instrumento meramente retórico. Cf Rafael de Bivar Marquese, *op. cit.* pp. 295-6.

¹⁰¹ João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

¹⁰² Cf Silvia H. Lara, *Campos da violência*; Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*.

¹⁰³ *Apud* Flávio S. Gomes, *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993. p. 242.

Nem se diga que o preto é sempre inimigo do senhor; isto só sucede com os dois extremos: demasiada severidade, ou frouxidão excessiva, porque esta torna-os irascíveis ao menor excesso de um senhor frouxo, e aquela toca-os à desesperação.¹⁰⁴

Não bastava somente o castigo na hora certa, era preciso mais.

O fazendeiro deve, o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra onde os pretos façam as suas roças; plantem o seu café, o seu milho, feijões, bananas, batatas, carás, aipim, cana etc. (...)

Essas suas roças e o produto que delas tiram fazem-lhes adquirir certo amor ao País, distraí-los um pouco da escravidão e entreter-se com esse seu pequeno direito de propriedade. (...) O extremo aperreamento desseca-lhes o coração, endurece-os e inclina-os para o mal. O senhor deve ser severo, justiceiro e humano.¹⁰⁵

A produção da roça do escravo deveria ser comprada pelo senhor, a fim de evitar que o escravo vá até uma venda próxima e possa se embriagar. Outra iniciativa do Barão foi o incentivo ao pagamento de gratificações aos escravos que superassem a cota estabelecida na época das colheitas. Outros senhores remuneravam seus escravos por serviços realizados nos dias de folga. “Esse dinheiro serve-lhes para o seu tabaco, para comprar sua comida de regalo, sua roupa fina, de sua mulher se é casado, e de seus filhos”.¹⁰⁶ Toda essa *economia* paralela, em geral, garantia ao escravo não só o acesso a alimentos e produtos, além dos oferecidos por seu senhor, mas também a possibilidade da compra da sua alforria dentro de alguns anos. Para os senhores esses subterfúgios eram um forte mecanismo de controle social e de dominação da escravaria ao mesmo tempo em que eram *concessões* ao cativo e, portanto, não obrigatórias.

Por outro lado, Robert Slenes, após analisar essas *concessões*, constata que “muitos senhores também viram na abertura de uma ‘fenda’ para o indivíduo cativo uma maneira de tampar eventuais ‘gretas’ na muralha do sistema escravista”.¹⁰⁷ Para o autor, tal

constatação deveria soar como sinal de alarme. Os senhores, é verdade, eram ‘observadores participantes’ de sua relação com os escravos. Como resultado, (...)

¹⁰⁴ Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.* p. 37.

¹⁰⁵ *Idem, ibidem.* p. 37. Devemos lembrar que a grande maioria dos escravos na época em que a *Memória* é escrita é de origem africana, especialmente após o grande incremento das importações na década de 1840, daí a necessidade maior de lhes incitar o *amor ao País*.

¹⁰⁶ *Idem, ibidem.* p. 37.

¹⁰⁷ Robert W. Slenes, *op. cit.* pp. 206-7.

perceberam que a determinação dos escravos em melhorar sua condição, se necessário com a fuga ou outras formas de rebeldia, fez com que fosse possível a aplicação de uma ‘política de incentivos’. Contudo, os senhores eram apenas uma das partes nessa relação. Como parte dominante, preocupavam-se acima de tudo em manter seu domínio; portanto, seu discurso traduzia, entre outras coisas, a necessidade de se convencerem a si mesmos de sua capacidade de controlar seus subordinados.¹⁰⁸

Contudo, alerta que a mera afirmação e uso da *política de incentivos* ignora a outra parte dessa relação: o escravo.

Frases tais como ‘o escravo que possui nem foge, nem faz desordens’, nasciam exatamente para isso. São declarações que transformam processos históricos reais e de mão dupla em axiomas, onde aparentemente apenas o enunciante detém a iniciativa. Ou, dito de outra maneira, congelam o conflito, fazendo com que se esqueça o escravo que, nada possuindo, convenceu o senhor a formular o axioma, através de sua fuga de ontem.¹⁰⁹

Sílvia Hunold Lara envereda pela mesma direção, afirmando que senhor e escravo são sujeitos de suas histórias e que

Ao tratarmos da escravidão e das relações entre senhores e escravos, tanto quanto ao tratarmos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambigüidades. Assim, as relações entre senhores e escravos são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração.¹¹⁰

Portanto, o código de conduta dessa elite senhorial, da qual o Barão é representante, foi *construído* ao longo dos anos de colonização e desenvolvimento da

¹⁰⁸ *idem, ibidem*, pp. 206-7.

¹⁰⁹ *idem, ibidem*, pp. 206-7.

¹¹⁰ Sílvia H. Lara, “‘Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, *Projeto História*, São Paulo, Número 12, 1995, p. 46. Nas palavras de Thompson: “E quanto à ‘experiência’ fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (...): parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a ‘genética’ de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classes peculiares) sua pressão sobre o conjunto”. E. P. Thompson, *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981. pp. 188-9.

cultura do café no Vale em observância direta dos processos e fatos que marcaram a história das relações entre senhores e escravos. Tal código fazia parte daquilo que estamos chamando de *modo de vida senhorial escravista*, pois incutia modelos de ação a serem seguidos pelo senhor na relação com seus pares em vista das atitudes dispensadas ao trato com a população cativa. Esse modelo visava a manutenção de uma determinada ordem, evitando os “exageros” que pudessem “inclinara para o mal” a imensa horda de escravos sob as rédeas dos cafeicultores do Vale.

As relações na sociedade escravista da Vassouras oitocentista foram marcadas por uma característica ímpar, que possivelmente não tomou dimensão maior em outro lugar: a correlação demográfica de forças entre senhores e escravos.

Para Ricardo Salles,

A correlação demográfica de forças – presente em qualquer situação social – é especialmente relevante no âmbito de uma sociedade escravista muito polarizada, sem espaços muito complexos de mediação da “sociedade civil” e, principalmente, sem capilaridade social profunda por parte da população cativa, mas também por parte dos setores livres, notadamente entre pardos e pretos, cuja origem está, direta ou indiretamente, na escravidão e na população escrava.¹¹¹

Como dissemos o medo de uma insurreição geral, ou mesmo local, dos escravos rondava as mentes dos cafeicultores e das autoridades imperiais do século XIX, sobretudo em Vassouras que assistiu uma revolta desse tipo no ano de 1838. Mas, é a partir da década de 1850 que as autoridades imperiais do Rio de Janeiro começam a efetivamente pensar em uma solução para lidar com a grande desproporção entre brancos, de um lado, e pardos e negros, de outro, na população da província.

Em 1851 o *Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro* trazia uma separata do Arquivo Estatístico da Província do Rio de Janeiro, na qual constava a

¹¹¹ Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, pp. 27-8. Ainda para Salles: “A objetividade da situação histórica, em sua relação com a dinâmica das mudanças sociais, pode ser referida ao que o historiador britânico E. P. Thompson chamou de ‘mudança involuntária’ para designar ‘... mudanças (...) na tecnologia, na demografia (...) cujas involuntárias repercussões afetam o modo de produção em si, alterando perceptivelmente as relações produtivas’. Tais mudanças, entretanto, segundo o autor inglês, jamais reestruturam um modo de produção espontaneamente. ‘Talvez introduzam novas forças em cena e modifiquem a correlação de poder e riqueza entre classes sociais diversas. Mas a consequência da reestruturação das *relações* de poder, das formas de dominação e da organização social tem sempre sido um desdobramento do conflito. A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma.’” Nesse trecho o autor faz referência a E. P. Thompson, “Folclore, antropologia e história social”, In: Antonio Luigi Negro & Sergio Silva (orgs.), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, Campinas, Editora da Unicamp, 2001. pp. 262-3.

preocupação das autoridades com o que Ricardo Salles denominou de “relação demográfica de forças entre livres e cativos”.¹¹²

Contudo, o que mais chama a atenção das autoridades era o fato da população crioula apresentar um equilíbrio sexual e etário, o que possibilitaria, a longo prazo, sua reprodução natural positiva. O que “deixa clara a necessidade do governo de monitorar os dados brutos da correlação demográfica de forças”, não só em seus termos “fiscais, políticos e administrativos, (...) mas também no que diz respeito à relação entre população livre e escrava e entre população branca e preta e parda”.¹¹³

Como reflexo dessa necessidade, um grupo de fazendeiros da região de Vassouras, senhores de terras e escravos, organiza e divulga as *Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras*, de 1854, documento que, entre outras coisas, pretendia incentivar os fazendeiros da região a implantar determinadas práticas que coibissem revoltas da população escrava. De certa maneira, esse documento também é reflexo das próprias experiências locais com relação às revoltas de escravos em suas fazendas – lembremos mais uma vez da repreensão desse mesmo grupo de fazendeiros ao capitão-mor Manuel Francisco Xavier, que não sabia *controlar* sua escravaria, sendo dócil ou extravagante, mas sempre em demasia.

Rafael Marquese lembra que das instruções, duas “referiam-se ao equilíbrio de forças entre a população livre e a escrava”. Para isso, o documento indicava a necessidade de os fazendeiros empregarem certo número de trabalhadores livres proporcional à força de trabalho escrava. Não bastasse isso, as armas deveriam ser em número suficiente para que as pessoas livres pudessem se defender.¹¹⁴

Essa publicação encontra ainda outra justificativa. Com o fim do tráfico em 1850, os plantéis da região passam a ser abastecidos por escravos oriundos do norte do país, o que gerava maior temor:

Se o receio de uma insurreição geral é talvez ainda remoto, contudo o das insurreições parciais é sempre iminente, com particularidade hoje que as fazendas estão se abastecendo com escravos vindos do Norte, que em todo tempo gozaram de

¹¹² Segundo os dados do relatório, a Província do Rio de Janeiro contava com uma população de 556.080 indivíduos, dos quais 293.554 eram escravos, o que perfazia a proporção de 1 indivíduo livre para cada 1,118 escravo. Cf Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p. 169.

¹¹³ *idem, ibidem*, p. 171.

¹¹⁴ Rafael de Bivar Marquese, *op. cit.* pp. 285-6.

triste celebridade. Insurreições parciais têm havido por vezes em diversos pontos e infelizmente não serão as últimas.¹¹⁵

O receio dos fazendeiros era multiplicado. O histórico de revoltas do Vale não era suficiente, ainda tinham de conviver com os escravos de “triste celebridade” do Norte, envolvidos em inúmeros conflitos, dos quais a revolta dos Malês na Bahia era o mais significativo.

Mas a comissão ia além.

Dormir sobre o caso é uma imprevidência, que entrega-nos desarmados ao perigo, ou faz com que no momento dele se tomem providências desordenadas, insensatas e só próprias para difundirem e arraigarem no espírito dos escravos a convicção do susto e terror que nos causam. Urge portanto adotar-se um complexo de medidas prudentes e moderadas, um sistema de cautela e vigilância que tenha em vista a segurança de uns, sem ao mesmo tempo despertar as suspeitas de outros.¹¹⁶

A constatação dessa necessidade de “adotar-se um complexo de medidas prudentes e moderadas, um sistema de cautela e vigilância” já fazia parte das proposições da *Memória* do barão de Paty, escrita poucos anos antes das *Instruções*.

Em suma, a proposta “nova” era apenas a necessidade de vigilância, gerada a partir da constatação da desigualdade entre livres e escravos na composição da população da região.

No geral as *Instruções* incentivavam o uso de mecanismos já conhecidos para o controle ideológico dos escravos. Abertura de espaço para o divertimento, a necessidade da catequese na doutrina cristã e a cessão de espaços para o cultivo de roças próprias eram propostas comuns nos manuais e documentos que discorriam sobre o adequado tratamento a ser dado ao escravo, não só nos da década de 1850, mas também nos de antes.¹¹⁷

A década de 1850 é o marco inicial do apogeu da cultura do café no Vale e é, ao mesmo tempo, marcada pelo receio de rebeliões escravas. É nesse conturbado cenário de inquietações que se moldariam novas relações entre senhores e escravos,

¹¹⁵ *Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras*. Apud Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p. 188.

¹¹⁶ *Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras*. Apud Rafael de Bivar Marquese, *op. cit.* p. 285.

¹¹⁷ Rafael de Bivar Marquese, *op. cit.* pp. 284-5.

ditadas, sobretudo, pelas possibilidades geradas pelo sucesso da indústria do café no Vale.

Os anos de 1851 a 1865 foram para a cultura do café sua época de ouro. Da ótica das relações entre senhores e escravos,

esse momento correspondeu, por um lado, ao enquadramento das tensões sociais entre senhores e escravos, com certa estabilização das comunidades de senzala. Por outro lado, correspondeu à consolidação e à difusão do *éthos* senhorial-escravista. (...) O patriarcalismo e o paternalismo, nas novas condições demográficas e sociais resultantes da extinção do tráfico internacional de cativos, pareciam, então, estar perto de moldar uma comunidade escrava mais estável, centrada na crioulização dos plantéis, no maior equilíbrio em sua composição sexual e etária, no aumento do número de famílias estáveis, na disseminação do cultivo de roças familiares.¹¹⁸

A estabilidade econômica gerada pelos lucros com o café parece que foi transmitida às senzalas. Esse período de apogeu foi a oportunidade ideal para que os fazendeiros pusessem em prática as políticas até então defendidas nos manuais agrícolas da época.

Num esquema mais geral, essa *estabilidade* foi caracterizada pelo equilíbrio da acumulação da propriedade escrava na lavoura cafeeira de Vassouras. Durante os períodos de implantação e expansão da plantation escravista no Vale, a propriedade escrava foi centralizando-se nas mãos dos grandes proprietários de terras e escravos. A partir do ano de 1851, observa-se que essa concentração tendeu a estabilizar-se, gerando a manutenção de índices no período posterior.

Segundo Ricardo Salles, no período de implantação da cultura do café (1821-1835), 34,5% dos escravos estavam concentrados em plantéis com 50 ou mais indivíduos. Esse percentual sobe para mais de 74% entre 1836 e 1850, estabilizando-se em cerca de 72% entre 1851 e 1865 e 70% entre 1866 e 1880. Para esse autor, “a acumulação da propriedade escrava ocorrida no período de expansão da produção de café e de consolidação da *plantation* escravista significou também um processo de concentração social dessa propriedade”. Lembra ainda que, ao passo que a propriedade escrava era concentrada nas mãos de grandes proprietários, a população livre de Vassouras crescia, saltando de 6.285 em 1840 para 18.608 indivíduos em 1872. Dessa maneira, a propriedade escrava foi agrupada em grandes plantéis ao mesmo tempo em

¹¹⁸ Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p. 151.

que a população livre crescia, gerando o aumento de pessoas livres sem escravos.¹¹⁹ Nessa mesma direção, os escravos que conseguissem sua liberdade dificilmente poderiam adquirir escravos e, portanto, tornar-se senhores. O que reforçaria a ordem escravista por sua reprodução e continuidade.

Do mesmo modo, na população escrava verifica-se a mesma tendência: tendência de crescimento vegetativo da população. Nos inventários *post-mortem* dos senhores de escravos de Vassouras, há um aumento proporcional do número de filhos de outros escravos entre os anos de 1821 e 1880:

QUADRO I
Proporção de filhos entre os plantéis por décadas 1821-80

Década	Nº de escravos	Nº de filhos	%
1821-50	8.033	420	5,23
1851-60	5.846	836	14,30
1861-70	7.864	1.439	18,30
1871-80	6.502	1.688	25,96

Fonte: Centro de Documentação Histórica de Vassouras, inventários *post-mortem*
Apud Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p. 238.

A proporção de filhos nos plantéis do período 1850-60 é quase três vezes superior à proporção do período 1821-1850; a proporção encontrada para o período 1871-1880 é quase cinco vezes maior que a do primeiro período.

Ricardo Salles aponta, ainda, que entre 1873 e 1884 o número de ingênuos, filhos de escravos, foi de 5.182, superando os 4.052 óbitos registrados no mesmo período. Esses dados demonstram que, não fosse a Lei do Ventre Livre, havia a clara possibilidade de a escravidão manter-se através da auto-reprodução natural da população escrava.¹²⁰ Esse fato só foi possível porque durante a década de 1860 a população escrava vassourense tornou-se mais equilibrada. As disparidades existentes entre homens e mulheres, jovens e velhos, foram amenizadas. Havia mais uniões estáveis dentro das senzalas; aumentou o número de filhos, o que favoreceu a *crioulização* dos plantéis.¹²¹

¹¹⁹ *idem, ibidem*, pp. 157-9.

¹²⁰ *idem, ibidem*, p. 251.

¹²¹ *idem, ibidem*, p. 254.

Essas novas condições demográficas, o fim do tráfico internacional e a Lei de 1871, incidiram diretamente sobre “o principal ponto de disputa entre senhores e escravos: a liberdade”.¹²²

Provavelmente, houve a diminuição de manumissões na cidade de Vassouras. A taxa registrada entre os anos de 1873 e 1884 foi de 0,21% ano, enquanto a média nacional era de 0,6%, no mesmo período. “Tal fato indica a correlação entre a menor elasticidade da oferta de mão-de-obra, advinda do cessamento do tráfico internacional, e diminuição das alforrias (...)”.¹²³ Mas essa não era uma característica só de Vassouras, era a regra das áreas de *plantation*.¹²⁴

A alforria para o cativo representava a oportunidade de, dentro das normas do jogo, vislumbrar sua liberdade.¹²⁵ Concedida pelos senhores e conquistada pelos escravos, ela marcava uma relação simbólica de atores sociais pautada pela oposição, mas também pela igualdade de condições – mesmo que em última análise reiterasse o escravismo, era um mecanismo de persuasão e controle eficaz da elite senhorial escravista. Mais que isso, a alforria, ou melhor, a sua falta implicava em uma reinterpretação das “regras do jogo”. Como a alforria era possível em uma determinada realidade e em outra não, se o escravo era o mesmo e as exigências de sua pessoa também?

¹²² *idem, ibidem*, p. 255.

¹²³ “A baixa taxa de alforrias em Vassouras indica ainda que a concentração espacial e social do cativo, no novo quadro demográfico que passou a dominar as relações entre senhores e escravos, a partir de meados de 1860, re-significou o sentido do instituto da alforria. Senhores, principalmente aqueles que dispunham de grandes plantéis e tinham outros meios de controle sobre eles, tornaram-se cada vez mais relutantes em se desfazer de seus escravos concedendo-lhes a alforria. Quando esta era obtida, era resultado de esforços muito maiores por parte dos cativos do que aqueles que eles tinham despendido antes de 1850. Tanto senhores quanto escravos percebiam e viviam este fato. Por outro lado, as novas condições sociais incidiam também no estreitamento do espaço de manobras daqueles poucos que, a duras penas, haviam obtido sua liberdade. De uma prática predominantemente vista como concessão senhorial, a alforria tornou-se mais e mais conquista cativa. De elemento estabilizador das relações sociais, verdadeira válvula de escape para as tensões acumuladas da ordem escravista, passou a ser sintoma da crise que atravessava esta ordem. A liberdade agora já não era a liberdade em que os libertos podiam até ter escravos. A liberdade daqueles que não tinham escravos e que com eles competiam e interagiam no mercado de trabalho mostrava-se, cada vez mais, incompatível com a escravidão.” Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, pp. 255-6.

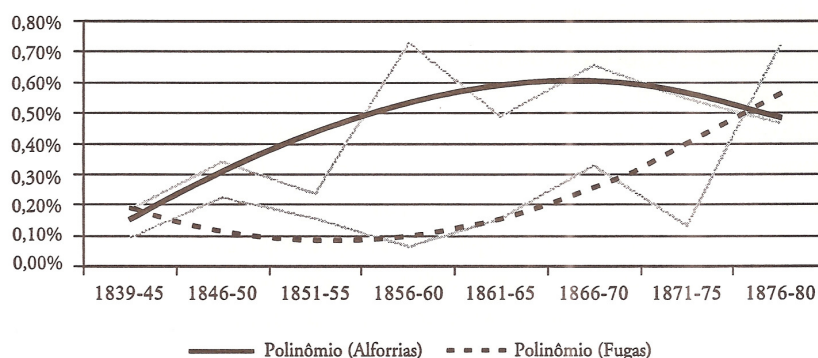
¹²⁴ *idem, ibidem*, pp. 267, 286-300.

¹²⁵ Cf. Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*; Keila Grinberg, “Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o ‘princípio da liberdade’ na fronteira sul do Império brasileiro”, In: José Murilo de Carvalho (org.), *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 268-85.; e da mesma autora, *Liberata – a lei da ambigüidade*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

As alforrias, como bem notou Salles, listadas nos inventários *post-mortem* indicam uma tendência muito peculiar quando analisadas proporcionalmente ao número de cativos arrolados: a partir de 1839 até por volta de 1870, mantêm a tendência de crescimento; a partir daí a tendência se inverte. Quando no mesmo gráfico foram incluídos os dados sobre fugas de cativos, Salles verificou que a tendência é inversa se comparada com a tendência das alforrias, ou seja, ao passo que a curva de alforrias é ascendente até 1870, a de fugas é decrescente; a partir de 1870 a curva de alforrias torna-se decrescente e a de fugas ascendente – observem a relação entre essas tendências no gráfico abaixo. Outro dado pode lançar luz sobre esse problema: 60% de todas as alforrias entre 1839 e 1880 foram dadas a escravos pertencentes a plantéis de pequenos e médios senhores.¹²⁶ Mas, a grande massa de cativos, como vimos, pertencia aos plantéis com 50 ou mais escravos.

GRÁFICO I

Percentuais de alforrias e fugas sobre o número total de inventários por quinquênios — 1839-80 (por linhas de tendência)



Fonte: Centro de Documentação Histórica de Vassouras, inventários *post-mortem*. *Apud* Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p. 295.

Certamente, essa situação gerava atritos.

Antes, os escravos podiam almejar a liberdade por vias institucionais, baseadas, sobretudo na tradição, agora vêem suas possibilidades de liberdade diminuir ao longo dos anos, o que os leva a buscar a liberdade por outras formas.

Nesses anos finais da escravidão no Vale, as mais variadas tensões estavam latentes no dia-a-dia de senhores e escravos. Dessa maneira, procuraremos verificar de que forma essas tensões traduziram-se nos padrões de morte da população escrava. Esse

¹²⁶ Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, pp. 292-300.

propósito amplia o atual esforço da historiografia em analisar como as relações demográficas de força pautaram a realidade das relações entre senhores e escravos. Por isso, faz-se necessário também a comparação dos dados obtidos com dados levantados por outros autores para a população escrava de Vassouras em outros períodos históricos e a inclusão da análise dos padrões de morte da população livre vassourense para o mesmo período aqui estudado.

2. Ser escravo em Vassouras: ritmo de trabalho, alimentação, habitação e higiene

*a falta de governo econômico dos senhores é a causa primeira donde provém todos os males, não só aos escravos, como aos mesmos senhores, que em breve tempo os perderam consumidos de trabalho, fome e açoites.*¹²⁷

“Trabalho, fome e açoites”. Muitos escravos pereceram por causa deles. A proposta bramida nos anos finais da década de 1840, e que ganhou corpo nas décadas seguintes, defendia um melhor tratamento para o escravo. Melhores condições de trabalho, habitação e alimentação. Essa proposta teria sido colocada em prática? As condições de vida do escravo melhoraram após a segunda metade do século XIX?

Para responder a essas perguntas, ou ao menos aprofundar sua discussão, devemos antes adentrar na rotina do escravo nas fazendas oitocentistas de café do Vale do Paraíba. É o que nos propomos nas linhas a seguir.

2.1. O cotidiano do escravo em uma fazenda de café

O galo está amiudando o canto; uma lamparina ou candeia acesa passa pelo corredor e desaparece em uma das portas dos fundos: é a cozinheira que vai preparar o café da manhã. É a primeira a se levantar e com ela começa a movimentação da fazenda.

Ao mesmo tempo, em um dos quartos das senzalas, uma outra, a dos escravos, acende o fogo para o café da turma dos pretos que vai seguir para a roça. A dona da casa aparece em seguida, andando nos corredores, despertando as mucamas e dando suas primeiras ordens; o dia, porém, ainda vai demorar bem uma hora antes de clarear.¹²⁸

O dia para o escravo das grandes fazendas de café iniciava-se antes do amanhecer e terminava horas após o pôr-do-sol. Assim que acordavam organizavam-se para responder a chamada e fazer as orações, recebiam um pouco de café e um pedaço de broa de milho e logo seguiam para a labuta com suas enxadas. Por volta das 10 horas, havia a parada para o almoço, normalmente um angu feito de farinha de milho.

¹²⁷ Luís dos Santos Vilhena, *A Bahia no século XVIII*, Salvador, 1969, vol 1. p. 186.

¹²⁸ Eloy de Andrade, *op. cit.* p. 99.

Meia hora de descanso e de novo ao batente. Por volta das 13 horas, nova parada para um rápido lanche, um pouco de café, que podia ser adoçado com melaço de cana-de-açúcar, acrescido às vezes com um pedaço do angu que sobrou do almoço. Na ceia, por volta das 16 horas, novamente angu.¹²⁹

No eito, nenhum escravo descarregava, sob pena de ser punido, em seus companheiros dos lados o trabalho que lhe competia executar; na colheita a tarefa de três, quatro ou mais alqueires, que lhe era imposta, conforme a carga dos cafeeiros, devia ser dada à tarde; na do milho, as suas bandeiras reunidas, tantos jacás; na do feijão, tantos feixes; nas capinas, furar seu eito no mesmo tempo que os outros seus parceiros.¹³⁰

Em uma grande fazenda havia outras necessidades. Havia outras culturas com que se preocupar. Plantar o milho, o feijão, o arroz, a mandioca. Consertar as instalações produtivas, os pilões, os moinhos, o terreiro, as estradas e caminhos. Cuidar da horta e do pomar. Tratar os animais. Fazer funcionar a casa-grande... Mas era o café que demandava o emprego mais sistemático da força da mão-de-obra escrava no cotidiano das fazendas oitocentistas do Vale; a realização das demais atividades – especialmente as que exigissem um número maior de escravos – era feita em consonância com ciclo do cultivo do café. Nos meses em que o ritmo do trabalho nos cafezais fosse menos intenso, os escravos eram orientados a realizar outras tarefas; da mesma maneira, o inverso também era regra.

2.1.1 O trabalho no cafezal

No cafezal eram necessárias ao menos duas capinas anuais: a primeira, após as chuvas de setembro e outubro, e a segunda, após as chuvas de março e abril. Essa última visava preparar o solo para facilitar a colheita que a seguiria. Enxadas nos ombros, lá iam homens e mulheres, jovens e velhos, para a base dos morros começar a capina.

Em maio, todo escravo disponível e que não fosse vital para outra atividade – como as mucamas para o funcionamento da casa-grande, por exemplo – era

¹²⁹ Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 197-201

¹³⁰ Eloy de Andrade, *op. cit.* p. 97.

encaminhado para a colheita do café. Esta deveria ser rápida para evitar que os grãos se estragassem nos arbustos.¹³¹

Muitos artifícios foram utilizados para acelerar a colheita. A regra era o estabelecimento de cotas que os escravos deveriam atingir. Contudo, alguns senhores valiam-se de outros meios. O barão de Paty, por exemplo, estabeleceu uma “premiação” aos escravos que colhessem mais café, superando a cota previamente estabelecida. Segundo o Barão,

Um dos melhores expedientes que (em princípio quando os meus escravos não sabiam apanhar o café) estabeleci e de que tirei muito bom resultado foi o dos prêmios, v. g. marcava cinco alqueires como tarefa, e dizia-lhes: “Todo aquele que exceder terá por cada quarta 40 réis de gratificação”. Com este engodo, que era facilmente observado, consegui que apanhassem sete alqueires, que ficou depois estabelecido como regra geral.¹³²

Sua filha, Maria Isabel de Lacerda Werneck, viscondessa do Arcozelo, relata em seu diário a seguinte passagem do ano de 1887: “O Castro [Joaquim Teixeira e Castro, visconde do Arcozelo] dice aos pretos que os que apanhase de 6 alqueires de café para cima recebem 300\$ por alqueire”. A continuidade dessa prática de premiação é prova de sua eficiência. Lembremos que, com a pressão dos movimentos abolicionistas e da opinião pública, a administração da mão-de-obra escrava nesses anos finais da escravidão já estava bastante modificada, inclusive com a adoção de salários e a inserção de trabalhadores livres.¹³³

Eloy de Andrade também descreve a mesma prática: “Os que excediam da tarefa recebiam, por cada jacá, uma outra chapa¹³⁴ para ser, no sábado à noite, à porta da

¹³¹ Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 61-5.

¹³² Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.* p. 40.

¹³³ *Apud* Ana Maria Mauad e Mariana Muaze, “A escrita da intimidade: história e memória no diário da Viscondessa do Arcozelo”, In: Ângela de Castro Gomes (org), *Escrita de Si, escrita da História*, Rio de Janeiro, FGV, 2004, p. 209. Em seu diário, a Viscondessa trata de diversos assuntos do seu cotidiano: relata seus sentimentos e emoções com viagens, casamentos, perda de entes queridos; dá atenção também à administração de suas terras, escravos e empregados; descreve seu dia-a-dia como mãe, esposa, dona-de-casa e, mesmo com essa profusão de temas, ainda é possível identificar marcas da tradição em suas ações, como no uso da premiação aos escravos para agilizar a colheita do café, artifício defendido por seu pai. Outra vez, é a tradição que legitima a ação. Essa passagem foi escrita 40 anos após a primeira edição da *Memória*. No ano de 1887, a Viscondessa tornou-se proprietária da fazenda da Piedade, comprada de seu irmão, Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, que, por sua vez, a havia recebido por herança quando da morte de seu pai. A fazenda da Piedade foi a propriedade onde o barão de Paty se inspirou para escrever sua *Memória*.

¹³⁴ Chapa de metal, geralmente usada para facilitar a contagem do número de jacás colhidos por cada escravo.

casa do seu senhor, trocada por quatro a oito vinténs, conforme a promessa feita no começo da colheita”.¹³⁵

A premiação não era a única forma de *incentivo* ao escravo para agilizar a colheita. Na verdade, nem mesmo era a principal. Vejamos o que Eloy diz sobre o aumento da cota na colheita:

Nos anos em que o tempo corra solarento e as chuvas em regularidade, se resultava dessas condições favoráveis à florescência, desenvolvimento e maturação dos grãos, maior abundância da safra, maiores eram, por igual, as cotas máximas da colheita diária, impostas aos escravos.

De dois ou três balaios de alqueire de sessenta litros, passavam a ser as tarefas, nesses anos felizes, de quatro, cinco ou mais alqueires.

Nem sempre, porém, a maior carga do fruto pendente poderia justificar o acréscimo de um, dois ou três jacás, mas, quanto muito, de um quarto, ou menos ainda, da tarefa a entregar. A tais apreciações ou exames era avessa a mentalidade do senhor. Havia o pretexto para o aumento e dele, discricionariamente se aproveitava e o negro, sem hábito de raciocinar, por sua vez, facilmente se convencera de que a exigência era justa e procedente.

De resto, como argumentos decisivos, o rêlho e a palmatória faziam-no desenvolver sua atividade além das suas possibilidades.¹³⁶

O medo do castigo, sem dúvida, era o maior motivador, mas a tarefa exigida podia variar de acordo com a qualidade da safra de cada ano. Em tempos de boas safras, a colheita era mais fácil, pois cada pé de café produzia mais, facilitando sua apanhação; em safras ruins, a produtividade diminuía, o que dificultava o trabalho, gerando a necessidade de trabalhar mais pés de café para colher a mesma quantidade de grãos de anos de fartura. Eloy lembra que

mesmo os mais diligentes e práticos [escravos], ou porque suas ruas não estivessem carregadas por igual, ou porque grande parte dos grãos, já secos, tivessem caído, obrigando-os a outros serviços, a varredura e limpeza nas peneiras, para retirada de carvões e torrões de terra, não apresentassem, à tarde, a tarefa completa: o quarto, o quinto ou o sexto alqueire, conforme o limite estabelecido, era entregue, ora com falta de alguns litros, ou apenas pela metade, ou menos ainda.¹³⁷

¹³⁵ Eloy de Andrade, *op. cit.* p. 110.

¹³⁶ *idem, ibidem*, p. 109.

¹³⁷ *idem, ibidem*, p. 110.

Essa deficiência podia ser tolerada com a “recomendação de ser dada no dia seguinte medida melhor”. Contudo, na reincidência da falha ou na entrega de um ou dois alqueires a menos, o castigo era certo, de acordo com a falta.¹³⁸

O castigo fazia parte de um elaborado código de disciplina na fazenda, necessário no modelo de *plantation* – mais adiante iremos ampliar a discussão em torno dos castigos físicos. Para além da disciplina, a organização também era uma característica marcante na administração dos escravos nas fazendas de café. “Tudo estava antecipadamente previsto e calculado”.¹³⁹

2.1.2. Administração da mão-de-obra

Segundo Rafael Marquese, a proposta de administração dos escravos, que toma corpo ao final da primeira metade do século XIX, é caracterizada pela disciplina de cunho militar, da qual o senhor seria o seu principal supervisor – como vimos, grande parte das orientações a respeito do tratamento dos escravos nesse período reflete a preocupação com possíveis revoltas e insurreições.¹⁴⁰ Ainda segundo Marquese, essa proposta

estabeleceu uma conjugação estreita entre disciplina e paternalismo. Esses dois eixos estiveram na raiz de todas as recomendações feitas no Brasil sobre a gestão escravista (formação de famílias, crescimento vegetativo da escravaria, usufruto das roças próprias, alimentação, vestimentas, moradia, instrução religiosa). O propósito central das normas fixadas sobre cada um desses assuntos era o de criar uma comunidade escrava, moldada de acordo com os anseios dos senhores. Na verdade, a partir de um ideal de *plantation* escravista, ordenada e produtiva, os autores brasileiros do século XIX construíram um ideal de trabalhador escravo, a ser obtido

¹³⁸ *idem, ibidem*, p. 110.

¹³⁹ *idem, ibidem*, p. 97. Sobre administração e controle dos escravos, Cf Rafael de Bivar Marquese, “A teoria da administração de escravos nos quadros dos Estados nacionais”, In: *Feitores do corpo, missionários da mente*, pp. 259-376.

¹⁴⁰ Para Marquese, o trecho da *Memória* de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck que traduz essa constatação é o seguinte: “O administrador, meia hora antes de romper o dia, deve mandar tocar a chamada, à qual acodem de pronto, e a um ponto já designado toda a escravatura dos diversos trabalhos; formam-se com separação dos dois sexos, e por altura, ficando os mais altos à direita, e as mulheres defronte os homens. Os feitores tomam o centro; passa-lhe uma revista para ver os que faltam, tomando nota se por doentes, se por omissão ou por fuga; dá alta aos restabelecidos do hospital, e recolhe a ele todos os que se acham enfermos; observa se eles têm a ferramenta própria do trabalho do dia, cuja ordem deve ser dada de véspera. Imediatamente os mandará perseguir-se e rezar duas ou três orações, seguindo logo ao seu destino com o feitor na retaguarda.” Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.*; Rafael de Bivar Marquese, *op. cit.* p. 282.

com a adoção das medidas preconizadas. Para tanto, era preciso introjetar nos cativos uma certa ética “camponesa” de trabalho, que incluiria o apego à propriedade (via usufruto de roças próprias em bases familiares), o crescimento demográfico auto-sustentável da comunidade escrava, a disciplina no trabalho e a estrita obediência ao senhor.¹⁴¹

Desse modo, a administração da mão-de-obra escrava estava em contato direto com o projeto de *ordem imperial* propagado pela elite senhorial escravista sobre o qual discorreremos no capítulo anterior. Ao passo que o arquétipo de administração do escravo defendido ao final da primeira metade do século XIX visava, principalmente, evitar revoltas, ou seja, manter a ordem estabelecida em um Estado nacional “recém-criado”, *civilizar* o escravo era vital para a manutenção da “segurança pública e privada do Império”.¹⁴²

Para Ricardo Salles, o apogeu econômico de Vassouras (1851-1865) foi o período em que essas propostas de administração da escravaria repercutiram na formação demográfica dos plantéis. A partir dos anos sessenta – não por acaso após o fim do tráfico atlântico de escravos – há fortes indícios de que a população escrava estava pronta para encetar um processo de auto-reprodução natural, o que alteraria o padrão demográfico até então vigente. A conclusão de Salles é a seguinte:

A dinâmica demográfica marcada pela presença africana (...) passou a dar lugar a uma nova dinâmica, característica de uma sociedade escravista madura. A base desta nova dinâmica era a comunidade escrava estável, assentada na família, na crescente proporção de crioulos em relação aos africanos, no maior equilíbrio entre os sexos, resultando tudo isso em uma pirâmide etária mais equilibrada e no aumento do número de famílias e filhos.¹⁴³

A comunidade escrava vassourense tendia a um processo de crescimento vegetativo, se é que nele já não havia ingressado.¹⁴⁴

Por outro lado, como vimos no capítulo anterior, esse período foi marcado pela diminuição do número de alforrias nos grandes plantéis. Após a proibição do tráfico todo escravo era importante na manutenção da *plantation*, o que gerou a diminuição das alforrias. Vimos também que a alforria era importante mecanismo de controle numa

¹⁴¹ Rafael de Bivar Marquese, *op. cit.* pp. 292-3.

¹⁴² *idem, ibidem*, p. 298.

¹⁴³ Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p. 254.

¹⁴⁴ *idem, ibidem*, p. 254.

sociedade onde a reprodução da ordem escravista era vital para sua manutenção. Assim, novos mecanismos de controle e negociação eram necessários, o que nos faz acreditar que a “conjugação disciplina e paternalismo” também se fez presente na Vassouras da segunda década do Oitocentos, propiciando a estabilização das comunidades escravas.

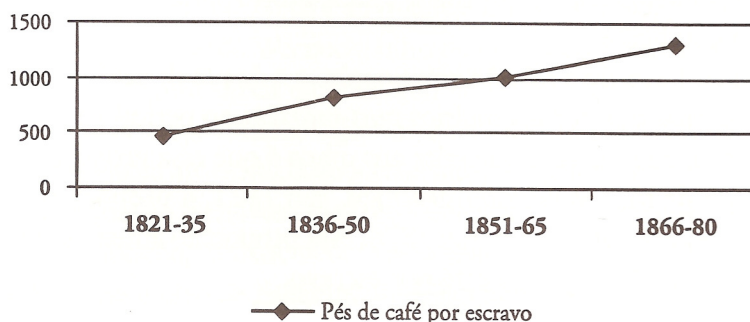
No período de grandeza (1866-1880), Ricardo Salles observou que a relação entre senhor e escravo se pautaria por uma dinâmica caracterizada por grandes demandas por parte dos escravos por “novos espaços sociais e direitos, cada vez mais difíceis de ser contemplados e enquadrados”, assim, “os senhores viram sua margem social e econômica de manobras se estreitar de forma drástica”. Não bastava a autorização para o cultivo de roças próprias, a formação de famílias, alimentação, moradia e vestimenta. Era preciso mais. Somado a isso, já não era mais possível a “válvula de escape” por meio da alforria. Cresciam as reivindicações abolicionistas, nacionais e internacionais. Diante de uma opinião pública adepta da causa abolicionista, a elite senhorial escravista fluminense não conseguiu barrar a aprovação da Lei de 28 de setembro de 1871. Mas isso também não era o bastante. “Escravos, abolicionistas e uma opinião pública que lhes era crescentemente favorável viam na lei apenas um primeiro e, cada vez mais, insatisfatório passo rumo à abolição total e sem condições”.¹⁴⁵

O período da grandeza também é caracterizado pelo possível aumento da carga de trabalho de cada escravo. Nessa época houve um considerável aumento na proporção de pés de café por escravo arrolados nos inventários da região: em 1821, a proporção era de cerca de 118 pés de café para cada escravo arrolado, já no ano de 1876, a proporção passa a ser de aproximadamente 3.800 pés de café por escravo. Observemos, no gráfico abaixo, essa tendência de crescimento do número de pés de café por escravo ao longo de cada período do desenvolvimento econômico do café em Vassouras:

¹⁴⁵ *idem, ibidem*, pp. 152-3.

GRÁFICO II

Pés de café por escravo por períodos — 1821-1880



Apud Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p. 154.

É certo que as crescentes demandas da comunidade escrava num período de aumento da carga de trabalho, diminuição das alforrias e da margem econômica de negociação dos senhores de escravos provocaram mudanças no cotidiano das senzalas, podendo ter ampliado as tensões já existentes ou as amenizado. Nos itens a seguir, prosseguiremos verificando o tipo de dieta alimentar dos escravos e os principais castigos físicos aplicados aos faltosos. Pretendemos com isso avaliar como essas novas demandas dos escravos influenciaram o seu tipo de alimentação e os castigos recebidos para, daí, no capítulo seguinte, relacionar esses fatores, somados ao trabalho na lavoura, aos tipos de enfermidades que mais levaram os escravos a óbito.

“Chega, enfim, o fim da tarde. Os carros de bois, chiando ao peso da carga, entram nos terreiros e... se não chamam bem alto, com isso descontente fica o lavrador: os carros não vêm bem cheios, a carga foi pouca”. Lá se vai o dia, mas o trabalho continua. No serão, os escravos recolhem o café às tulhas, o milho ao paiol, preparam suas ferramentas para o dia seguinte. Findo o trabalho, recolhem-se às senzalas. “Pelas senzalas, pequenos fogos onde assam bananas, batatas e mandioca. Fumam. Conversam. Ouvem histórias dos pretos velhos... Oito, oito e meia, toque do sino. Todos se recolhem”.¹⁴⁶ Logo o galo tornaria a cantar novamente.

2.2. A manutenção da ordem: os castigos

¹⁴⁶ Eloy de Andrade, *op. cit.* pp. 100-1.

Tema ingrato o dos castigos físicos. Como trabalhar com essa temática, se os castigos só aparecem – e quando aparecem! – nas “frestas” pelas páginas dos documentos e jornais da época? Como verificar a intensidade do castigo, a cadência dos açoites, os outros tipos de castigos como a privação de alimentos? Esses questionamentos tornam-se ainda mais complexos quando a eles adicionamos a ampla variedade de casos específicos: bons e maus senhores, faltas graves e leves, escravos valiosos e sem valor algum.

Generalizar sobre esse tema não seria difícil.¹⁴⁷ Muitos foram os autores que basearam suas explicações na mera constatação de que os castigos eram comuns e que o escravo era açoitado por qualquer coisa sem considerar a constante negociação entre senhor e escravo. Na verdade, essa visão era fruto da mera reprodução daquilo que descreveram alguns viajantes que por aqui passaram.

Alguns autores, porém, defendem que a aplicação dos castigos

não fazia parte absolutamente da vida diária do escravo. Ninguém nega tenha havido senhores ou senhoras sádicos. Contudo, de modo geral, nem o senhor nem o feitor passeiam entre os escravos, chicote na mão, para repreender qualquer peca-dilho. Os meios utilizados para assegurar a obediência no trabalho e a humildade nas relações com os senhores são muito mais sutis. (...) O chicote, o tronco, a máscara de ferro, ou o pelourinho, são o último recurso dos senhores incapazes de manter a disciplina.¹⁴⁸

Reproduzir a métrica de que os castigos eram aplicados a “torto e a direito” é continuar com uma visão parcial do que significou esse mecanismo para a sociedade escravista do Oitocentos. Da mesma forma, negar o uso dos castigos físicos não traria avanço algum para essa análise. A utilização das punições físicas era pautada por normas, por um código de conduta estabelecido socialmente, ao qual nos referimos no capítulo anterior. Tudo isso torna mais complexa a abordagem desse tema.

A historiografia sobre a escravidão em Vassouras, em larga medida reforça a tese de que os castigos eram rotineiros. Stanley Stein defende que “não somente

¹⁴⁷ Kátia Mattoso lembra, nessa mesma direção, que “a disciplina do trabalho não é a mesma numa grande fazenda de cana ou de café e numa propriedade familiar pequena na qual se cultiva fumo ou mandioca e onde o escravo convive na intimidade da família do senhor, participa de suas alegrias e suas dores”. Kátia Mattoso, *op. cit.* p. 117.

¹⁴⁸ *idem, ibidem*, pp. 116-7.

perversidade, mas também o desejo de levar os escravos a trabalharem por mais tempo e mais arduamente motivaram o uso liberal do chicote”.¹⁴⁹

Histórias de senhores e feitores perversos não são incomuns no Vale:

Na fazenda da Barra, de que era médico de partido, encontrou certa vez meu pai, na enfermaria, um negro gemendo, em decúbito abdominal. O proprietário da fazenda estava ausente, residia na Corte, e deixava a administração a cargo de um indivíduo rude, Domingos de Souza, temido pela brutalidade com que castigava os escravos.

O prático de farmácia e o enfermeiro, Cláudio Carballo Vasquez, interrogado, informou o seguinte: Na véspera, à tarde, o doente, David, chegara da roça amarrado e acompanhado por dois pretos, dos mais possantes, com ordem de metê-lo no tronco, onde passara a noite.

Meu pai, comovido, perguntou:

- Que foi isto, David?

- Vou morrer, seu Doutor; deram no seu negro para matar. Só o que peço a Vancê é que me mande dar um pouco de vinho.

Levantando o lençol, verificou-se que desde os ombros até a curva dos joelhos não havia mais pele; a carne, macerada, tinha desaparecido em vários pontos e viam-se os ossos de duas costelas.

O preto faleceu no dia seguinte.¹⁵⁰

Certamente os castigos eram um importante mecanismo de manutenção da disciplina. Sua ação, dependendo da intensidade, poderia comprometer seriamente a saúde do cativo. No caso da história acima, o escravo David não resistiu aos ferimentos e acabou por falecer. No próximo capítulo, quando analisarmos os principais motivos das mortes da população escrava de Vassouras, procuraremos identificar possíveis causas relacionadas a castigos físicos. E, assim, verificar o que essas punições representaram para o contexto da morte escrava em Vassouras, tentando confrontar a idéia de que o castigo era generalizado.

Antes, contudo, é necessário que discorramos sobre o que o castigo dos escravos significava para aquela elite local.

¹⁴⁹ Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 171.

¹⁵⁰ Eloy de Andrade, *op. cit.* pp. 342-3.

2.2.1. “*No soffrimento está a punição; do contrario não haveria castigo corporal possível*”

Reproduzimos, a seguir, a carta do delegado de polícia José Faustino da Fonseca Silva sobre as conclusões a que chegou após o resultado do exame de corpo de delito do escravo Bernardo:

Do presente auto de corpo de delito ficou provado, que os ferimentos do escravo Bernardo, pertencente a Francisco da Costa Sousa Moraes, são da natureza dos compreendidos no artº 201 do Cód. Crim., em que não há logar o procedimento official, salvo o caso de flagrante.

Não se dando esta hypothese, entendi que não me era licito ir alem; por essa razão não prosegui nos termos de um inquerito regular.

Demais, pelas declarações verbaes, que fes o paciente nesta delegacia, e não só por elas, como pela natureza e região, em que estão situados os ferimentos, **tracta-se de um castigo infligido ao mesmo paciente por seu senhor**; castigo que escapa á sanção pessoal, e que **o senhor tem o direito de applicar a seu escravo, uma ves que**, como no caso vertente demonstrava o corpo de delito, **seja moderado e a qualidade delle não seja contraria ás leis em vigor**.

Neste caso nem o escravo póde ser considerado como uma pessoa miseravel para logar o procedimento ex-officio, porque isto importaria na annullação do **direito de castigo**, que teem os senhores sobre os seus escravos.

Não ha castigo corporal, embora **moderado**, que pelo menos não cause dor ao paciente: **no soffrimento está a punição; do contrario não haveria castigo corporal possível**.

O escrivão faça remessa destes autos ao Dº. Promotor Publico por intermedio do Dº. Juiz Municipal, na forma da lei.

Vassouras, 6 de Fevereiro de 1882.

José Faustino da Fonseca Silva

Delegado de Policia em Exercício

(Grifos nossos)¹⁵¹

O escravo Bernardo, de propriedade de Francisco da Costa Sousa Moraes, após ser castigado por seu senhor, foi encaminhado para a realização do exame de corpo de

¹⁵¹ Arquivo Cartorário do Poder Judiciário – Peças Documentais (CDH) – Vassouras – Correspondência Oficial – Ano 1882 – Caixa 238 – Delegado de Polícia: José Faustino da Fonseca Silva. *Apud* Ailton Bezerra Lima, A violência e o discurso jurídico sobre o escravo no vale do Paraíba no século XIX. In: II Simpósio de Política e Cultura: Documentos e Abordagens.

delito, que tinha por objetivo constatar a existência das lesões para, daí, figurar como indício no processo que o poderia seguir. De posse de tal exame, o delegado responsável conclui que tais ferimentos, por sua “natureza e região”, são resultantes **“de um castigo infligido ao mesmo paciente por seu senhor; castigo que escapa á sanção pessoal, e que o senhor tem o direito de aplicar a seu escravo, uma vez que, como no caso vertente demonstrava o corpo de delito, seja moderado e a qualidade delle não seja contraria ás leis em vigor”**. Dessa maneira, entendeu o delegado que não “era licito ir alem”, por isso, por nenhuma das partes ter infringido lei alguma, não foi aberto um “inquerito regular”. A conclusão baseou-se, entre outros argumentos acima expostos, no **“direito de castigo”** do senhor, desde que este seja **“moderado”**.

Para além da discussão sobre a legislação da época sobre os castigos físicos¹⁵² que os senhores aplicavam em seus escravos, que por hora não nos interessa, gostaríamos de salientar o uso da palavra “moderado”, que aparece por duas vezes no mesmo documento.

Ora, a moderação foi um dos princípios defendidos pelos manuais agrícolas do final da primeira metade do século XIX. Como vimos, nas palavras do barão de Paty, “o castigo deve ser proporcional ao delito” e o senhor deve fazer “justiça reta e imparcial ao seu escravo” – lembremos que esse modelo, que englobou outras propostas já analisadas, era vital, segundo a ótica do senhor e do Estado, para a manutenção da ordem e da escravidão.¹⁵³ A moderação era o caminho para evitar a desordem, a rebeldia e a rebelião, ao mesmo tempo em que mantinha a dependência, o controle e a submissão.

Rafael Marquese, analisando o desenvolvimento da teoria ilustrada da administração dos escravos nas Antilhas na segunda metade do século XVIII, verificou que um de seus pontos centrais era a diminuição dos castigos físicos. Essa proposta não implicou em castigar menos, mas sim em tornar o castigo mais eficiente, o castigo, ou sua possibilidade, passava a ser um forte mecanismo simbólico de coação. Essa idéia resumia-se em dois princípios basilares: “o princípio da moderação e o do cálculo

¹⁵² Cf Maria Helena Machado, *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁵³ Completa o Barão: “Nem se diga que o preto é sempre inimigo do senhor; isto só sucede com os dois extremos: demasiada severidade, ou frouxidão excessiva, porque esta torna-os irascíveis ao menos excesso de um senhor frouxo, e aquela toca-os à desesperação”. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.* p. 37.

preciso das penas”. Para essa teoria, o delito representaria um *prazer* para o escravo, de forma oposta, o castigo era tido como *dor*, assim, o prazer em cometer a falta não deveria ser maior que a dor do castigo, o contrário também deveria ser observado. Moderação.¹⁵⁴

A moderação tornou-se a virtude a ser buscada na relação entre senhor e escravo, ao menos do ponto de vista do senhor. Mas a relação entre as partes era necessariamente desigual, em última análise, sempre pedia para o lado do senhor mesmo que houvesse a possibilidade de negociação. O escravo era propriedade, e como propriedade estava sujeito ao seu senhor.¹⁵⁵ A possibilidade do castigo, desde que “seja moderado e a qualidade delle não seja contrária às leis em vigor”, é reflexo dessa relação desigual.¹⁵⁶

O fato de o discurso senhorial pender para a moderação nesses anos finais da primeira metade do Oitocentos indica que o sistema escravista, a escravidão enquanto instituição social, passava por mudanças. Tais mudanças foram observadas em Vassouras no que tange ao direito a roças próprias, a formação de famílias, a alimentação, moradia e vestuário adequados, isso diante da crescente inquietação dos movimentos abolicionistas e da desvinculação dos interesses do Estado dos interesses da elite escravocrata cafeicultora do Vale a partir da década de 1860.

Provavelmente, não saberemos se o uso do castigo físico também passou por essas adequações ao longo desse período histórico. Para Eloy de Andrade, “somente nos últimos anos que precederam a lei áurea, os castigos se abrandaram, pelo surto das idéias abolicionistas, pela crítica aos que eram desumanos e pelas acusações que chegavam a ter eco no Parlamento”.¹⁵⁷ Podemos perceber que a elite senhorial escravista preocupou-se com esse tema. A censura pública empreendida ao capitão-mor Manuel Francisco Xavier por seus pares, quando da revolta de Manoel Congo, retrata que era presente a preocupação com os senhores que não sabiam castigar seus escravos, ao menos na esfera do público e do discurso. Infelizmente não poderemos apurar se tal preocupação só figurou como argumento retórico, se realmente os ferimentos de

¹⁵⁴ Rafael de Bivar Marquese, *op. cit.* p. 158.

¹⁵⁵ Jacob Gorender, *op. cit.* p. 60.

¹⁵⁶ Arquivo Cartorário do Poder Judiciário – Peças Documentais (CDH) – Vassouras – Correspondência Oficial – Ano 1882 – Caixa 238 – Delegado de Polícia: José Faustino da Fonseca Silva. *Apud* Ailton Bezerra Lima, A violência e o discurso jurídico sobre o escravo no vale do Paraíba no século XIX. In: II Simpósio de Política e Cultura: Documentos e Abordagens.

¹⁵⁷ Eloy de Andrade, *op. cit.* p. 341.

Bernardo foram resultado de um castigo “justo”, se Francisco da Costa, usou de “moderação” quando pendeu o relho sobre as costas de seu escravo. A conclusão das autoridades foi que o açoite não contrariou as “leis em vigor”. Para nós isso é apenas mais um indício daquilo que realmente aconteceu.

Mas essa constatação não deve disfarçar a real importância dos castigos para a manutenção da ordem em uma fazenda, o castigo, ou a lembrança dele, deve ter funcionado como um forte mecanismo simbólico de coação também entre os escravos das *plantations* do sudeste brasileiro. De certo que o “chicote, o tronco, a máscara de ferro, ou o pelourinho, são o último recurso dos senhores incapazes de manter a disciplina”¹⁵⁸, mas são instrumentos eficientes, só a existência, por exemplo, do pelourinho, na frente da senzala ou nas proximidades do terreiro de café, já bastava como elemento inibidor da desordem. Mesmo sendo o “último recurso”, os castigos eram recursos possíveis, legítimos, estratégicos para a manutenção da disciplina entre os escravos.

2.3. Habitação e Higiene

A habitação mais comum dos escravos das grandes fazendas, especificamente daqueles que lidavam diretamente com as tarefas demandadas pela cultura do café, eram as senzalas. Estas eram construídas fechando um dos lados do “quadrado funcional” da fazenda, sempre contíguas às demais construções de modo que estivessem à vista dos senhores e feitores para facilitar a vigilância.

Com os melhoramentos propiciados pelo aumento das rendas com o café, algumas senzalas ganharam telhado feito de telhas de barro ou uma varanda externa.¹⁵⁹ Outras melhorias foram propostas pelo barão de Paty. Para ele,

(...) as senzalas dos pretos, que devem ser voltadas para o nascente ou o poente e em uma só linha, se for possível, com quartos de 24 palmos em quadro e uma varanda de oito de largo em todo o comprimento. Cada quarto destes deve acomodar quatro pretos solteiros e, se forem casados, marido e mulher com os filhos unicamente. As varandas nas senzalas são de muita utilidade porque o preto, na visita que faz ao seu parceiro, não molha os pés se está a chover; quase sempre estão eles ao pé do fogo,

¹⁵⁸ Kátia Mattoso, *op. cit.* pp. 116-7.

¹⁵⁹ Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 48, 70-1.

saem quentes para o ar frio e chuva, constipam-se e adoecem. Depois que fiz todas as senzalas avarandadas, adoecem muito menor número de pretos, além de se conservarem mais robustos. As senzalas devem ser feitas no lugar mais sadio e enxuto da fazenda: é da conservação da escravatura que depende a prosperidade do fazendeiro. Muitos porém há que não olham para isso; conservam-nos em cloacas úmidas e pouco ventiladas; enfim, muitos há que para o preto é que menos olham; o que querem é tirar serviço enquanto ele, como um espectro, move as pernas, embora no seguinte dia se ache na eternidade.¹⁶⁰

A preocupação do Barão com a construção das senzalas apoiava-se em seu interesse de evitar que os escravos ficassem doentes. Segundo suas experiências, a construção da varanda externa repercutiu na melhora da saúde de seus escravos. O local adequado deveria ser seco e ventilado para evitar a propagação de moléstias. Contudo, ainda assim, as senzalas eram pouco ventiladas e seu piso era de terra batida.

Nas atuais imagens da fazenda Santa Clara de Valença, que pertenceu ao barão de Santa Clara, Manuel Francisco Albernaz, podemos perceber que as janelas da senzala não são reais, são pintadas para dar maior conformidade ao conjunto arquitetônico da fazenda (Imagem I); na verdade, as aberturas situadas na parte superior da construção, próximas ao telhado, é que serviriam para a ventilação. As imagens dos fundos (Imagem II) e do interior (Imagens III, IV e V) dessa mesma senzala revelam o padrão típico da construção desses edifícios: o pau-a-pique. Não se pode deixar de notar, além das poucas aberturas para a ventilação e iluminação (Imagens V e VI), que o chão é de terra batida (Imagem V).

Essas habitações podiam contar ainda com rústicos móveis, que alguns escravos, em grupo ou em família, poderiam conquistar por sua disciplina ou dedicação ao trabalho: “uma cama ou tarimba de tábuas apoiadas sobre dois cavaletes de serraria, coberta com uma esteira de capim trançado, talvez um pequeno baú de madeira, e na parede alguns prendedores e diversas cuias para guardar feijão, arroz ou gordura de porco”.¹⁶¹

De toda forma, a senzala era um local escuro, mal ventilado, muitas vezes úmido, frio nos dias mais intensos de inverno e muito quente nos verões. À noite, trancados em seus cubículos, os escravos que desejassem acender uma pequena fogueira

¹⁶⁰ Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.* p. 32.

¹⁶¹ Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 70-1.

para se aquecer ou cozinhar algum alimento certamente teriam de conviver com os incômodos causados pela fumaça.¹⁶² Doenças respiratórias foram comuns aos escravos vassourenses.¹⁶³

O conjunto desses atributos tornava a senzala um local potencial para a aparição, desenvolvimento e contágio de doenças. Os cativos, submetidos ao trabalho penoso das fazendas de café somado a uma alimentação deficiente, como veremos a seguir, eram presas fáceis para doenças de toda sorte.

¹⁶² Para Robert Slenes, o fogo dentro da habitação e a fumaça fazem parte de uma herança cultural africana, assim mais que necessária, a fogueira fazia parte de um rito para aumentar a proximidade com os ancestrais. Esse tema, sobre o qual não pretendemos nos alongar, é bem analisado pelo autor em *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações da família escrava – Brasil sudeste, século XIX* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999).

¹⁶³ Cf Thiago de Souza dos Reis, *Livro de óbitos de cativos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras: um estudo demográfico, 1865-1888*, Monografia de conclusão de curso, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2007.



Imagem I: Vista frontal da senzala da Fazenda Santa Clara, Valença.¹⁶⁴



Imagem II: Vista dos fundos da senzala da Fazenda Santa Clara, Valença. Cada porta, possivelmente, era uma saída individual de um cubículo.

¹⁶⁴ Essas imagens são fotografias de Liliane Gnocchi da Costa Reis, gentilmente cedidas por Ricardo Salles. Essas mesmas imagens fazem parte das ilustrações do livro *E o Vale era o escravo* de Ricardo Salles.



Imagem III: Detalhe da base da parede interna da senzala da Fazenda Santa Clara, Valença.



Imagem IV: Detalhe da parede interna da senzala da Fazenda Santa Clara, Valença.



Imagem V: Detalhe das aberturas superiores, do telhado e do piso de terra batida do interior da senzala da Fazenda Santa Clara, Valença.



Imagem VI: Detalhe das aberturas superiores no interior da senzala da Fazenda Santa Clara, Valença.

Além disso, as condições higiênicas do escravo, seja no eito ou na senzala, também não eram as mais adequadas. O simples fato de andar sempre descalço, faça chuva ou faça sol, de comer com as mãos e de habitar locais sem ventilação ou iluminação, expunha constantemente o cativo à sujeira e a todas as doenças que dela decorrem. “Na ausência de latrinas, ‘escravos ou colonos espalham excrementos por toda parte’, cascas de café e outras substancias poluíam córregos e riachos onde escravos e outras pessoas bebiam água”.¹⁶⁵

A contaminação da água e dos alimentos era um fato. Não era disseminada, mesmo na população em geral, a idéia de que a sujeira poderia causar doenças, ou que estas poderiam ser transmitidas pelo ar, água ou contato com outras pessoas contaminadas.¹⁶⁶

Toda a população sofria com a falta de medidas higiênicas, que hoje nos são conhecidas, mas era a população escrava que menos podia fazer para alterar sua situação. Habitar as senzalas, muitas infestadas de insetos, comer a comida que lhe era dada e trabalhar segundo as ordens de seu senhor eram os rudimentos básicos do sistema escravista, aos quais poucos conseguiram fugir.

2.4. Alimentação

Analisar a dieta alimentar dos escravos¹⁶⁷ no interior das senzalas é outra seara difícil de ser trabalhada.

Sua variação poderia ser influenciada pelo tipo de culturas paralelas ao café existentes em cada fazenda, pelo clima que não foi favorável ao crescimento do milho, por exemplo, em determinado ano, pelo atraso das tropas que vinham da Corte por conta

¹⁶⁵ Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 222.

¹⁶⁶ Cf Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁶⁷ Um importante texto sobre a dieta alimentar dos escravos na Corte encontra-se em *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850* de Mary Karasch, pp. 198-206. Outro importante trabalho sobre alimentação é de Julita Scarano, “Algumas considerações sobre o alimento do homem de cor no século XVIII”, *Revista de História/USP*, nº 123/124, 1991. p. 71-9. Para ver uma coletânea de trechos de diversos viajantes sobre a alimentação de escravos, conferir Iraci del Nero da Costa e Renato Leite Marcondes, “A Alimentação no cativo: uma coletânea sobre os regimes alimentares dos negros afro-brasileiros”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Rio de Janeiro*, v. 162, n. 411, p. 199-246, abr./jun. 2001.

das estradas intransitáveis devido às fortes chuvas, pela quantidade de matas onde fosse possível apanhar frutas frescas...

No início deste capítulo, vimos que a rotina do escravo na fazenda compreendia espaço para quatro ou cinco refeições diárias e que a base dessas refeições era a farinha de milho, preparada de várias maneiras, o feijão, temperado com toucinho de porco, o café e, em algumas fazendas, o arroz. Açúcar, farinha de mandioca e raros pedaços de carne-seca ou peixe salgado também podiam completar as rações diárias. Frutas e verduras não figuram das descrições dos viajantes e cronistas da época, mas é provável que também freqüentassem as refeições no ambiente rural.

O barão do Paty, por exemplo, recomendava que

O preto-trabalhador de roça deve comer três vezes ao dia, almoçar às oito horas, jantar à uma hora e cear das oito até as nove. Sua comida deve ser simples e sadia. Em serra acima, em geral não se lhe dá carne; come feijão temperado com sal e gordura e angu de milho, que é comida muito substancial. A farinha de mandioca é fraca e de pouca nutrição. Quando por necessidade me vejo obrigado a dar-lhe seguidamente dela com feijão, começam a sentir-se fracos e tristonhos e vêm requerer o angu: por isso o mais que faço é intermear uma comida com duas de angu.¹⁶⁸

A essas três refeições diárias, certamente juntavam-se dois lanches diários. Continuava o Barão, agora criticando outros senhores que não sabiam o modo correto de alimentar seus escravos:

Alguns agricultores adotavam, de tempos a esta parte, o costume de dar só duas comidas aos escravos, dando-lhes às 10 ou 11 horas do dia o almoço e o jantar às 5 da tarde. Tais lavradores não têm em vista os seus interesses; seus escravos devem fazer muito menos serviço, além de começarem a arruinar o estômago. Como é, pois, que um homem ou uma mulher (que inda é mais fraca) pode agüentar desde as cinco horas até as dez ou onze do dia seguinte sem comer, e trabalhando ao rigor do tempo com enxada, foice ou machado?!¹⁶⁹

Cada senhor poderia dar a quantidade e o tipo de alimentação que achasse conveniente aos seus escravos, de acordo com o trabalho desempenhado em suas fazendas.

Outra proposta que o Barão defendia era o usufruto pelos escravos de pequenos pedaços de terra para que neles cultivassem hortas familiares. Segundo o Barão, ‘não se

¹⁶⁸ Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.* p. 38.

¹⁶⁹ *Idem, ibidem.* p. 38.

deve porém consentir que a sua colheita seja vendida a outrem e sim a seu senhor, que deve fielmente pagar-lhes um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de taberna”. Ainda segundo o Barão, “esse dinheiro serve-lhes para o seu tabaco, para comprar sua comida de regalo, sua roupa fina, de sua mulher se é casado, e de seus filhos”.¹⁷⁰

De forma alguma, o escravo só se beneficiava dessas hortas através do lucro que delas advinha. Para Eloy de Andrade o escravo era quem “procurava melhorar a sua alimentação, entregando pela manhã, a cozinheira, batata doce, mandioca ou bananas, que lhe eram restituídas, assadas, quando descia para a refeição”, levando à cozinheira o fruto que ele mesmo cultivou.¹⁷¹

Contudo, era o senhor o grande provedor da alimentação do escravo, responsável pela maior parte dos alimentos oferecidos na dieta básica que salientamos anteriormente.

A existência de outras culturas nas fazendas cafeeiras era um traço estrutural desse tipo de *plantation*. A presença dessas lavouras complementava o modelo de produção implementando a capacidade auto-sustentável da fazenda, que precisava, por consequência, recorrer menos ao mercado para suprir as necessidades de subsistência da unidade, como bem notou João Fragoso para as fazendas de Paraíba do Sul.¹⁷² A auto-suficiência da empresa escravista era defendida também pelo barão de Paty. Em sua *Memória*, o Barão lembra que

Um fazendeiro cuidadoso tem todos os dias um jantar esplêndido, e só lhe custam dinheiro o vinho e o sal, ou alguma iguaria para acepipe, o mais tem ele de casa e com muita profusão. Creio que não exagero; alguns senhores da corte que têm vindo cá por cima conhecem isto e me farão justiça.

¹⁷⁰ *idem, ibidem*. p. 37. Segundo Stein, “ao longo do ano a alimentação básica era ocasionalmente variada com pratos especialmente apreciados. Servida apenas na Semana Santa, a paçoca era feita de amendoim torrado, moído no pilão e misturado com farinha de mandioca e açúcar. Reduzida a um pó fino, a paçoca adoçava o café ou era comida às colheradas. A canjica era feita de milho seco amassado lentamente enquanto algumas gotas de água umedeciam os grãos até que a casca externa saísse. Era então cozida no leite e condimentada com amendoim, açúcar e cravo-da-índia. Às vezes os senhores regalavam seus escravos na época da colheita oferecendo um leitão àqueles que ultrapassassem sua cota de grãos colhidos; nos dias santos havia também a distribuição de churrasco de porco. Uma variedade de frutas, encontradas no mato ou cultivadas nas fazendas, complementavam a alimentação. Havia várias espécies de bananas, o ‘pão do homem pobre’, e de laranjas, sem mencionar outras frutas da estação – manga, sapoti e jabuticaba”. Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 213.

¹⁷¹ Eloy de Andrade, *op. cit.* p. 277.

¹⁷² João Fragoso, *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920) um estudo de relações não-capitalistas de produção*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1983.

Todo fazendeiro deve plantar mantimentos que lhe cheguem para o gasto, de forma que não lhe seja preciso comprar para o consumo, embora faça menos safra; ela lhe ficará livre e seus domésticos estarão fartos, pois quando se compra nunca há abundância, e eles mais ou menos sempre sofrem.¹⁷³

Mesmo que os grandes cafeicultores tivessem que recorrer a outros produtores, havia os pequenos sítiantes do entorno que garantiriam o abastecimento. Outra alternativa era recorrer aos comissários da Corte que estavam sempre prontos para enviar os suprimentos necessários.

A partir da década de 1850, com a crescente alta dos preços do café e a diminuição das matas virgens, a indústria cafeeira voltou sua expansão para as áreas antes destinadas ao cultivo de gêneros de subsistência, o que gerou a diminuição na produção desses gêneros e a necessidade, cada vez maior, de comprá-los de outros produtores.¹⁷⁴ Segundo Stein, esse processo, por ele chamado de “fim da auto-suficiência das fazendas”, iniciou-se porque os agricultores

Atraídos pelos altos preços do café no início da década de 1850 e alarmados com a mão-de-obra cada vez menos disponível, agora parcialmente desviada para a construção de estradas e companhias de manutenção que surgiram após 1850, os grandes fazendeiros (grande lavoura) haviam reduzido as extensões de terra dedicadas à agricultura de subsistência e concentrado seu trabalho sobre a produção de café. (...) Quando, no entanto, reduziram a extensão das terras voltadas para a agricultura de subsistência, mesmo a mais insignificante variação nas suas colheitas forçava-os a se voltarem para o anterior e abundante mercado local que havia sido suprido em anos recentes, principalmente pelos pequenos agricultores (pequena lavoura).¹⁷⁵

Mas esse problema não se restringiu à grande lavoura. A crise afetou também os pequenos produtores, o que acabou por gerar o colapso do mercado interno de produção de gêneros de subsistência na região, prossegue Stein:

Os pequenos fazendeiros, por sua vez, não mantiveram seu interesse pela agricultura de subsistência porque a elevação do preço dos escravos impediu-os de adquirir novos e ainda forçou-os a vender os que possuíam aos grandes fazendeiros e às

¹⁷³ Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.* p. 33.

¹⁷⁴ Mônica Oliveira identificou esse mesmo processo no desenvolvimento da cultura cafeeira na região da Zona da Mata mineira após a primeira metade do século XIX. Cf Mônica Ribeiro de Oliveira, “Cafeicultura mineira: formação e consolidação – 1809-1870”, IX Seminário sobre a Economia Mineira.

¹⁷⁵ Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 74.

companhias de estradas. A absorção crescente, pelas grandes fazendas, da mão-de-obra escrava disponível resultou no gradativo desaparecimento de pequenas fazendas e sítios.

(...) Fazendeiros que antes haviam produzido seus próprios alimentos básicos – fubá, farinha de mandioca, feijão, carne-seca e toucinho de fumeiro – estavam agora, ao final da década de 1850, abalados pela queda na produção e elevação do preço desses artigos.¹⁷⁶

Como bem notou Eduardo Silva, a auto-suficiência da fazenda defendida pelo barão de Paty em 1847 não se manteve, ou mesmo nem foi alcançada, após 1850. Segundo ele, se aqueles senhores da Corte, a quem o Barão se referiu no trecho de sua *Memória*,

tivessem visitado o Barão de Paty depois de 1850, encontrariam, certamente, uma situação bem diversa. Esta auto-suficiência das fazendas, descrita não sem uma ponta de orgulho, em seu livro, ele próprio não a consegue realizar na prática diária de sua vida de fazendeiro, a partir da segunda metade do século, embora continue sendo a situação tida como ideal e ele a persiga continuamente.¹⁷⁷

Muitas foram as causas do desequilíbrio na produção de víveres nas fazendas do Barão. Chuvas ou sol em demasia, excessiva especialização na cultura cafeeira, alto consumo dos diversos ramos da empresa escravista. Tudo isso obrigava o Barão a comprar, ano após ano, cada vez mais gêneros de subsistência tanto à sua porta como na Corte. Em 1853, encomendou a seu comissário sacas de feijão; em 1855, novamente encomendou a seu comissário na Corte e comprou à sua porta mais de 600 alqueires de milho! Essas constantes compras acabavam por gerar outros percalços. As estradas não tinham condições para suportar esse tráfego extra, resultado: as encomendas freqüentemente atrasavam. Outro problema que decorreu da maior procura por gêneros de primeira ordem foi a necessidade do aumento da tropa para o transporte desses itens; a compra de novas mulas implicava no aumento do consumo do milho pela tropa.¹⁷⁸

A dependência das remessas externas foi tamanha que, no final da vida, o Barão aparece queixando-se da demora nas entregas: “Ainda até esta data [16/02/1861]

¹⁷⁶ *Idem, ibidem*, pp. 74-5. Para uma discussão mais aprofundada sobre como ocorreu a concentração da mão-de-obra escrava em Vassouras, ver “Acumulação e concentração da propriedade escrava”, In: Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, pp. 155-71.

¹⁷⁷ Eduardo, *op. cit.* pp. 160-1.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*, pp. 160-70.

não chegaram os gêneros alimentícios, e já estou sem consumo, e **pedindo emprestado para comer**”¹⁷⁹ (Grifos nossos). A crise chegou à casa-grande.

Certamente, a carestia que se intensificava ao longo da segunda metade do século XIX, antes de atingir a mesa dos barões, flagelou ainda mais a ração das senzalas, influenciando a qualidade e a quantidade de comida oferecida aos escravos. Apesar de alguns senhores autorizarem o cultivo de roças familiares por seus escravos, Eloy de Andrade relata que não era incomum, especialmente aos domingos, escravos aparecerem à sua porta para pedir: “não pediam fumo, açúcar ou um cobre (vintém), mas um prato de comida, porque, nas fazendas a que pertenciam nem mesmo terras eram concedidas para roças próprias”. A qualidade da comida de algumas fazendas também deixava a desejar: “fubá de milho carunchado, feijão bichado”.¹⁸⁰

Para além das possíveis variações de qualidade e quantidade, o que dizer da dieta básica do escravo – angu, feijão, farinha de mandioca, café, carne-seca – e seu peso nutricional?

Julita Scarano, em seu estudo sobre Minas Gerais no século XVIII, conclui que a dieta da mulher e do homem escravos era insuficiente em quantidade, em qualidade, em variedade e em calorias, além da falta de vitaminas e sais minerais.¹⁸¹ Uma análise superficial dos alimentos básicos da dieta dos escravos poderia indicar a presença marcante de carboidratos. De maneira geral, faltam fontes de proteínas e de muitos tipos de vitaminas. Uma dieta pobre em fibras vegetais, cálcio e ferro de origem animal. Ou seja, uma dieta que visava fornecer a energia necessária ao trabalho no eito (através dos carboidratos do milho, da farinha de mandioca e do feijão), mas que não supria *a priori* as demais necessidades alimentares básicas.

As proteínas, tão necessárias à recomposição celular e ao desenvolvimento do organismo, especialmente para jovens em fase de crescimento e trabalhadores braçais¹⁸², eram obtidas de poucas fontes: milho, feijão e carnes. O milho e o feijão não são boas fontes protéicas, já as carnes nem sempre eram adicionadas à comida. Fora o toucinho do tempero do feijão e as poucas lascas de carne-seca duas ou três vezes na

¹⁷⁹ Carta ao Ilmo. Sr. João Baptista Leite & C.^a. Monte Alegre, 16 de fev. de 1861. A. N. Cód. 112, v. 3, 2º. maço, p. 245. *Apud* Eduardo Silva, *op. cit.* p. 167.

¹⁸⁰ Eloy de Andrade, *op. cit.* p. 279.

¹⁸¹ Cf Julita Scarano, *Cotidiano e Solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais no séc. XVIII*, Rio de Janeiro, Brasiliense, 1994.

¹⁸² Paolo Sorcinelli, “Alimentação e Saúde”, In: *História da Alimentação*. Jean Louis Flandrin & Massimo Montanari (Org), São Paulo, Estação Liberdade, 1996. p. 792-805.

semana, quase nunca o escravo alimentava-se com proteínas de origem animal. Nesse ponto, temos que considerar ainda que as carnes secas e salgadas ou defumadas, apesar de manterem um alto percentual da proteína, quando comparado à carne verde (fresca), perdem tiamina, importante vitamina do complexo B.¹⁸³

Via de regra, o milho, muito presente na alimentação dos escravos sob diversas formas, não possibilita qualquer contribuição em relação aos parâmetros nutricionais de uma alimentação tida como padrão. Sua contribuição está no fornecimento, através dos carboidratos, da energia necessária para o desempenho do labor do escravo, apenas para isso, pois não contribui para o acúmulo de calorias nem para suprir a necessidade de vitaminas e proteínas. Uma dieta baseada no milho “encobre” as reais necessidades nutricionais, já que, ao matar a fome, o indivíduo tem-se por “alimentado”, essa característica da alimentação focada no milho acaba por gerar inúmeras doenças carenciais, avitaminoses e perda de massa muscular, debilitando o indivíduo e abrindo uma brecha para doenças oportunistas no seu sistema imunológico.¹⁸⁴

Outra questão sobre a qual não temos a intenção de nos aprofundar, é a influência do fumo e da cachaça na dieta do escravo. São corriqueiras na historiografia e nos manuais agrícolas do século XIX referências sobre o costume das populações negras sob o jugo da escravidão servirem-se da cachaça e do cachimbo, não só em momentos rituais, mas cotidianamente. Para a administração dos escravos, a cachaça e o fumo eram problemas constantes; escravos ébrios eram causadores de desordens, cometiam crimes, faziam corpo mole para o trabalho; o “pito” era pretexto para interromper as tarefas.¹⁸⁵ Sabemos hoje que o alcoolismo e o fumo são prejudiciais à saúde, causadores de inúmeras doenças. Sabemos, também, que podem influenciar a sensação de fome e de saciedade nos indivíduos, além de alterar ou inibir o metabolismo de vitaminas, sais minerais, proteínas... e sua absorção pelo organismo. Escravos que bebiam cachaça e fumavam seu cachimbo certamente tiveram sua nutrição prejudicada.

Esse quadro, possivelmente de subnutrição, somado a condições de higiene e de moradia inadequadas dos escravos já tão debilitados com o trabalho pesado na

¹⁸³ Sônia Maria de Magalhães, “Comércio e alimentação ao longo dos caminhos de Minas Gerais”, *Estudos Humanidades*, Goiânia, v. 27, nº 2, 2000. p. 379-88.

¹⁸⁴ Paolo Sorcinelli, *op. cit.* pp. 798-801.

¹⁸⁵ Cf Stanley J. Stein, *op. cit.*; e Rafael de Bivar Marquese, *op. cit.*

lavouira do café, pode ter influenciado os padrões de morte da população escrava de Vassouras dos anos finais da vigência de escravidão no Brasil. No próximo capítulo, relacionaremos o que foi até aqui levantado com os padrões de morte averiguados nos livros de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição entre os anos de 1865-1888. Nesse ponto, é de suma importância a comparação entre os padrões de morte apurados para a população escrava e para a população livre desse município. Estabelecida a relação, dialogamos com os autores que trabalharam as causas de morte na população escrava vassourense em outros períodos históricos e sempre que possível introduziremos dados referentes a grupos escravos de outros locais e períodos. Assim, por intermédio da comparação dos diversos padrões de morte levantados para os grupos cativos, será possível averiguar a mudança desses padrões ao longo do espaço e do tempo e relacioná-los à conjuntura das relações entre senhores e escravos do período de desenvolvimento econômico da cultura do café por nós escolhido.

3. Padrões de morte da população escrava de Vassouras

Antes, porém, de partirmos para o exame dos padrões de morte da população escrava de Vassouras, necessitamos saber como, em vida, era o tratamento das doenças. Obviamente, pensar no tratamento das moléstias é antes pensar no bem-estar do cativo e, em última análise, pensar no *evitar* sua morte; daí nosso interesse em saber como era, nos últimos momentos de vida, o tratamento dado ao escravo.

3.1. Tratamento

O tratamento da saúde dos escravos é um tema que vem ganhando espaço na historiografia atual¹⁸⁶ impulsionado pelas novas abordagens que essa historiografia vem experimentando, seguindo o curso das inovações que discutimos ao longo do capítulo I. Para Ângela Porto,

Há muito o mito do senhor benevolente, a partir de interpretações da obra de Gilberto Freyre, caiu por terra. Outros mitos, no entanto, ainda persistem e confundem a compreensão da história da escravidão no Brasil, tais como ter havido uma negligência absoluta dos senhores para com a saúde dos seus cativos ou de os escravos terem sido totalmente dependentes, incapazes de agir sobre sua própria saúde.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Cf Miridan Britto Falci, “História e cultura médica: uma abordagem para o estudo de escravos”, In: Cláudia A. dos Santos et. alli., *Espacialidades: espaço e cultura na história*, Vassouras, Universidade Severino Sombra, 2004; Tânia Salgado Pimenta, “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”, In: Sidney Chalhoub; Vera Regina Beltrão Marques; Gabriela dos Reis Sampaio; Carlos Roberto Galvão Sobrinho. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp, 2003. p. 307-30.; Gabriela dos Reis Sampaio, *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*, Campinas, Editora da Unicamp, Cecult-IFCH, 2002.; Andersen Líryo Silva; Diana Maul Carvalho & Sheila Mendonça de Souza, “Saúde dentária dos escravos em Salvador, Bahia”, In: Dilene Raimundo Nascimento & Diana Maul Carvalho, *Uma História Brasileira das Doenças*, Brasília, Paralelo 15, 2004, p. 266-76. Para uma abordagem mais geral sobre a atual historiografia sobre a história das doenças, Cf Dilene Raimundo Nascimento & Anny J. Torres da Silveira, “A doença revelando a história: uma historiografia das doenças”. In: Dilene Raimundo Nascimento & Diana Maul Carvalho, *op. cit.*

¹⁸⁷ Ângela Porto, “O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas”, *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, dez. 2006.

O escravo, diante dessa nova abordagem, ganha mais autonomia sobre sua saúde, pois ele também pode *agir* na intenção da melhoria de suas condições. A *ação* concretiza-se tanto no pedido ao senhor, quanto na busca individual pelo tratamento.

A forma própria que o escravo tinha de enxergar a doença – muitas vezes influenciada pela cultura africana – implicava em um tratamento que congregava diversos meios, que quase sempre envolviam o lado *mágico/espiritual*. Esse aspecto da escravidão no Brasil, como bem notou Ângela Porto, ainda necessita de maiores estudos, que procurem identificar as contribuições das várias culturas de matriz africana para o tratamento das enfermidades dos escravos no Brasil.¹⁸⁸

Muitos senhores também se preocuparam com as condições de vida dos seus escravos, até mesmo atuando para evitar doenças e tratá-las adequadamente. Várias eram as fazendas que contavam com espaços específicos para alojar e tratar os escravos doentes. Para o barão de Paty do Alferes,

Nas moléstias, [os escravos] devem ser tratados com todo o cuidado e humanidade. Embora haja cirurgião-assistente, o senhor do escravo deve fazer a sua revista à enfermaria para animar os doentes e dar-lhes alívio, acautelando alguma falta que porventura possa haver.¹⁸⁹

Outras fazendas também dedicavam espaços para esse tipo de procedimento. O hospital de escravos da Fazenda de Santo Antonio do Paiol de Valença, cuja rotina e farmácia foram estudadas em dissertação de mestrado por Rosilene Maria Mariosa, foi construído na parte alta do terreno, contíguo ao prédio da casa-grande e era visitado periodicamente pelo Dr Ernesto Frederico da Cunha, que também clinicava no centro daquele município.¹⁹⁰ Em geral, as enfermarias eram “construídas ordinariamente em seguimento às tulhas, ou em prédios separados, divididas em dois salões, um para homens, outro para mulheres, assoalhadas, forradas, com três ou quatro janelas, protegidas por grades de ferro”.

Nas enfermarias bem montadas, após a subida da escada, encontrava o visitante uma pequena sala, mobiliada com bancos toscos, onde, sentados ou em pé, aguardavam os enfermos, ou a sua hospitalização ou os seus curativos. No fundo da sala,

¹⁸⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁹ Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *op. cit.* p. 37.

¹⁹⁰ Rosilene Maria Mariosa, *Tratamento e doenças de escravos da Fazenda Santo Antonio do Paiol, 1850-1888*, Dissertação de Mestrado, Vassouras, Universidade Severino Sombra, 2006. pp. 92, 95.

separada por um gradil, estava a farmácia; aos lados, as portas que davam acesso para os dois compartimentos, de homens e mulheres.

(...) Em cada enfermaria estavam alinhados quatro ou cinco leitos de cada lado, uns apenas com esteiras, outros com colchões de palha, lençol de algodão grosso e cobertor vermelho.

(...) Havia higiene. Os salões eram lavados uma ou duas vezes por semana, desinfetados com solução de ácido fênico e, em dias de visitas de médico, mudados os lençóis, a roupa dos doentes, procedendo-se defumação com alfazema, alecrim e incenso. A atmosfera ficava, assim, mais respirável.

A enfermaria representava [para o escravo] o descanso, a comida melhorada, a tranquilidade, o sono à vontade, a falta de capataz atrás a apertar-lhe para trabalhar mais depressa. E em época de colheita, de tarefas, seria a ausência de possíveis castigos.¹⁹¹

Completando o aparato para o tratamento das doenças dos escravos, algumas fazendas, além das enfermarias, podiam ter farmácias próprias. Essas farmácias eram equipadas com os principais instrumentos, materiais e drogas necessários no dia-a-dia. As receitas prescritas pelos médicos eram aviadas por ele mesmo, por um prático ou farmacêutico diplomado – funcionários da própria fazenda – ou então, eram enviadas para serem preparadas em uma farmácia do centro da cidade.

Certamente, as enfermarias e farmácias eram ambientes mais comuns em grandes fazendas, que compreendessem muitos escravos. Senhores com mais de uma fazenda na mesma região podiam centralizar o tratamento das moléstias de seus escravos em apenas uma delas. Nas demais fazendas, os escravos doentes eram tratados na própria senzala ou em quartos separados.

A antiga farmácia da enfermaria do hospital dos escravos da Fazenda de Santo Antonio do Paiol contava com 241 frascos, dos quais em apenas 51 podia-se verificar a substância que continha. Eram diversas drogas de origem mineral, vegetal e animal, líquidas, sólidas e pastosas, das quais foram identificadas as seguintes: “acetato de chumbo”, “ácido cítrico”, “ácido phenico”, “água de florida”, “água sulfurosa”, “alúmem de potassa”, “amoniaque de valeriana”, “anti-hemorroidários”, “aniz”, “azeite de creton”, “bicarbonato fluído de magnésia”, “bromurere de potassium”, “carbon de ferro”, “caroba”, “chloreure d’or”, “clorato de potassa”, “coaltar saponine”, “conserva

¹⁹¹ Eloy de Andrade, *op. cit.* pp. 225-6.

de peptona”, “catoine (cotoina)”, “pó de doliarina”, “elixir”, “ergotine de benjan”, “extrato de sucupira”, “extrato de thebaico”, “fluid de magnésia”, “hidroclorato de morfina”, “lactato de ferro”, “lascatif-purgatf”, “leveduras secas de cerveja”, “macarino”, “manacá”, “mentol”, “nitrate de prata”, “pepsine”, “peptonato de ferro”, “permaganato de potássio”, “phenol bobdeulf (phenato de soda)”, “podoplilina resina”, “rhuibarbo da china”, “salicylato de bismuto”, “salsa”, “sulfato de zinco”, “sulfite de sódio”, “tintura de arnica” e “vaselina”.¹⁹²

Após confrontar as substâncias com o Formulário e Guia Médico de Chernoviz, Rosilene Mariosa conclui que eram utilizadas no tratamento de diversas moléstias como coqueluche, difteria, tuberculose, lepra, icterícia, febres intermitentes, epilepsia, histerismo, paralisia, hemorragias e catarros pulmonares, doenças pulmonares, em geral, hidropsia, flatuosidades intestinais, dispepsia, azia, diarreias, verminoses, gangrena, sarna, reumatismo, apoplexia, cólicas, hemorragias de sangue, afogamento e picadas de cobra.¹⁹³

A contribuição de Rosilene Mariosa para o estudo do tratamento das doenças dos escravos na região do Vale do Paraíba não se restringiu ao levantamento das substâncias encontradas na dita farmácia. Rosilene Mariosa encontrou nos arquivos da fazenda algumas receitas médicas prescritas para os escravos. Foram analisadas 36 receitas do ano de 1883. Em geral, como notou Mariosa, as receitas podiam ser prescritas com nomes genéricos como “para as meninas”, ou no nome do proprietário, ou mesmo sem indicar o nome do paciente.

As fórmulas anotadas demonstram “uma repetição de algumas substâncias, como o licopódio, o enxofre e o extrato de cicuta. O licopódio era usado para polvilhar escoriações e assaduras de crianças (...); o enxofre podia ser administrado tanto para tratar afecções da pele como no tratamento da tuberculose; e o extrato de cicuta era empregado na terapêutica de algumas enfermidades do sistema nervoso. Grande parte das outras substâncias encontradas nas receitas podia ser encontrada no estoque da farmácia da fazenda.”¹⁹⁴

Pela análise dessa amostragem, Rosilene Mariosa conclui que as doenças de pele foram as mais tratadas naquele ano, cerca de 36,50% de todas as fórmulas serviam

¹⁹² Rosilene Mariosa, *op. cit.* pp. 81-3,

¹⁹³ *idem, ibidem*, p. 85.

¹⁹⁴ *idem, ibidem, op. cit.* pp. 98-105.

para tratar esse tipo de moléstia. Empatadas em segundo lugar, com 15,87% cada das receitas prescritas, estavam as doenças infecciosas e parasitárias e as doenças do aparelho digestivo.¹⁹⁵

Além das receitas, Rosilene Mariosa também analisou as causas das mortes dos 67 escravos enterrados no cemitério da fazenda, entre os anos de 1875 e 1888. Nesse ponto, o trabalho não apresenta uma relação completa das *causas mortis* listadas, apenas refere-se a algumas doenças como motivo do falecimento – coqueluche, febre, gastroenterite, infecção purulenta, sarampo e cólica – sem apresentar dados mais específicos. De todos os 67 sepultamentos, 23,8% eram de crianças, muitas nascidas mortas ou com poucos dias de vida.¹⁹⁶

A alta mortalidade infantil é uma constante para populações escravas de diversas regiões e períodos.¹⁹⁷ Stanley Stein escreve que em 1883,

um observador afirmou que a mortalidade infantil era elevada entre os escravos ingênuos¹⁹⁸ – nascidos livres, criados nas fazendas de café. Ele considerava grande o número de crianças de um mês a dois anos de idade, mas de seis a dez anos o número era bem menor. Outros fazendeiros confirmaram a elevada mortalidade infantil. Entre 1871 e 1888 foram registrados em Vassouras 9.310 nascimentos de filhos de escravos, dos quais 3.074 morreram no mesmo período.

Ainda segundo Stein, eram as crianças que mais sofriam com o tipo de tratamento dado aos escravos no momento de suas enfermidades.¹⁹⁹ Pelos dados acima apresentados, a média apresentada no período foi de 171 mortes de ingênuos por ano, enquanto a média de nascimentos foi de 517 ao ano, grosso modo, isso representava a morte de 33% dos nascidos ao ano. Cerca de um terço dos ingênuos nascidos entre 1871 e 1888 morreu antes de completar 18 anos de idade, possivelmente nos anos iniciais de suas vidas.

¹⁹⁵ *idem, ibidem*, pp. 107-8.

¹⁹⁶ *idem, ibidem*, pp. 110-1.

¹⁹⁷ Cf. Maria Luiza Marcílio (org.), *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984; Kátia Mattoso, *op. cit.*; Mary C. Karasch, *op. cit.*; Stanley J. Stein, *op. cit.*.

¹⁹⁸ Na verdade o ingênuo era juridicamente considerado de condição livre pela lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Sobre essa lei e o impacto empreendido em torno dela na sociedade Cf Sidney Chalhoub, *Machado de Assis: historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003; e do mesmo autor *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990. Ainda sobre a condição jurídica e social do ingênuo, ver Anna Giselle Garcia Alaniz, *Ingênuos e libertos: Estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição (1871-1895)*, Campinas, CMU/Unicamp, 1997.

¹⁹⁹ Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 224.

Altas taxas de mortalidade infantil eram resultado de um conjunto de deficiências no tratamento da saúde dos escravos em geral. Stein afirma que era, geralmente, o senhor que se responsabilizava pela terapêutica dos escravos doentes, muitas vezes sem nenhum conhecimento mais aprofundado sobre o tema, baseando suas ações na experiência tradicional de fazendeiro e na interação com seus pares. Para ele, alguns senhores

não davam atenção aos primeiros sintomas de doença. “Muitos escravos morreram vítimas do abandono cruel dos fazendeiros, que desprezavam suas enfermidades como se fossem fingidas”, escreveu Caetano da Fonseca em 1863. “Os fazendeiros não se convencem de que um escravo esteja doente até que o pulso esteja acelerado e a testa febril. Esses são os únicos sintomas que muitos fazendeiros aceitarão como prova de que um escravo esteja doente, pois eles desconfiam de todos os outros sintomas de doenças sérias, que a ignorância os impede de reconhecer”.²⁰⁰

Essa situação era um misto da imperícia dos fazendeiros somada às condições de higiene, alimentação e trabalho as quais estavam sujeitos os escravos.

Contrariando a visão de Stein, Eloy de Andrade pondera que as grandes fazendas tinham acesso constante a médicos, os médicos de partido²⁰¹, mesmo que fosse penoso e difícil

o exercício da clínica para o médico da roça, desde a Regência até os últimos anos do Império. Não existiam estradas de rodagem, mas simples caminhos, estreitos, mal traçados, com curvas acentuadas, subidas e descidas íngremes e nas baixadas, alagadiços e atoleiros, onde as pernas das alimárias afundavam até o peito.

Alguns médicos residiam nas sedes das principais fazendas.²⁰² Para Eloy, em geral os médicos, ao contrário de sua fama, eram comprometidos com o tipo de auxílio que prestavam. Muitos eram os atendimentos realizados sem o devido pagamento, seja para gente livre ou escrava. No caso específico do médico de partido, a negociação com o

²⁰⁰ *idem, ibidem*, pp. 223-4.

²⁰¹ Médicos contratados pelos fazendeiros, geralmente de forma verbal, para visitar periodicamente a fazenda e tratar seus doentes. O pai de Eloy de Andrade, entre os anos de 1866 a 1888, foi médico de partido, “entre outras, das fazendas dos Barões do Rio preto, Rio das Flores, São João d’El-Rey, Três Ilhas, Santa Justa”, atuou também nas fazendas dos comendadores “Domingos Teodoro de Azevedo Junior, José Pereira da Costa Maldonado, Conde de Baependí, Visconde Nogueira da Gama, drs. Tomas de Aquino Leite, Francisco de Paula Guimarães, Francisco Ribeiro de Magalhães e outras possivelmente”, a grande maioria delas situada na região do Vale do Paraíba. Eloy de Andrade, *op. cit.* p. 288-9.

²⁰² “O Marquês de Baependí, o Conde de Lage, o Coronel José Inácio, o Visconde de Ipiabas e outros tinham em suas propriedades médico e capelão”. Eloy de Andrade, *op. cit.* p. 291.

senhor sobre o tipo de tratamento dos escravos era constante. Muitas vezes o senhor tentava interferir no diagnóstico, tentando diminuir o tempo de repouso ou a necessidade de determinada prescrição, contudo, as observações feitas pelo médico, no geral, eram atendidas. Lembra Eloy que o escravo era para o senhor um investimento, assim havia a necessidade de preservá-lo, melhorando as condições de sua saúde.²⁰³

Stein enumera que a doença mais comum aos escravos de Vassouras era o bicho-do-pé, que incapacitava o escravo para o trabalho. Cólica, constipação, convulsões, coqueluche, erisipela, lepra, pneumonia, bronquite, reumatismo, pleuris, angina, apoplexia, tétano, gastroenterite, encefalite, escorbuto, inflamação do fígado, úlceras gangrenosas, sarampo, catapora, sífilis, febres, diarréias, disenterias e tuberculose foram outras doenças que esse autor mencionou. Em relação a essa última doença mencionada, o autor faz o seguinte comentário:

(...) a tuberculose causou a morte tanto de senhores quanto de escravos. Era aceita como uma das circunstâncias concomitantes da civilização. De uma família de fazendeiro a outra corria o boato de que “fulano de tal morreu tísico”. (...) Os escravos eram os mais propensos às infecções respiratórias, pois a debilidade e abanação de café nos terreiros castigados pelo sol com peneiras e pilões levantavam uma poeira fina “prejudicial à saúde dos escravos” em geral e em particular aos pulmões, pele e olhos.²⁰⁴

Como veremos, para o período por nós estudado, a tuberculose é a doença mais recorrente nos registros de óbitos dos escravos em Vassouras.

Stein comenta que o tratamento das doenças na primeira metade do século XIX era muito baseado nas tradições locais. Para ele, ao sinal de enfermidades,

peças livres e escravas recorriam a recursos locais. Os fazendeiros tratavam dos casos graves com remédios caseiros ou pediam conselhos às pessoas, livres ou escravas, que haviam adquirido a reputação de efetuar curas. Imbert expôs bem a situação: ‘Sem ajuda externa... os fazendeiros têm que se ajudar e precisam praticar a medicina não apenas em seu próprio benefício e no de suas famílias, mas também porque não podem deixar de tratar seus negros, muito mais suscetíveis de contrair as doenças que afligem a espécie humana’. Os fazendeiros que conheciam pouco de medicina caseira contavam com suas esposas e escravos, que trocavam opiniões ou finalmente chamavam o curandeiro, uma figura antiga da cultura africana.

²⁰³ *idem, ibidem*, pp. 229-34, 288-93.

²⁰⁴ Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 224-6. Certamente Stein utiliza os manuais agrícolas do século XIX e as listas de óbitos para realizar esse levantamento tão detalhado.

Conhecidos entre os escravos de Vassouras como curandeiros, quimbandeiros e cangiristas e entre os portugueses como feiticeiros, os curandeiros empregavam uma variedade de medicamentos, incluindo ervas e outras substâncias prescritas de acordo com os rituais. Para a tuberculose, erva-de-santa-maria, erva-de-passarinho e erva-grossa eram amassadas no pilão e tomadas em infusão e despejadas dentro de um banho; essa receita tinha que ser tomada de manhã com o estomago vazio. Para disenteria, um chá feito de sete-sangrias e tapoeiraba branca era despejado dentro de um banho de água tépida no qual o paciente permanecia até que a água esfriasse. O chá podia também ser bebido. Para bronquite e coqueluche, tomava-se um xarope de cipó-chumbo cozido, adoçado e peneirado. Escorbuto, problemas de pele e de fígado eram tratados com agrião.

Stein afirma, ainda, que o fato de muitos senhores recorrerem aos feiticeiros e curandeiros para obter a cura foi duramente criticado pelos médicos e autoridades em Vassouras ao longo do século XIX, numa tentativa de sobrepor o saber médico ao saber popular.²⁰⁵

As práticas médicas e de preservação da saúde em torno dos escravos podiam variar de fazenda para fazenda. Se o senhor do escravo fosse um rico e próspero fazendeiro, possivelmente poderia contar com os serviços de um médico de partido, com as acomodações de um prédio próprio para seu tratamento e restabelecimento; caso o escravo fosse de propriedade de um pequeno agricultor ou sitiante, as visitas médicas seriam menos constantes, até mesmo inexistentes. De qualquer forma, em ambos os casos, não devemos negligenciar o papel que o conhecimento popular exerceu sobre o tratamento das doenças dos escravos. Da mesma forma, não era apenas o senhor o único interessado no restabelecimento da saúde de seus cativos, eles também tinham interesse, na verdade eram os maiores interessados, o que podia fazê-los agir por conta própria. Como dissemos, a *agência* do escravo em torno da sua saúde é um ramo historiográfico que ainda necessita de maiores pesquisas.

²⁰⁵ Para ver a base dos argumentos médicos em Vassouras, Cf Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 226-233. Para uma análise mais geral sobre esse movimento de institucionalização do pensamento médico no Brasil e seu embate com o saber tradicional, ver José Leopoldo Ferreira Antunes, *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, UNESP, 1999; Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.; Lília Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993. Confira também, João José Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991; Cláudia Rodrigues, *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1997 e, da mesma autora, *Nas fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.

De nossa parte, nos interessa constatar que a questão da saúde da escravaria também estava na ordem do dia da segunda metade do século XIX. Chegamos a essa conclusão tanto pela análise dos relatos das experiências de Eloy de Andrade – e de seu pai, enquanto médico de partido da região no período aqui trabalhado – quanto pelas propostas do barão de Paty em sua *Memória*, que completam e ampliam as propostas sobre a necessidade da melhoria das condições de vida dos escravos recorrentes na segunda metade do Oitocentos.

Passemos então à análise das *causas mortis* da população escrava de Vassouras a fim de verificar como essas propostas, anteriormente estudadas, repercutiram nos óbitos dessa população.

3.2. Causas Mortis²⁰⁶

Entre 1865 e 1888 foram registradas as mortes de 1016 escravos no livro de óbitos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. Para o mesmo período, o livro de óbitos de livres registrou 2774 falecimentos²⁰⁷. A população vassourense, em 1872, contava com cerca de 39.253 habitantes, destes 20.168 (51%) eram escravos.²⁰⁸ Então, porque tamanha discrepância entre o número de falecimentos da população escrava, quando comparada com a livre, visto que havia mais escravos do que livres naquele município?

²⁰⁶ Para a análise dos padrões de falecimento da população escrava e da população livre da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, utilizaremos ao longo desse trabalho os Livros de Óbitos de escravos e de livres da referida freguesia. Estes livros encontram-se alocados no Centro de Documentação Histórica (CDH) da cidade de Vassouras que tem por entidade mantenedora a Fundação Educacional Severino Sombra. Todas as referências feitas daqui por diante a estatísticas relacionadas aos padrões de falecimento das populações livre e escrava em Vassouras tomarão por base os livros anteriormente mencionados, salvo exceção previamente assinalada. Preferimos, por escolha metodológica, não lançar mão do Livro de Óbitos de ingênuos nas nossas análises. Esse livro registra, a partir de 1872, 482 óbitos assentados que não serão aqui utilizados, pois nosso interesse específico encontra-se na população escrava de Vassouras, a introdução dos dados referentes aos ingênuos geraria novas questões que poderiam comprometer nossa análise principal. Contudo, isso não significa que o livro de ingênuos não é importante, apenas será objeto de análise em outra oportunidade.

²⁰⁷ A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição é a freguesia central da cidade de Vassouras, sede da administração civil e da eclesiástica. Possivelmente, os registros de batismo, casamento e óbito foram centralizados nessa freguesia para facilitar a administração, lembramos que as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* previam que os registros deveriam ser feitos na igreja matriz do termo, à qual deveriam se submeter as demais igrejas. Essa discussão esta mais bem aprofundada em Thiago de Souza dos Reis, *Livro de óbitos de captivos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras: um estudo demográfico, 1865-1888, op. cit.*

²⁰⁸ *Recenseamento Geral do Brasil de 1872.*

Ora, há várias respostas possíveis para essa questão. A que mais saltaria aos olhos de um pesquisador descuidado seria a de que a população livre apresentava taxas de mortalidade maiores que as da população escrava. Essa imediata conclusão pode encobrir características básicas do modelo de produção escravista desenvolvido no Brasil e experimentado em Vassouras.

A historiografia sobre a escravidão no Brasil tem dito o contrário. Era a população escrava que apresentou, na quase totalidade dos cenários estudados, as maiores taxas de mortalidade, seja no ambiente urbano ou no rural.²⁰⁹

Bem, segundo o Quadro II, em 1873 havia no município de Vassouras 21.093 escravos matriculados, a partir desse ano, até 1884, entraram 3.199 escravos e saíram do município 1.704 indivíduos. Nesse mesmo período, 645 escravos receberam a alforria por diversas modalidades. Assim, a população escrava de Vassouras em 1884, contaria com 21.943 escravos. Contudo, nesse espaço de 12 anos, morreram no município 4.052 cativos, o que acabaria por derrubar o número de escravos em Vassouras, em 1884, para 17.891 indivíduos.

Dito isso, podemos concluir, então, que a população escrava de Vassouras teria apresentado uma média de 338 falecimentos por ano entre 1873 e 1884. Dessa maneira, a taxa de mortalidade dessa população seria da ordem de 1,54% ao ano.²¹⁰

Se tomarmos a população escrava de Vassouras no ano de 1872, 20.168 indivíduos, e o número de falecimentos assentados no livro de óbitos de escravos nesse mesmo ano, 114 falecimentos, essa população teria apresentado, grosso modo, uma mortalidade de 0,56%, cerca de um terço do registrado quando analisamos o Quadro II. Da mesma forma, se tomarmos a população livre no ano de 1872, 19.085 indivíduos, e o número de falecimentos assentados no livro de óbitos de livres, 67 mortes, concluiríamos que a população livre do município apresentou uma mortalidade da ordem de 0,35% em 1872.²¹¹

²⁰⁹ Conferir entre outros, Kátia Mattoso, *op. cit.*; Mary C. Karasch, *op. cit.*

²¹⁰ Isso, considerando uma população de 21.943 indivíduos, em 1884, caso não houvesse sido registrada nenhuma morte no período. Para vias de comparação, o livro de óbitos de escravos registrou entre 1873 e 1884 apenas 572 óbitos, pelo Quadro II temos o número de 4.052 falecimentos. Nesse mesmo período, o livro de óbitos de livres registrou 1.576 falecimentos.

²¹¹ Os dados oficiais sobre a população escrava são mais detalhados devido as Matrículas de Escravos e Ingênuos de 1873 e 1884. As estatísticas oficiais para a população livre são menos constantes e detalhadas, daí a justificativa de apenas usarmos os dados do recenseamento de 1872 para essa análise.

QUADRO II
Evolução da população escrava e ingênu
em Vassouras: 1873-1884

1) Matriculados em 1873	
Homens	11.695
Mulheres	9.398
Subtotal	21.093
2) Entraram - 1873-1884	
Homens	1.885
Mulheres	1.314
Subtotal	3.199
3) Saíram - 1873-1884	
Homens	985
Mulheres	719
Subtotal	1.704
4) Faleceram - 1873-1884	
Homens	2.530
Mulheres	1.522
Subtotal	4.052
5) Libertados pelo Fundo de Emancipação - 1873-1884	
Homens	66
Mulheres	63
Subtotal	129
6) Por liberalidade particular - 1873-1884	
Homens	167
Mulheres	327
Subtotal	494
7) Por ato oneroso particular - 1873-1884	
Homens	11
Mulheres	11
Subtotal	22
8) Total dos escravos em 1884	17.891
9) Total de ingênuos em 1884	5.182
10) Total de escravos + ingênuos em 1884	23.073

Fonte: *O Vassourense*, 27/7/1984 (sobre dados da Coletoria de Estatística) *Apud* Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p.250.

Para nós, tanto os registros de óbitos da população escrava, quanto os da população livre, apresentam significativa distorção, por oferecerem um número tão baixo de registros. Uma taxa de mortalidade menor que 1% tem sido apontada como um erro para o padrão do século XIX, seja para livres ou escravos.²¹² Em nossa opinião, o sub registro para a população escrava é mais veemente, mesmo os 4.052 óbitos apontados no Quadro II podem refletir tal fato, isso mesmo considerando que entre esses óbitos não estão indicados as mortes dos ingênuos.

Os óbitos assentados no livro de óbitos de escravos deveriam seguir um padrão cronológico com poucas alterações ao longo de seu preenchimento, mas não foi isso que ocorreu. Alguns óbitos foram assentados muitos anos depois do falecimento do escravo. Encontramos, por exemplo, o óbito do preto Marcos – escravo de propriedade de um tal Manoel Ferreira da Silva –, falecido em 1826 e que foi assentado na mesma folha do livro que continha óbitos do ano de 1872, ou seja, o registro foi realizado quase 50 anos após a morte de Marcos. Exemplos com esse não faltam. No mesmo ano de 1872, foi registrado o óbito do escravo Geraldo, preto – de propriedade da Sr. Maria Luiza da Silveira Dutra –, que faleceu em 1865; outro óbito registrado nessa mesma folha, foi o do escravo crioulo Pedro – de propriedade de Marcellino d’Avellar e Almeida –, também falecido em 1865. No ano de 1875, o Sr. Antonio José da Silva dirigiu-se ao pároco de Nossa Senhora da Conceição para assentar o óbito de dois escravos de sua propriedade, o preto João Congo, falecido em 1872, e a crioula Amélia, falecida em 1871. Pouco antes do 13 de maio de 1888, o Dr. Antonio Lazarinni, registrou o óbito de um de seus escravos, o africano Felipe, de 50 anos, mais ou menos, que faleceu em março de 1881.²¹³

No livro de óbitos de escravos, verificamos que muitos senhores vão registrar mais de um óbito. É comum encontrarmos folhas seguidas de óbitos de escravos de um mesmo senhor, com datas de falecimento distintas ente si, variando até mesmo mais de um ano. Provavelmente, o senhor reunia em uma lista os dados dos escravos falecidos ao longo de um determinado período para, depois, enviá-la ao pároco que este fizesse a transposição das informações para o livro. Isso evitava a necessidade de ir à sede da freguesia para registrar os óbitos toda vez que algum ocorresse.

²¹² Cf Maria Luiza Marcilio, “Sistemas demográficos no Brasil do século XIX”, In: Maria Luiza Marcilio, *op. cit.* pp. 193-207.

²¹³ Livro de Óbitos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

Nem todos os senhores deveriam ter uma memória tão boa quanto a de Manoel Ferreira da Silva, que quase 50 anos após o falecimento do preto Marcos, lembrou-se de registrar sua morte junto à Igreja. Muitas dessas listas não devem ter chegado à igreja matriz, se é que realmente as informações sobre o falecimento dos escravos foram reunidas em algum lugar.

Outro dado contribui para essa conclusão. Muitos escravos, talvez a maioria, foram enterrados em cemitérios particulares nas próprias fazendas. A não necessidade de buscar sepultura no cemitério municipal pode ter gerado o esquecimento do registro do óbito.

De qualquer forma, para nós, 1016 falecimentos entre 1865 e 1888 não representam a totalidade dos escravos mortos em Vassouras no mesmo período, talvez nem mesmo a metade. Ampliamos essa constatação também para a população livre, contudo o registro dos óbitos no interior dessa população devia ser mais abrangente que o registro dos óbitos dos escravos. Infelizmente, não podemos avançar mais sobre essa discussão. Contudo, fica o alerta da necessidade de estudos mais aprofundados sobre a omissão de registros de óbitos no seio dos grupos livre e escravo da população vassourense.

Os registros de óbitos dos escravos, em geral, apresentaram uma fórmula padrão ao longo dos anos analisados. Esse padrão podia variar de um assento para o outro, mas mantinha, salvo raríssimas exceções, características básicas, como a data do assentamento do óbito, o nome do falecido e o nome do proprietário do escravo. A fórmula da redação podia conter ainda a idade do morto, a causa que o levou à morte, a filiação (normalmente em óbitos de crianças e na maioria dos casos, somente o nome da mãe), o nome do cônjuge (companheiro[a]), o local do sepultamento, se o escravo recebeu algum sacramento, se foi realizado algum expediente litúrgico após a morte, entre outros elementos.

Com relação à forma pela qual deveriam ser redigidos os assentos de óbito, as *Constituições Primeiras* prescreviam a seguinte fórmula:

Aos tantos dias de tal mez, e de tal anno falleceo da vida presente N. Sacerdote Diacono, ou Subdiacono; ou N. marido ou mulher de N. ou viuvo, ou viuva de N., ou filho, ou filha de N., do lugar de N., freguez desta, ou de tal Igreja, ou forasteiro, de idade de tantos annos, (se commodamente se puder saber) com todos, ou tal Sacramento, ou sem elles: foi sepultado nesta, ou em tal Igreja: fez testamento, em

que deixou se dissessem tantas Missas por sua alma, e que fizessem tantos Offícios; ou morreo *ab intestado*, ou era notoriamente pobre, e por tanto se lhe fez o enterro sem se lhe levar esmola.²¹⁴

Essas prescrições foram mais bem observadas nos assentos de óbitos da população livre. Os assentos das pessoas livres foram preenchidos quase sempre com todos os dados recomendados pelas *Constituições*.

Contudo, seja para livres ou escravos, informações como a idade ou a causa do falecimento são pouco freqüentes. Dos 1016 óbitos de escravos, apenas 457 assentos apresentam a causa da morte; no livro de óbitos de livres, dos 2774 assentos verificados, 1608 trazem tal informação. Mesmo nesses assentos, o número de causas declaradas que são pouco elucidativas é bastante alto. Termos como “moléstia interna” ou “de repente” são recorrentes na redação dos assentos, tanto de livres, como nos dos escravos.

A verificação do óbito no II Reinado ainda se desenvolvia, por isso, as declarações de *causas mortis* eram imprecisas, o que dificulta nossa análise. Mesmo com a assinatura do Decreto Imperial de nº 3650, de 18 de maio de 1866, no qual a constatação do óbito e a averiguação da causa da morte ficaram a cargo dos médicos verificadores de óbitos, os médicos de distrito, de certo esse serviço não era acessível a todas as localidades do Império, e mesmo nos grandes centros como a Corte, alguns óbitos deixavam de ser verificados por falta de pessoal capacitado.²¹⁵ No caso dos escravos, muitos óbitos foram declarados pelo proprietário, o que concorre para aumentar a imprecisão e generalidade de tais registros.

Para a análise das principais causas de morte da população escrava, decidimos trabalhar apenas com as causas de morte que foram bem definidas, abandonando as anotadas de forma genérica que, por não contribuir com nossa proposta, acabam por mascarar os resultados da análise, pois perfazem sempre a maioria dos registros. Assim, contamos com 295 causas identificadas para a população escrava e 1362 para a população livre.²¹⁶ Após essa seleção, distribuimos as causas levantadas em grupos de doenças e *causas mortis*²¹⁷ de acordo com o seguinte critério:

²¹⁴ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro IV, Tit. XLIX, nº 831.

²¹⁵ Waldemiro Pimentel, “A verificação de óbito e a nosologia humana no 2º Reinado”, In. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado, Comissão de História Científica, 1º vol, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Brasília/Rio de Janeiro, 1984. p. 397-409.

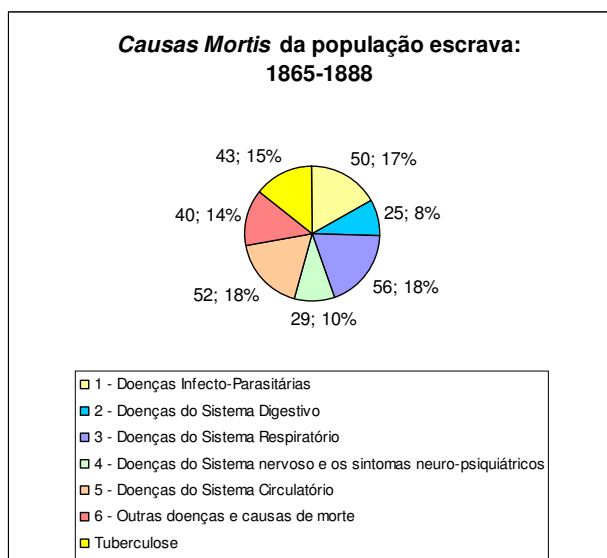
²¹⁶ No anexo há a lista completa das doenças e causas de morte dos livros de óbito analisados.

²¹⁷ Os grupos por nós adotados baseiam-se nos grupos de doenças e causas de morte, utilizados por Mary Karasch em *A vida dos escravos no Rio de Janeiro* (pp. 497-503).

- **Grupo 1** – Doenças Infecto-parasitárias
- **Grupo 2** – Doenças do Sistema Digestivo
- **Grupo 3** – Doenças do Sistema Respiratório
- **Grupo 4** – Doenças do Sistema Nervoso e os sintomas neuro-psiquiátricos
- **Grupo 5** – Doenças do Sistema Circulatório
- **Grupo 6** – Outras doenças e causas de morte²¹⁸
- **Grupo T** – Tuberculose²¹⁹

No geral, as causas dos falecimentos dos escravos apresentaram a seguinte divisão pelos grupos propostos:

GRÁFICO III



Os escravos vassourenses morreram mais das chamadas doenças infecto-parasitárias, que responderam por 32%²²⁰ de todas as causas de morte relatadas. A

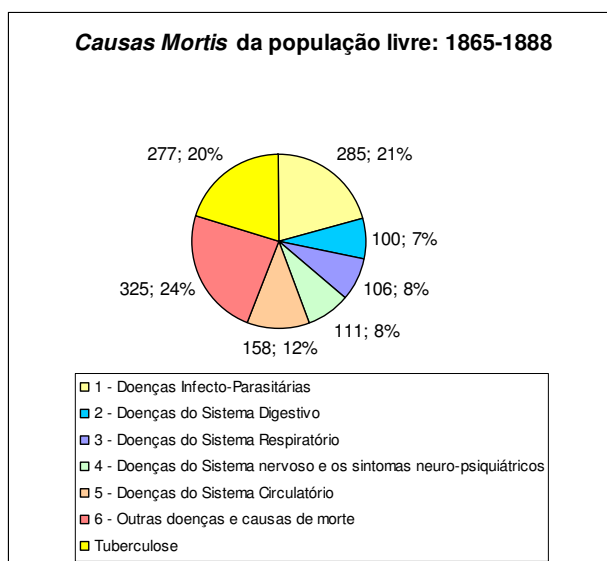
²¹⁸ O Grupo 6 engloba outros grupos utilizados por Karasch: o grupo das doenças da “Primeira Infância e Malformações Congênitas”, o grupo “Morte Violenta e Acidental”, o grupo das “Doenças Reumáticas e Nutricionais e Doenças da Glândula Endócrina”, o grupo das mortes em consequência da “Gravidez, parto e puerpério”, o grupo das doenças do “Sistema Geniturinário” e o grupo das “Causas Conhecidas (variadas)”. Cf Mary C. Karasch, *op. cit.* pp. 497-503.

²¹⁹ Tuberculose propriamente dita e suas variações nominais e gráficas: phtísica, tísica, phtísica pulmonar, tubérculos pulmonares, tubérculos minintéricos, moléstia phtísica. Na verdade, segundo as listas de doenças de Karasch, a tuberculose é uma doença pertencente ao Grupo 1, o grupo das doenças infecto-parasitárias. Preferimos destacar essa doença a fim de facilitar nossa análise, pois, como vimos, tuberculose foi a principal doença a acometer livres e escravos no século XIX, sem fazer distinção. O Grupo 1 será simbolizado nos gráficos aqui utilizados pela cor amarela, já o Grupo T terá a cor amarela mais forte, dessa maneira poderemos visualizar a proporção da tuberculose nas causas de morte analisadas sem negar seu pertencimento ao Grupo 1.

tuberculose foi responsável por quase a metade dessas mortes, levando 43 escravos a óbito – mais à frente, discutiremos melhor essa evidência –, mas doenças como disenteria, febre amarela, verminoses, febres perniciosas, tétano, varíola e opilação, também foram declaradas como causa da morte de muitos escravos.

O mesmo ocorreu com a população livre. A grande maioria das mortes registradas ocorreu em decorrência das doenças infecto-parasitárias, mais uma vez a tuberculose se sobressai.

GRÁFICO IV



O que mais chama atenção é a divisão relativamente proporcional das *causas mortis* por todos os grupos de doenças e causas de morte na população escrava, o que não ocorre para a população livre. É certo que escravos morreram mais de doenças infecto-parasitárias, mas doenças do sistema respiratório (18%) – como as pneumonias, as inflamações brônquicas (bronquites e bronquiolites), as moléstias pulmonares ou do peito, a congestão pulmonar, os ataques de asma e os catarros, entre eles o senil – e do sistema circulatório (18%) – como “aneurisma”, “insuficiência mitral”, “estreitamento do orifício ventricular”, “hydropenia orgânica do coração”, “hipertrofia do coração”, “delatação da aorta”, “lesão cardíaca”, “lesão do coração”, “lesão dos centros circulatórios” ou simplesmente “moléstia do coração” –, além das causas de morte do grupo que convencionamos chamar de “Outras doenças e causas de morte” (14%) – como “parto”, “picadas de cobra”, “anemia”, “lesão por arma de fogo”, “desastre”,

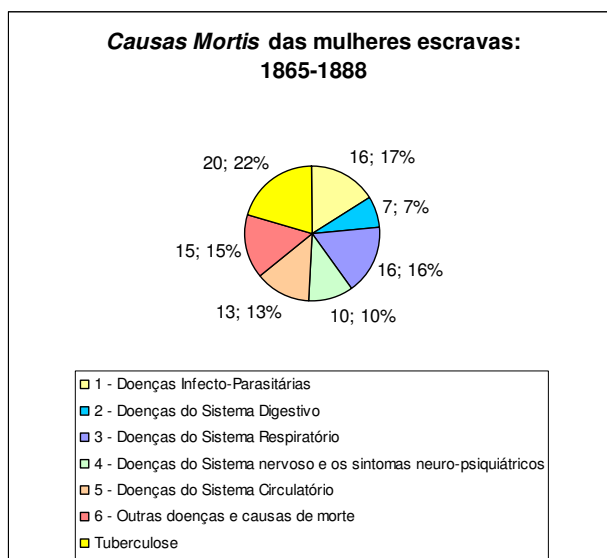
²²⁰ Incluindo 15% das mortes causadas pela tuberculose.

“afogamento”, “raio”, “suicídio”, “reumatismo”, “morphea” (lepra) – também são bastante representativas para a realidade da morte de escravos em Vassouras.

As causas e morte na população livre concentraram-se majoritariamente em dois grupos apenas. Os livres morreram mais das doenças infecto-parasitárias (41%) que os escravos (32%), a tuberculose também foi mais cruel nessa parcela da população, sendo responsável pela morte de um quinto (20%) de todos os livres que faleceram naquele período.

Em Vassouras, o outro grupo que mais concentrou as mortes das pessoas livres foi o das “Outras doenças e causas de morte” (24%), nesse grupo, chama-nos atenção a morte de 32 crianças por “dentição” e 3 pelo “mal de 7 dias”, 13 mulheres por “parto”, 54 pessoas por “febres”, 8 “assassinadas”, 6 “afogadas no Rio Paraíba”, 5 por “queimaduras”, 2 pessoas por “suicídio”, e 7 por “desastre na estrada de ferro D. Pedro II”. Esse elevado número para esse grupo, provavelmente, é resultado da maneira mais completa de assentar o óbito das pessoas livres, o que não ocorreu com os escravos.

GRÁFICO V

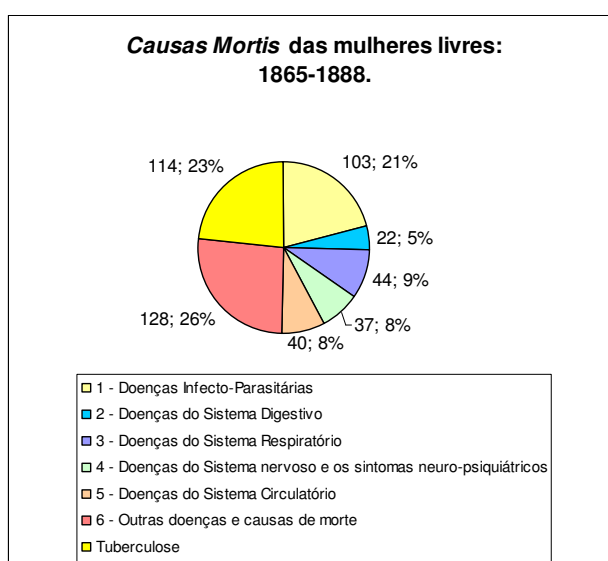


Para fins de comparação, Sônia Maria de Magalhães identifica nos óbitos do cemitério público da cidade de Goiás, do período compreendido entre os anos de 1859 e 1900, uma prevalência de mortes de escravos por doenças do “aparelho digestivo”, enquanto os livres ali enterrados morreram mais doenças da “infância, gravidez e parto”. Para a autora, a fase mais crítica da vida dos goianos situava-se nos dez primeiros anos de vida, a mortalidade infantil era disseminada naqueles grupos sociais. Esse padrão foi explicado pela autora como resultado direto das crises de abastecimento

de gêneros básicos naquela sociedade, o que gerava transtornos nutricionais muito graves acabando por motivar o óbito.²²¹

As mulheres escravas, como a regra geral, também morreram mais de doenças infecto-parasitárias (39%) (Gráfico V), assim como as mulheres da população livre (44%) (Gráfico VI). Interessante notar que para as mulheres, as doenças infecto-parasitárias foram mais fatais que para as suas respectivas populações. A tuberculose também se mostrou mais fatal, na verdade, ela representou, tanto na população escrava, quanto na livre, mais da metade das doenças infecto-parasitárias.

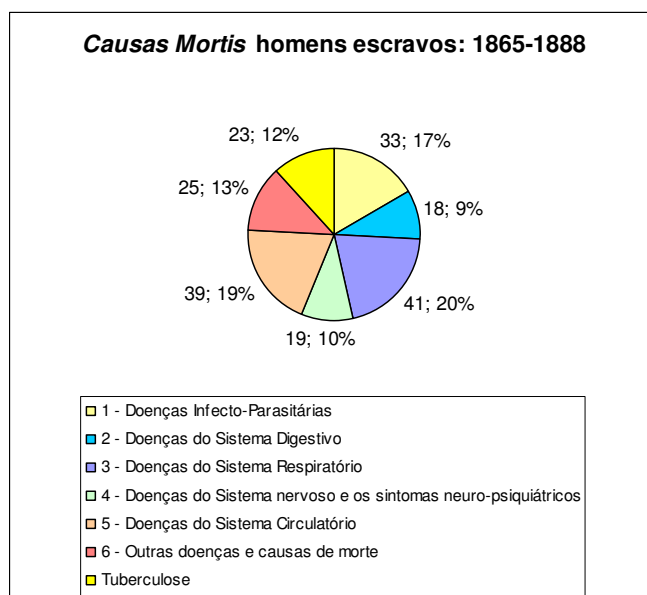
GRÁFICO VI



As mulheres livres apresentaram 26% de suas causas de morte englobadas no grupo das “Outras doenças e causas de morte”. Mais uma vez, isso se deve a mais bem detalhada redação dos assentos dessa população, tanto nas mulheres menores de 12 anos, com suas doenças da “Primeira Infância e Malformações congênitas” (“mal de 7 dias”, “dentição”), como nos outros grupos etários, com as “Doenças Reumáticas e Nutricionais e Doenças da Glândula Endócrina” (“reumatismo”, “anemia”), com as mortes em consequência da “Gravidez, parto e puerpério” (“de parto”) e com as doenças do “Sistema Geniturinário” (“cancro no útero”).

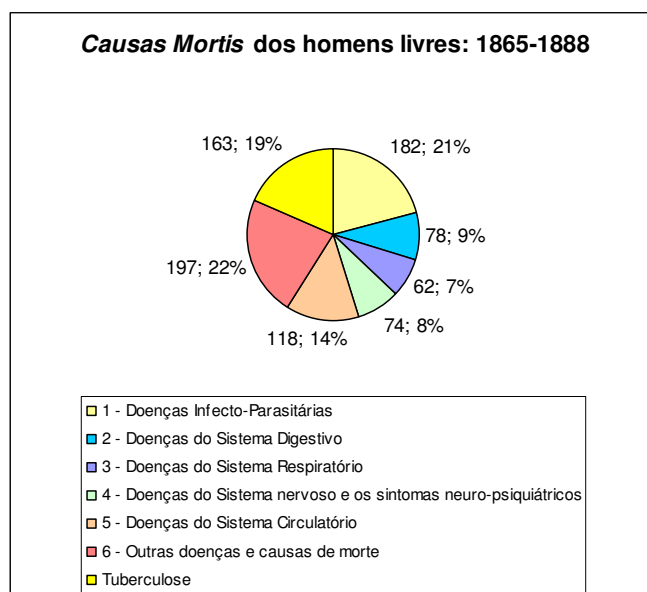
²²¹ Sônia Maria de Magalhães, *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*, Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2004. pp. 126-7.

GRÁFICO VII



Os homens escravos apresentaram um padrão de morte caracterizado, além das doenças infecto-parasitárias, pelas doenças do sistema respiratório (20%) e do sistema circulatório (19%) (Gráfico VII). Na população masculina livre, além das doenças infecto-parasitárias, o grupo das “Outras doenças e causas de morte” se destaca (Gráfico VIII), entre elas as “Mortes Violentas e Acidentais” são as mais recorrentes, apresentando mortes por assassinato, suicídio, desastres, tiro, envenenamento, degola, enforcamento...

GRÁFICO VIII



Além da divisão considerando o sexo, gostaríamos de analisar as *causas mortis* a partir de sua distribuição por grupos etários. Resolvemos seguir a divisão estabelecida por Ricardo Salles e agrupar as idades dos escravos em três grandes faixas etárias: o grupo dos indivíduos com até 12 anos de idade, representado pelas crianças, ingênuos e inocentes; o grupo dos indivíduos entre 13 e 49 anos, do qual fazem parte os jovens e adultos; e os de 50 anos ou mais, que inclui os adultos de meia idade e os idosos ou velhos.

Esse agrupamento visa facilitar a verificação da incidência do impacto das mortes na população escrava enquanto mão-de-obra, força de trabalho produtiva. Assim, o primeiro grupo é formado por uma força de trabalho em potencial, que desenvolve atividades mais leves; o segundo grupo é formado pelos escravos em idade de maior capacidade produtiva; e o terceiro grupo é composto pelos escravos com pouca capacidade produtiva.²²² O parâmetro “força de trabalho”, anteriormente utilizado, não se aplicaria à população livre da mesma forma que foi aplicado à população escrava. Contudo, decidimos manter as balizas etárias em ambas as populações para facilitar a comparação entre elas.

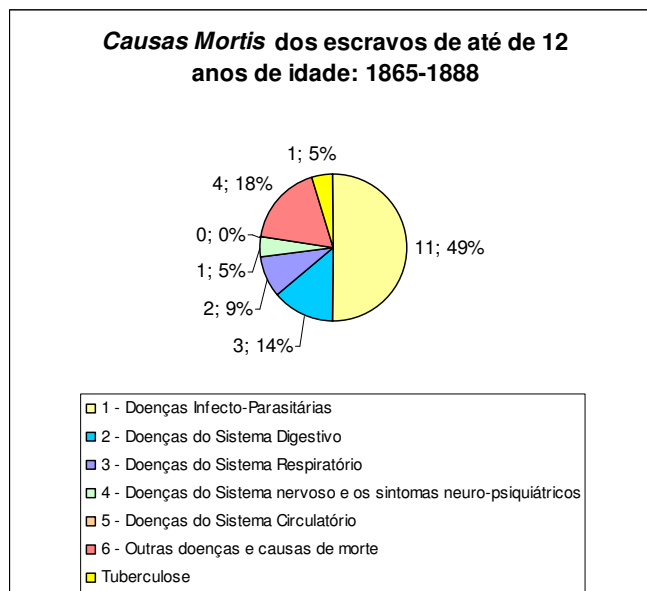
Apenas 22 assentos do livro de óbitos de escravos trouxeram identificada a causa da morte de menores de 12 anos de idade (Gráfico IX), já no livro de óbitos da população livre, esse número sobe para 279 registros com as causas das mortes assinaladas (Gráfico X). Esse fato é reflexo direto do recorte cronológico por nós escolhido e da influência da Lei do Ventre Livre nos dados. Os filhos de escravos que nasceram a partir do final do ano de 1871, quando morrem, têm seus óbitos registrados em livro próprio, separadamente dos óbitos de escravos. Isso acaba por minorar o número de menores de 12 anos registrados no livro de óbitos de escravos a partir de 1871, o que contribuiu incisivamente para a diminuição das *causas mortis* relatadas nesse grupo etário.

Mais da metade das crianças escravas morreu de doenças infecto-parasitárias (54%) como a coqueluche e as verminoses. Esse grupo também sofreu com as “Mortes violentas e Acidentais” e as doenças da “Primeira infância” (17%), como as dos irmãos Messias e Sesisnando, de nove e doze anos respectivamente, que morreram em

²²² Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, pp. 223-4.

decorrência da queda de um raio. As diarreias, assim como as demais doenças do sistema digestivo, foram a terceira causa de mortes entre as crianças escravas (14%).

GRÁFICO IX



As crianças da população livre sofreram mais com as doenças da “Primeira infância”. Espasmos, mal-de-sete-dias, problemas relacionados à dentição, ajudam a compor a maior parte das causas registradas no grupo das “outras doenças e causas de morte”. Esse grupo, que foi responsável por 37% de todas as mortes de crianças livres (mais de um terço das mortes!), registra ainda mortes por queimadura, mordida de cobra, desastre.

As doenças da primeira infância, possivelmente ocultam deficiências nutricionais graves. Mortes em consequência de espasmos e de problemas na dentição podem ser reflexo do beribéri, uma doença carencial provocada pela deficiência de vitaminas do complexo B, em especial a tiamina (B₁).²²³ A tiamina é encontrada em cereais, legumes, leite, ovos...; sua deficiência ocorria, em geral, no período do desmame das crianças, por volta dos dezoito meses de idade, quando a criança começa a desenvolver a dentição e troca o leite materno, rico em vitaminas, por outro tipo de comida que, na maior parte das vezes, não suprime as necessidades nutricionais diárias das crianças. A deficiência de tiamina no organismo provoca alterações no sistema nervoso, daí os espasmos infantis caracterizarem o beribéri.

²²³ Mary C. Karasch, *op. cit.* pp. 246-8.

Catarros e demais doenças do sistema respiratório também compunham a realidade da morte das crianças livres (16%); as doenças infecto-parasitárias como a febre amarela, meningite, coqueluche e verminoses (muitas verminoses!) também foram muito importantes nesse aspecto, a gama de doenças desse tipo que afetava as crianças livres foi muito maior do que o relatado nos assentos das crianças escravas. Contudo, a tuberculose não foi tão presente nos assentos dos livres menores de 12 anos, assim como nos assentos dos escravos da mesma faixa etária.

Um ponto que gera mais controvérsia na comparação entre as crianças das duas populações é a média de idade de falecimento. Os livres morriam em média aos 2,7 anos de idade, já os escravos morriam aos 5,5 anos de idade. Sem dúvida, esse é mais um reflexo do sub-registro para a população escrava, o número de assentos analisados não nos permite concluir algo para além disso.

A mortalidade infantil era alta tanto para livres como para escravos, como nos revela a historiografia.²²⁴ Possivelmente, os dados para as crianças escravas refletem não só o sub-registro em decorrência da Lei de 1871, como também a omissão de informações acerca de escravos falecidos nos dois primeiros anos de vida, sobretudo nos primeiros meses, o que acaba por encobrir a alta mortalidade infantil dentro das senzalas vassourenses.

Mary Karasch, para o Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, indica que entre 1833 e 1849, 41,3% dos mortos enterrados pela Santa Casa de Misericórdia tinham menos de 10 anos de idade, ou ainda, de todos os enterros, 26,5% eram de “inocentes” ou menores de 1 ano de idade!²²⁵

Iamara da Silva Viana, em estudo sobre a *Morte escrava e relações de poder em Vassouras*, nos anos de 1840 a 1880, constata que não havia a preocupação com as informações que constavam nos registros de óbitos de escravos e livres antes do final da década de 1840, para ela “à medida que a sociedade vai se tornando mais complexa, as informações tendem a ser melhor elaboradas”.²²⁶

Mesmo assim, Iamara Viana identificou que na década de 1840, 45,43% dos assentos de óbitos de escravos eram de escravos ditos “inocentes”, para ela, esse termo

²²⁴ Cf Maria Luiza Marcilio, “Sistemas demográficos no Brasil do século XIX”, *op. cit.* pp. 193-207.

²²⁵ Mary C. Karasch, *op. cit.* pp. 144-58.

²²⁶ Iamara da Silva Viana, *Morte escrava e relações de poder em Vassouras (1840-1880): hierarquias raciais, sociais e simbolismos*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, 2009, p. 80.

era usado, em geral, para crianças menores de 7 anos de idade. Para o período compreendido entre 1850 e 1880, 36,3% dos assentos são de menores de 7 anos ou inocentes.²²⁷

Ana Maria Leal Almeida e Miridan Britto Falci, em *A morte Escrava em Vassouras*, identificaram que entre 1851 e 1867 a mortalidade infantil da população escrava foi muito alta, com “uma grande incidência de morte de recém-nascidos”. Para elas, os anos de 1853, 1858 e 1860 são representativos dessa dinâmica, pois dos óbitos registrados nesses anos, cerca de 45% são de menores de 4 anos de idade.²²⁸

Como vemos, a mortalidade infantil da população escrava de Vassouras foi muito alta em outros períodos históricos, tendo sido especialmente distorcida entre os anos de 1865 e 1888 pela falta de dados mais precisos e pelos efeitos da Lei de 1871. A partir de 1871, já não nasciam mais escravos, a condição jurídica dos filhos de escravos era outra. Não fosse essa lei, possivelmente a mortalidade infantil da população escrava tenderia à diminuição, pois, como notou Ricardo Salles, a partir dos anos sessenta, há uma mudança nas relações entre senhores e escravos. Essa mudança tem o seguinte tom:

A dinâmica demográfica marcada pela presença africana, que ainda estava atuante mesmo adentrada a década, realimentada pela importação de africanos propiciada pelo tráfico inter e intraprovincial, passou a dar lugar a uma nova dinâmica, característica de uma sociedade escravista madura. A base desta nova dinâmica era a comunidade escrava estável, assentada na família, na crescente proporção de crioulos em relação aos africanos, no maior equilíbrio entre os sexos, resultando tudo isso em uma pirâmide etária mais equilibrada e no aumento do número de famílias e filhos. Essa comunidade tendia a um processo de crescimento vegetativo, quando nele já não havia ingressado.²²⁹

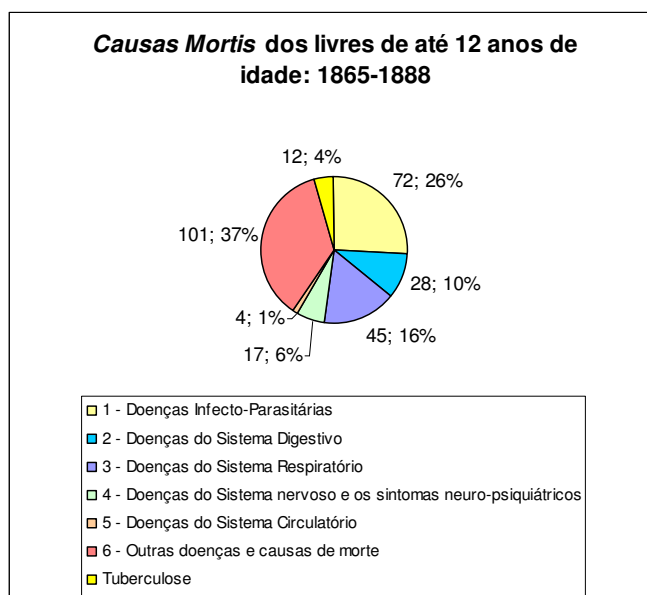
Possivelmente, os filhos de escravos também se beneficiaram dessa mudança de atitude dos senhores, o que pode ter agido positivamente sobre os índices de mortalidade infantil dessa população. Como já dissemos, falta ainda um estudo mais aprofundado sobre a questão da saúde e, conseqüentemente, dos padrões de morte dos ingênuos vassourenses, dessa maneira, só podemos especular sobre esse fato, levantando mais questões.

²²⁷ *idem, ibidem*, pp. 80-2.

²²⁸ Ana Maria Leal Almeida & Miridan Britto Falci, *A morte escrava em Vassouras*, Vassouras, 2009, p. 39.

²²⁹ Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, p. 254.

GRÁFICO X



Na verdade, os dados mais confiáveis do livro de óbitos de escravos para a verificação das causas de morte dizem respeito aos maiores de 12 anos de idade, que apresentaram uma maior constância nos registros ao longo do período estudado.

Os escravos com idades entre 13 e 49 anos pereceram mais em decorrência das doenças infecto-parasitárias (Gráfico XI), outra vez, a tuberculose mostrou-se a doença mais fatal. Mas, as doenças do sistema respiratório também foram responsáveis por grande parte dos óbitos de escravos nessa faixa etária (21%). O trabalho no eito e as condições de habitação e higiene certamente contribuíram para esse tipo de cenário, propiciando o ambiente perfeito para a proliferação de microorganismos infecciosos.

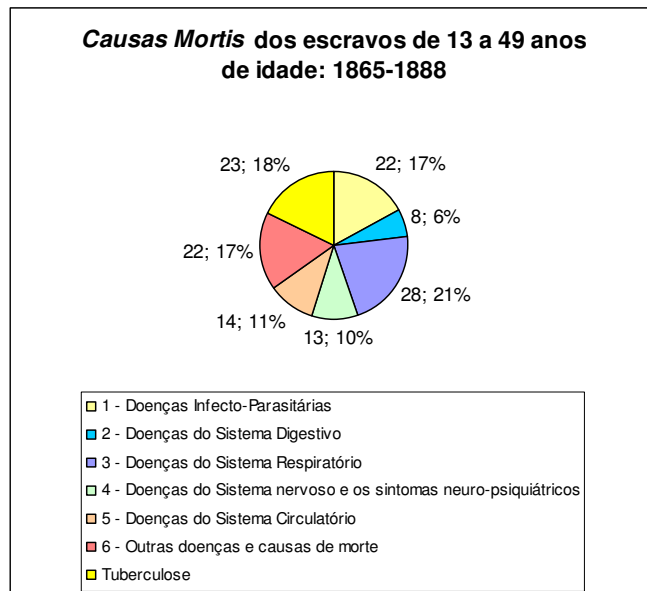
Um grupo de doenças que ainda não foi suficientemente trabalhado aqui foi o grupo das “Doenças do sistema nervoso e os sintomas neuro-psiquiátricos”. Esse grupo representou a causa do óbito de 10% dos escravos entre 13 e 49 anos de idade, e seu principal representante foi o acidente vascular cerebral.²³⁰ Descrevendo as formas de disciplina utilizadas pelos senhores de escravos, Stanley Stein assinala que “tão difundido era o uso do chicote que termos como ‘apoplexia fulminante’ e ‘congestão cerebral’ eram empregados como esclarecimento médico para mortes induzidas pelas chicotadas”. Stein afirma ainda que

²³⁰ Nomes como “amolecimento cerebral”, “apoplexia”, “apoplexia cerebral”, “apoplexia epiléptica”, “ataque cerebral”, “ataque da cabeça”, “ataques epilepticos”, “congestão cerebral”, “hemorragia cerebral”, “pralizia subsequente a apoplexia”, entre outros, são descrições muito típicas para a ocorrência de um acidente vascular cerebral.

Não somente perversidade, mas também o desejo de levar os escravos a trabalharem por mais tempo e mais arduamente motivaram o uso liberal do chicote. “Muitos fazendeiros desumanos”, escreveu Caetano da Fonseca, (...) “forçam seus escravos, com o chicote, a trabalharem além de sua capacidade física. Esses pobres homens, esgotadas as suas últimas energias, morriam em pouco tempo, com grande dano financeiro para seus bárbaros senhores”.²³¹

Mas termos como “apoplexia cerebral”, “ataque cerebral”, “paralisia”, “congestão cerebral”, “amolecimento cerebral” e “hemorragia cerebral” são também encontrados nos registros de óbito dos livres de idade compreendida entre 13 e 49 anos. É certo que na população livre as “doenças do sistema nervoso e sintomas neuro-psiquiátricos” representaram bem menos mortes (5%), mas o que queremos ressaltar é que o *termo* utilizado para designar a causa da morte era o mesmo. Contudo, é possível que, para os escravos, a “apoplexia” e a “congestão cerebral” tenham sido motivadas pelos açoites recebidos; talvez isso não esclareça, mas em alguns óbitos dos escravos os termos “apoplexia” e “congestão cerebral” são acompanhados pelo adjetivo “fulminante”, o que não ocorreu em nenhum assento de pessoa livre.

GRÁFICO XI

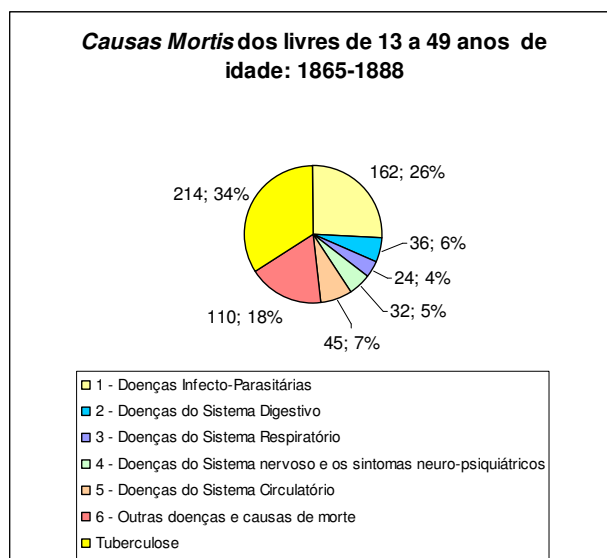


²³¹ Stein cita ainda o caso de um escravo, propriedade de Geraldo de Souza Correia, que, no ano de 1858, “foi encontrado açoitado até a morte nos cafezais da fazenda vizinha de Felix do Nascimento Costa”. Segundo Stein, diziam “que o capataz de Costa, ‘Manoel da Ilha’, recebeu ordens para chicotear todos os escravos que usassem um caminho próximo para retornar às suas fazendas vindos de uma venda no campo. O magistrado municipal registrou que o escravo havia morrido de ‘congestão cerebral’ – exatamente os termos usados quando outro médico examinou o cadáver de Constança, uma escrava surrada até a morte por sua senhora, esposa de um Oliveira Barcellos”. Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 171-2 e nota 21.

Contudo, surpreendentemente, os escravos dessa faixa etária morreram, em média, mais tarde que os livres. Os óbitos assentados apontam para a morte de escravos aos 32 anos de idade, enquanto os livres morriam antes, aos 31, 6 anos de idade. Esse fato deve-se principalmente, aos casos de epidemia na população livre.

Cerca de 60% dos livres entre 13 e 49 anos morreram de doenças infecto-parasitárias (Gráfico XII), doenças epidêmicas como as febres (amarela, perniciosa, tifóide, álgida) e a tuberculose responderam por mais de 360 mortes no período. Só nos anos de 1880 e 1881, foram registrados mais de 80 falecimentos em decorrências das febres, sobretudo por causa da epidemia de febre amarela que assolou o município. Parece que as febres epidêmicas não atingiam igualmente livres e escravos. Nos mesmos anos de 1880 e 1881, a população escrava só sofreu duas mortes em decorrência das febres, ambas em 1881: a da preta Maria, de 15 anos, que morreu por causa de uma “febre bilioza grave” e a de Francisco, crioulo, de 35 anos, que morreu em decorrência de uma febre amarela.

GRÁFICO XII

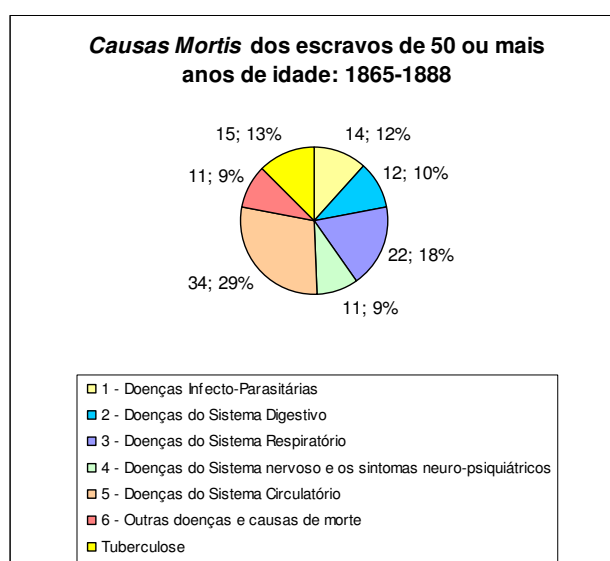


Mary Karasch aponta que para as epidemias de febre amarela no Rio de Janeiro, escravos e livres foram afetados. Escravos de origem africana menos que os nascidos no Brasil e estes menos que os brasileiros descendentes de europeus. Isso se explicava pelo fato de a febre amarela ser endêmica na África Ocidental, assim os escravos contraíam a doença, mas esta desenvolvia-se de forma mais branda, quase nunca resultando em óbito, o que não ocorria com a população livre branca da cidade,

que por não ter mecanismos de auto-defesa imunológica contra a febre amarela, desenvolviam-na de forma mais severa, terminando no óbito.²³²

O outro grupo etário analisado é o dos idosos, escravos com idades superiores a 49 anos que apresentam, grosso modo, uma diminuição da sua força produtiva enquanto mão-de-obra. Nesse grupo, os padrões de morte da população escrava sofrem grandes alterações. A dinâmica de mortes marcada pelas doenças infecto-parasitárias cede lugar a uma nova ordem em que as doenças do sistema circulatório ganham destaque (Gráfico XIII).

GRÁFICO XIII



Causas de morte relatadas como “aneurisma”, “insuficiência mitral”, “estreitamento do orifício ventricular”, “hydropenia orgânica do coração”, “hypertrofia do coração”, “delatação da aorta”, “lesão cardíaca”, “lesão do coração”, “lesão dos centros circulatórios” ou simplesmente “moléstia do coração” são a grande maioria dos motivos de falecimento dos escravos maiores de 49 anos de idade (29%). Doenças infecto-parasitárias (25%), como a tuberculose, e do sistema respiratório (18%), como as pneumonias e o “catarro senil”, também foram muito frequentes nos registros dos escravos dessa faixa etária.

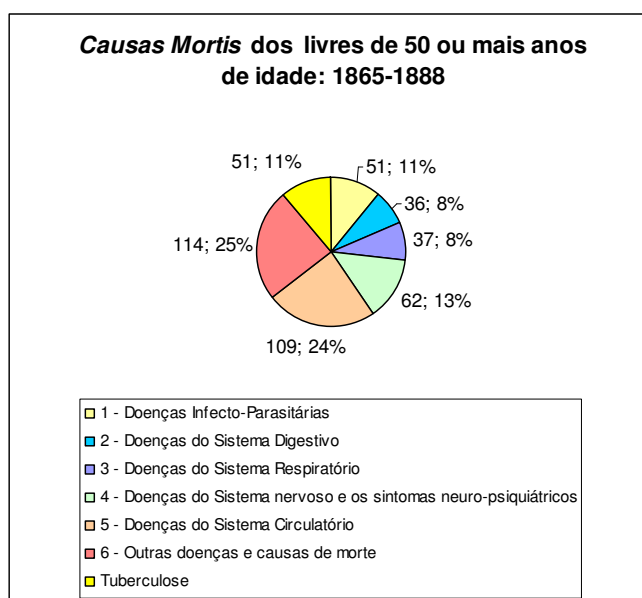
Os livres idosos tiveram como os principais motivos de falecimento as causas do grupo “outras doenças e causas de morte” (25%), representadas pelo “marasmo”, “marasmo senil”, “velhice”, os “cancros” da boca, língua e útero, os assassinatos e os

²³² Mary C. Karasch, *op. cit.* pp. 222-5.

desastres e causas acidentais (Gráfico XIV). Logo após, as doenças do sistema circulatório (24%) são as causas de morte mais relatadas, na verdade são essas as mais recorrentes, pois o grupo das “outras doenças e causas de morte” englobam uma gama muito maior de doenças e causas de morte gerando, ao agregá-las para facilitar a análise, a distorção dos resultados. Assim, como os escravos, os livres também morreram mais de doenças do sistema circulatório. Outro ponto a ser destacado é o fato desse grupo ter apresentado mais doenças do “sistema nervoso e os sintomas neuro-psiquiátricos” (13%) que o grupo dos escravos (9%).

Nessa faixa etária, os livres morreram mais tarde que os escravos. A média de idade do morto com 50 anos de idade ou mais foi de 64,8 anos na população livre e de 61 anos na população escrava, contudo a população escrava apresentou 4 indivíduos de idade igual ou superior a 100 anos, enquanto a população livre apresentou 3 indivíduos.

GRÁFICO XIV



Para aprofundar nossa análise, gostaríamos, antes de concluir esse trabalho, discutir o que representava para o homem do século XIX a doença que mais causava mortes: a tuberculose.

3.2.1 Tuberculose

Ha uma molestia que, d'entre todas do quadro nosologico, figura em primeiro lugar nas estatisticas de todos os hospitaes do mundo, maxime nos do Rio de Janeiro, onde a molestia, matando mais do que qualquer epidemia, ceifa annualmente quatro a cinco mil vidas, cobrindo de luto quer a familia do opulento quer a do pobre.

Esta molestia que não poupando idades, sexos, constituições, temperamentos, condições sociaes, esta molestia que atroz já no seio uterino imprime em sua victima o sello fatal, esta molestia que, quase excepcionalmente, acompanha as epidemias, nivella a estas, e continúa, quando ellas cedem, na sua marcha invasora, esta molestia que zombando de tudo, arma-se tambem contra a therapeutica: tornando baldados todos os nossos esforços, abandonando nos na sciencia e só deixando-nos a therapeutica do desespero, esta entidade morbida de que nos occupamos é a – phthisica pulmonar.²³³

A tísica ou tuberculose foi a doença que, isoladamente, mais causou mortes entre livres e escravos em Vassouras. Entre 1865 e 1888, a tuberculose foi responsável por 320 dos 4110 óbitos registrados entre livres e escravos; se considerarmos apenas os assentos com as causas de morte identificadas, essa doença representou quase 20% de todas as *causas mortis* declaradas.

Para Iamara Viana, 10,03% dos assentos de óbitos de escravos, entre 1840 e 1870, e 16,62% dos assentos de livres, entre 1840 e 1880, são resultado de mortes por tuberculose.²³⁴ Ana Maria Leal Almeida e Miridan Britto Falci confirmam que nos registros de óbitos das décadas de 1820 a 1860, a tuberculose era a doença identificada mais recorrente – 40% de todas as causas de morte identificadas. Contudo, estranhamente, essas mesmas autoras, analisando os inventários *post-mortem* da região de Vassouras do período compreendido entre os anos de 1850 e 1888, não encontraram nenhuma referência a escravos descritos como tísicos ou tuberculosos, apesar de muitos inventários serem detalhistas sobre o estado de saúde dos escravos neles arrolados.²³⁵

A tuberculose, no século XIX, foi uma doença epidêmica, que alastrou-se por toda a população, em especial nos grandes centros urbanos como no Rio de Janeiro e Salvador. A citação que abriu essa parte de nossa discussão, do postulante ao título de Doutor em medicina, José Pedro Drummond, traduz bem o pensamento e o medo que a

²³³ José Pedro Drummond, *Phthisica Pulmonar*, Rio de Janeiro, Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1880 (Tese Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). p. 1.

²³⁴ Para Iamara Viana, no período de 1840 a 1870, as doenças infecto-parasitárias representaram 21,51% das causas de morte na população escrava e 29,55% das causas de morte da população livre. Iamara da Silva Viana, *op. cit.* pp. 87-93.

²³⁵ Ana Maria Leal Almeida & Miridan Britto Falci, *op. cit.* pp. 55-9.

tuberculose gerava nas mentes do século XIX. Frases de impacto como aquela não faltaram na literatura médica do Oitocentos. Outro jovem postulante ao título de doutor, Luiz de Mello Brandão e Menezes, escreveu o seguinte, em sua tese intitulada *Do parasitismo em relação ao diagnóstico e tratamento da phtisica pulmonar* de 1885:

Em nosso paiz, no estrangeiro e principalmente nos grandes centros populosos, as estatísticas nos mostram constantemente o grande numero dos victimados pela phymatose pulmonar [tuberculose]; terrível e lethal flagello que visita não só a choupana do pobre como o palacio do rico, verdadeira imagem da Morte que tudo nivela, que tudo iguala, o homem e a mulher, a criança e o velho, o pobre e o rico.²³⁶

A tuberculose atingia a todos, sem distinção.

Sabemos hoje que a tuberculose é uma doença infecto-contagiosa provocada por uma bactéria popularmente conhecida como bacilo de Koch (*Mycobacterium tuberculosis*), contudo a transmissibilidade da doença só seria constatada em 1882 por Robert Koch. Antes disso, porém, era comum acreditar-se que a tuberculose, ou a propensão ao seu desenvolvimento, fosse hereditária. Assim, filhos de tísicos estariam fadados, ou mais aptos, a desenvolver a doença.²³⁷ José Pedro Drummond defendia que

a tuberculose pulmonar é uma **molestia hereditaria**, que esta hereditariedade se traduz por uma predisposição do organismo á tuberculisação: o filho pois de um tuberculoso nasce tuberculisavel e poderemos nós descobrir nesta **futura victima** caracteres especiaes a esta predisposição. (Grifos Nossos)²³⁸

Contudo a doença poderia “durar annos, e alcançar mesmo uma idade avançada mediante um tratamento hygienico e therapeutico racionaes”.²³⁹ Pois,

Enquanto a saúde geral é boa, o tuberculo fica circumspscrito, não provoca inflammação, póde mesmo ficar indifferente; desde que por **causas múltiplas**, a **resistencia do organismo diminua**, o tuberculo torna-se diffuso, propaga-se,

²³⁶ Luiz de Mello Brandão e Menezes, *Do parasitismo em relação ao diagnóstico e tratamento da phtisica pulmonar*, Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1885 (Tese Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). p. 1.

²³⁷ Cf José Pedro Drummond, *op. cit.*; Helen Gonçalves, “A tuberculose ao longo dos tempos”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VII(2): 303-25, jul.-out. 2000.

²³⁸ José Pedro Drummond, *op. cit.* p.75.

²³⁹ *idem, ibidem*. p. 143.

germina de algum modo melhor em um **terreno mais favorável**, e ao mesmo tempo provoca a supuração. (Grifos Nossos)²⁴⁰

O desenvolvimento da doença devia-se a “condições anti-hygienicas”. Para José Drummond,

A tuberculisação é o sello tumular que se imprime sobre organismo que **tendo passado pelas condições anti-hygienicas de todo genero**, acha-se em um estado de depauperamento que muito favorece para impressão deste sello, que traduzindo-se pelo tuberculo, este constitue-se as vezes o passaporte desta para a outra vida. (Grifos Nossos)²⁴¹

Apesar disso, era necessária uma série de condições favoráveis para que a tuberculose se desenvolvesse, para além da “predisposição innata” e das condições de ordem “anti-hygienicas”. As condições próprias podiam ser: o “*desvio da nutrição ou inanição* feita quer pelas vias digestivas, quer pela vias aerias”, a habitação em lugares humidos e pouco ventilados, a idade, a “constituição”, o sexo, “excessivos trabalhos (physicos e intellectuaes)”, “terrores religiosos”, “pezares pensamentos tristes voluntários”...²⁴²

Como vemos, a etiologia da doença apontava diversos fatores possíveis como facilitadores do desenvolvimento da enfermidade. Para esse trabalho, nos deteremos em dois desses fatores citados na época: a alimentação deficiente e as habitações inadequadas.²⁴³

Para os pesquisadores da época,

A alimentação insuficiente ou de má qualidade é pois uma causa freqüente de tuberculose, tanto mais poderosa quanto esta causa se exerce sobre um trabalhador, no qual ha despeza exagerada das forças e reparação incompleta do corpo.²⁴⁴

Alimentação insuficiente e inadequada é, portanto, uma condição facilitadora do desenvolvimento da tuberculose. Como vimos, a dieta do escravo era baseada em gêneros deficientes em proteínas, vitaminas e em alguns sais minerais, por um lado, e

²⁴⁰ Luiz de Mello Brandão e Menezes, *op. cit.* p. 50.

²⁴¹ José Pedro Drummond, *op. cit.* p. 31.

²⁴² *idem, ibidem.* pp. 43-4, 49-50.

²⁴³ As teses médicas aqui utilizadas em nenhum momento fazem alusão à escravidão e suas especificidades, tratam da questão da tuberculose de uma maneira geral. Essa omissão da condição escrava das teses médicas por nós pesquisadas não interferirá em nossa análise, pois nossa intenção é apenas verificar o que a medicina oitocentista entendia por tuberculose, quais as suas causas, os possíveis tratamentos e o impacto dessa doença na sociedade da época.

²⁴⁴ José Pedro Drummond, *op. cit.* p. 90.

ricos em carboidratos, por outro. Mas, não somente os escravos tinham uma alimentação inadequada, homens livres, especialmente os livres mais pobres – a grande maioria deles –, também tinham uma alimentação de baixa qualidade, baseada principalmente em bacalhau, carne-seca, farinha e batata-doce. Para eles, sal e caloria era a regra.²⁴⁵

Outro fator importante para o desenvolvimento da tuberculose eram as habitações inapropriadas. Falta de circulação do ar, má iluminação e umidade eram tidas à época por condições “tuberculisantes”. Nesse ponto, os pobres também eram os mais suscetíveis:

o quarto de dormir do pobre é geralmente pouco espaçoso, e ahi dormem 2, 3 e mais pessoas segundo as condições, estes aposentos são fechados durante a noite, são geralmente escuros mesmo durante o dia, são as vezes humidos – pois bem reúne-se todas estas circunstancias, e com certeza ninguém negará *a influencia tuberculizante destas moradias*. (Grifos do próprio autor)²⁴⁶

O ar viciado atuaria da seguinte forma:

Este ar viciado na quantidade e qualidade actúa pois favorecendo a manifestação da tuberculose, mas a elle, como dissemos, reúnem-se outras causas que tornam a sua acção phthisicogenica mais manifesta: estas causas são: a obscuridade e humidade, - estas causas acompanham sempre o ar confinado, assim demonstram as casas dos obres onde não penetrando os raios solares a atmosphaera fica mais saturada de humidade pela falta de evaporação, emfim em todo o lugar onde o ar é confinado elle é *ipso facto* unido á obscuridade e á humidade.²⁴⁷

Como vimos, as senzalas dos escravos sofriam dos mesmos males, eram úmidas, com ventilação mínima e escuras, além de, quase sempre, estarem tomadas pela fumaça das fogueiras.

Tudo isso contribuía para que as habitações dos pobres e as senzalas dos escravos fossem agentes propagadores de doenças alérgicas e infecciosas, que atavam, principalmente, o sistema respiratório. Essas doenças, ao debilitarem organismos já

²⁴⁵ Frédéric Mauro, *O Brasil no tempo de Dom Pedro II: 1831-1889*, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

²⁴⁶ José Pedro Drummond, *op. cit.* p. 88.

²⁴⁷ *idem, ibidem.* p. 89.

combalidos por excesso de trabalho e uma dieta alimentar deficiente, acabavam por facilitar o desenvolvimento da tuberculose.²⁴⁸

A esse cenário, em certas profissões,

ainda ajuntam-se poeiras animaes, vegetaes e mineraes, que além de tornarem o ar menos respiravel, estes corpusculos penetrando nas vias respiratorias irão irritar a mucosa respiratoria produzindo bronchites e pneumonias.²⁴⁹

No caso de Vassouras, a adoção de ventiladores para o beneficiamento de grãos em algumas fazendas a partir da década de 1850 pode ter aumentado a poeira, “levando a um grau de insalubridade visível nos escravos pelo hábito de tossir e cuspir acompanhado de complicações respiratórias”.²⁵⁰

Segundo um observador da época: “A poeira muito fina é extremamente irritante, ataca os pulmões (...), os escravos adoeciam com freqüência, e me foi possível observar que era sempre uma doença de tórax (...)”.²⁵¹ Para outro postulante ao título de doutor em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, “está hoje adoptado como facto perfeitamente demonstrado que a tuberculose é frequentemente complicada de processos pneumônicos”.²⁵²

Outras doenças, não só as respiratórias, poderiam contribuir para o desenvolvimento da tuberculose entre os escravos. Para Mary Karasch,

Se um escravo tinha malária, mas morria de tuberculose, que aparece com freqüência depois de um ataque debilitador de malária, quando a pessoa está vulnerável à infecção, os médicos registravam a causa da morte como sendo tuberculose.²⁵³

Karasch observou que os diversos tipos de febre e a malária quase não levavam os escravos a óbito, mas os debilitava, favorecendo o desenvolvimento da tuberculose.

²⁴⁸ Na visão pós Robert Koch, o organismo debilitado, quando já infectado pelo bacilo da tuberculose, desenvolve mais facilmente a doença, pois há comprometimento do sistema imunológico. Cf Helen Gonçalves, ‘A tuberculose ao longo dos tempos’, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VII(2): 303-25, jul.-out. 2000.

²⁴⁹ José Pedro Drummond, *op. cit.* p. 94.

²⁵⁰ Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 65.

²⁵¹ Rodrigues Cunha, *Arte da cultura*, pp. 91-92. *Apud* Stanley J. Stein, *op. cit.* p. 65.

²⁵² Guilherme Alberto das Neves Mitward, *Da tuberculose pulmonar*, Rio de Janeiro, Typographia de Quirino & Irmão, 1870 (Tese Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). p. 29.

²⁵³ Mary C. Karasch, *op. cit.* p. 220.

Umidade e poeira não eram o único problema. Um hábito comum aos escravos também desgastava-lhes a saúde, facilitando o desenvolvimento da tuberculose. Trata-se do hábito de fumar. Para José Drummond, é preciso que

os tuberculosos não fumem, (...) o tabaco é um verdadeiro veneno dos pneumogástricos, actuando por intermedio destes já nos pulmões, produzindo tosse, e dyspnéia; já no coração produzindo palpitações, e finalmente, já no estômago produzindo anorexia, dyspepsia flactulenta, etc.²⁵⁴

Como vimos, a tuberculose foi mortal tanto para livres como para escravos, sendo responsável por 15% das mortes dos escravos e 20% das mortes dos livres. O principal grupo atacado foram as mulheres, livres e escravas, de idades compreendidas entre 13 e 49 anos. José Drummond registra que seus colegas afirmam que a tuberculose é mais fatal no sexo feminino e que

O Sr. Dr. Torres Homem disse-nos a mesma cousa nas suas conferencias clinicas do anno passado [1879], e ambos estes eminentes autores explicam esta preferencia pela existencia de tres condições inherentes a mulher, condições estas que perturbam a nutrição e por isso favorecem a pthísica pulmonar, estas condições são a *mestruação, gravidez, parto e aleitamento*.

Apesar disso, o futuro médico afirma que

deveremos notar que no Brazil parece que morrem mais homens do que mulheres. As circumstancias inherentes ao sexo feminino, não duvidamos concorrem poderosamente para a creação ou desenvolvimento da tuberculose, mas não é menos exacto que os homens se depauperem muito mais que as mulheres e se expoem a causas occasionaes mais frequentemente que as mulheres. É assim que no primeiro semestre deste anno [1880] falleceram no Rio de Janeiro 366 homens e 270 mulheres, vê-se que ha uma differença de 96 em favor na mortalidade no sexo masculino”²⁵⁵.

De certo que morriam mais homens. Drummond deixou-se enganar pela falsa equivalência estatística dos sexos na população brasileira. Morriam mais homens de tuberculose porque havia mais homens morrendo também, mas isso não quer dizer que a tuberculose fosse mais letal para eles. De qualquer forma, em Vassouras a tuberculose ceifou mais vidas entre as mulheres, livres e escravas.

²⁵⁴ José Pedro Drummond, *op. cit.* p. 170.

²⁵⁵ *idem, ibidem.* p. 51.

Com relação à faixa etária, Mary Karasch conclui que a tuberculose atacava mais entre 15 e 44 anos, para ela esse grupo era o que mais sofria com os “baixos padrões socioeconômicos, a nutrição deficiente, o forte estresse e o excesso de trabalho” que “eram um convite à tuberculose”.²⁵⁶

Para Drummond,

é dos 18 aos 35 annos que a molestia tem seu maximo de frequência, porque é nestas idades que o homem mais depaupera o seu organismo, já pelo onanismo, já pelo abuso dos praseres sexuaes, já pelo abuso de alcool, já pelos excessivos trabalhos (physicos e intellectuaes) já pelas profissões a que se sujeitam etc., etc.”²⁵⁷

Conclui o autor que

todas estas influencias, alimentação aerea e digestiva, resfriamentos, profissões, são causas secundarias que emanam todas de uma só e unica origem: *a miséria* é esta a condição etiologica mais poderosa da tuberculose. Com effeito, é muito difficil isolar uma das outras más condições hygienicas: ellas se encadeam, se combinam fatalmente em proporções variaveis nesta formula concisa e completa: *a miséria*.²⁵⁸

Após a descoberta do bacilo de Koch, o contágio entra em cena e amplia a discussão. Agora, a partir da teoria do contágio, a contribuição das condições ambientais e da alimentação passa a ser olhada com outros olhos.

O ar expirado pelos tuberculosos traz em suspensão os agentes da molestia, conforme a observação dos observadores modernos.

Este conhecimento que nos é dado pela nova theoria fornece-nos base para prescripções hygienicas de grande interesse para a prophylaxia da tuberculose.²⁵⁹

De certa maneira, a análise dos óbitos da população vassourense pôde confirmar, para Vassouras, o que as teses médicas do século XIX e a historiografia atual afirmam.

Mulheres estavam mais suscetíveis à morte por tuberculose. A doença tinha seu clímax de mortes entre os 13 e 49 anos. E, no caso vassourense, afetou mais livres (20%) que escravos (15%). Para Diana Maul, em uma “situação epidêmica”, como era a tuberculose no século XIX, “a probabilidade de infecção, e mesmo de doença, devia ser

²⁵⁶ Mary C. Karasch, *op. cit.* pp. 211-3.

²⁵⁷ José Pedro Drummond, *op. cit.* p. 47.

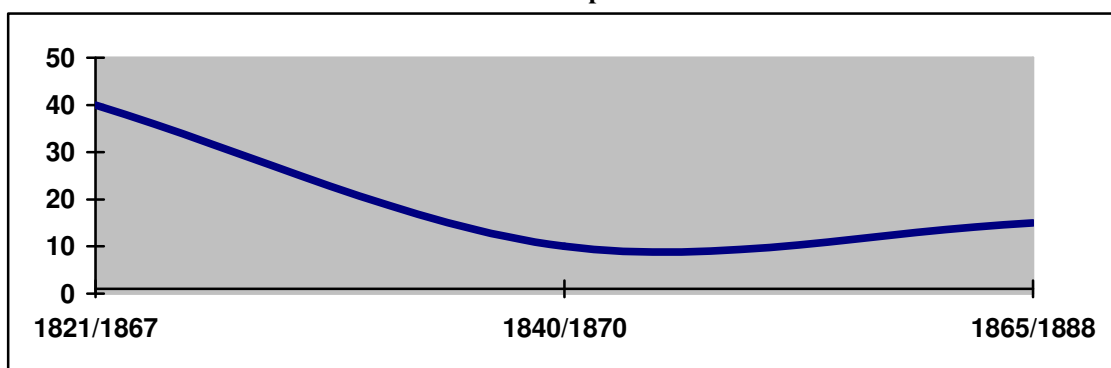
²⁵⁸ *idem, ibidem.* p. 90.

²⁵⁹ Luiz de Mello Brandão e Menezes, *op. cit.* p. 47.

semelhante para africanos ou não, ricos ou pobres”.²⁶⁰ Mas, analisando os assentos de óbitos de Vassouras, vemos que a tuberculose é menos recorrente nos assentos dos escravos vassourenses.

Se compararmos nossos dados com os dados encontrados por Ana Maria Leal Almeida e Miridan Britto Falci, verificaremos que a tuberculose parece ter diminuído seu ritmo de mortes na população escrava, pois elas, chegaram a 40% de mortes por tuberculose (1821-1867), enquanto nós encontramos 15% (1865-1888). Mesmo assim, Iamara Viana chega a um número bem menor para o período compreendido entre as décadas de 1840 e 1870: pouco mais de 10% das mortes eram em consequência da tuberculose.²⁶¹ Observemos a evolução dos percentuais de mortes de escravos por tuberculose no gráfico abaixo:

Gráfico XV
Mortes de escravos por tuberculose



Fonte: Iamara da Silva Viana, *op. cit.*; Ana Maria Leal Almeida e Miridan Britto Falci, *op. cit.*

Se a tuberculose regrediu entre as principais causas de morte dos escravos entre os períodos de 1821/1867 e 1865/1888, pode ter regredido ainda mais entre 1821/1867 e 1840/1870, para depois voltado a aumentar entre 1840/1870 e 1865/1888. A mesma tendência de alta pôde ser verificada para a população livre: no período 1840/1880, o número de mortes causadas pela tuberculose foi de 16,6%, enquanto no período 1865/1888, esse valor subiu para 20% de todos os óbitos de livres registrados.

²⁶⁰ Diana Maul de Carvalho, “Doenças dos escravizados, doenças africanas?”, In: Ângela Pôrto (org.). *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*, Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007. p. 8.

²⁶¹ Devemos ressaltar que os períodos estudados por Ana Maria Leal Almeida e Miridan Britto Falci (1821-1867), Iamara da Silva Viana (1840-1880) e por nós (1865-1888) coincidem em certos anos, a comparação entre eles só é possível a partir dessa ressalva.

A tendência de aumento de mortes por tuberculose a partir de 1865 é visível, tanto em livres como em escravos. A explicação para esse fato não é simples, pois engloba diversos fatores inerentes às epidemias que deveriam ser considerados para explicar a tendência verificada. As fases da epidemia e da doença e seus característicos surtos periódicos podem ser uma explicação plausível. Particularmente, acreditamos que as fases de surto epidêmico da tuberculose em Vassouras, ao menos as que pudemos identificar nos registros paroquiais de óbitos, são muito espaçadas entre si. Em geral, surtos epidêmicos são recorrentes entre espaços de tempo menores, dois, três ou cinco anos no máximo. Portanto, a tendência identificada de mortes por tuberculose não pode ser explicada apenas pela teoria dos surtos epidêmicos – que mesmo assim deve ser mais bem investigada na realidade vassourense oitocentista –, certamente há mais por detrás dessa tendência.

Seria casualidade a coincidência dos ciclos de mortes por tuberculose com as fases de desenvolvimento da cultura do café em Vassouras? Acreditamos que não. Entre 1821 e 1865, ocorreu a implantação, a expansão da produção de café e da *plantation* escravista e o apogeu dessa cultura em Vassouras. Foi nesse período que foram registrados o mais alto índice de mortes por tuberculose na população escrava de Vassouras. Contudo, Iamara Viana verificou que entre 1840 e 1870, esse índice, que era de 40% das mortes, decaiu, chegando a 10%. Dessa maneira, foi entre 1821 e 1840 que se concentraram a grande maioria das mortes por tuberculose. Com a estabilização da cultura do café, por volta de 1840, os índices de morte por tuberculose na população escrava tenderam à diminuição. A partir do momento em que a produção e as rendas com o café diminuem, no período em que há a redução das áreas de matas para a expansão da cultura e o envelhecimento dos cafezais e dos escravos, a tuberculose passa a matar mais escravos. Assim, o momento de “grandeza econômica” de Vassouras (1866 a 1880), mesmo sendo marcado pela crescente busca dos escravos por novos espaços sociais e de direitos, pelo ainda eficiente e rentável conjunto da produção de café e pela perspectiva da reprodução natural da população escrava,²⁶² também é caracterizado pela tendência de elevação do número de mortes por tuberculose, tendência essa que não era restrita ao mundo da morte do escravo, pois foi verificada também para a população livre daquele município.

²⁶² Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*.

Qual a ordem da relação entre a diminuição da pujança da economia vassourense e o aumento do número de mortes por tuberculose? Ainda não temos respostas para essa questão. Mas o fator econômico certamente exerceu papel importante nessa relação, seja pela diminuição dos recursos necessários ao tratamento dos tuberculosos, especialmente os escravos tuberculosos, seja pela influência negativa nos padrões de alimentação, habitação e ritmo de trabalho dentro da fazenda – como vimos, o número de pés-de-café por escravo aumentou no período 1866/1880, o que deve ter gerado também o aumento da carga de trabalho²⁶³ – tudo isso pode ter contribuído para a piora da qualidade de vida dos escravos, e por sua vez, para a facilitação do desenvolvimento da tuberculose.

Por outro lado, como explicar a mesma tendência para a população livre? É possível que os livres mais pobres, aos quais se juntavam ex-escravos alforriados e posseiros sem terras, tenham sofrido tanto quanto os escravos. Esses habitantes de Vassouras, muitos deles mendigos, não faziam parte da vida da fazenda, mas dela podiam se beneficiar realizando pequenos trabalhos. Muitos eram dependentes da caridade dos fazendeiros ou comerciantes locais e formavam uma parcela considerável da população da cidade. Esses pobres livres não tinham sequer a segurança das refeições que os escravos tinham. Segundo Stein, a classe pobre foi levada a uma situação de penúria nos anos das febres (1880-1881) “quando a vida econômica da cidade ficou imobilizada”. Ainda segundo esse autor, a década de 1870 assistiu ao aumento do número de mendigos “talvez como resultado do transtorno econômico causado pela conclusão da Estrada de Ferro D. Pedro II”.²⁶⁴ Tudo isso, pode ter contribuído para o aumento do número de livres tuberculosos, em consequência do aumento da miséria e das condições de vida inadequadas ou insalubres entre esse grupo da população livre.

De qualquer forma, o fator econômico deve ser considerado na avaliação da tendência de crescimento do número de mortes por tuberculose nesse período, pois certamente exerceu grande influência.

Analisar os padrões de morte da população vassourense nos fez constatar que tanto escravos quanto livres sofriam mais de doenças infecto-parasitárias. Dentre estas e todas as outras causas de morte, a tuberculose foi o principal motivo que levou muitos escravos e pessoas livres a óbito, tendo agido principalmente na população de faixa

²⁶³ *idem, ibidem*, p. 154.

²⁶⁴ Stanley J. Stein, *op. cit.* pp. 163-4.

etária compreendida entre os 13 e 49 anos de idade, faixa etária em que os escravos contribuíam com uma maior produtividade enquanto mão-de-obra para a indústria do café. A mortalidade infantil foi omitida dos registros de óbito dos escravos, porém não deveria ser diferente, possivelmente bem maior, que a registrada para a população livre.

A relação entre o discurso sobre a melhoria do tratamento dos escravos empreendido a partir da metade do século XIX e sua influência sobre os padrões de morte dos cativos, não pôde ser aprofundada. Contudo, vimos que os padrões de morte dos escravos são, em muitos casos, semelhantes aos dos livres, o que pode ser um sinal de que a condição jurídica não interferia de maneira incisiva sobre a causa da morte.

Com relação à tuberculose, concluímos que os escravos parecem ter sido menos afetados por ela. Mas, a tuberculose, nos anos finais da escravidão, tinha a tendência de figurar mais nos registros de óbitos, tendência que também foi verificada na população livre e que se mostrou relacionada à diminuição da pujança da economia cafeeira.

Conclusão

A primeira conclusão a que chegamos, sem dúvidas, foi a de que os registros paroquiais de óbitos de escravos sofrem de uma habitual omissão de dados. O levantamento das causas de morte dos escravos poderia ser bem mais detalhado caso os registros fossem mais completos, contudo o historiador deve trabalhar com as fontes que tem em mãos.

Mesmo assim, os assentos pesquisados foram mais completos em informações nos anos estudados se comparados aos registros de outros anos. Para esse trabalho, que não tinha por fim um levantamento estatístico fiel da realidade, mas sim a construção de padrões e tendências, os registros paroquiais mostraram-se adequados.

Por eles, conseguimos verificar que a população escrava vassourense padeceu, principalmente, de doenças infecto-parasitárias, especialmente de tuberculose. A realidade da morte do escravo, nesse ponto, não diferiu da realidade da morte das pessoas livres, ambas apresentaram padrões muito semelhantes. Contudo, os escravos pareceram ser menos afetados por doenças epidêmicas como a própria tuberculose e a febre amarela.

As mortes traumáticas sejam acidentes, suicídios ou assassinatos também estavam mais presentes nos registros de pessoas livres que de escravos, eis outra lacuna desses registros. Castigos físicos, que segundo a historiografia levantada podiam ser muito violentos, não aparecem por entre as causas de morte dos escravos, ao menos nenhuma das causas de morte registradas dá a entender que a morte foi resultado de castigos. Possivelmente, essa é mais uma omissão dos assentos de óbitos de escravos.

Em um período marcado pelo aumento das tensões entre senhores e escravos, com a diminuição do número de alforrias, o aumento das fugas e o aumento da carga de trabalho dos escravos, verificamos a proximidade dos padrões de morte do mundo dos escravos e dos livres. Se a escravidão era madura, se havia o crescimento vegetativo dentro das comunidades de senzala, havia também, por outro lado, a inquietação dos movimentos abolicionistas e a desvinculação dos interesses do Estado dos interesses da elite escravocrata cafeeicultora do Vale.

Manter a ordem era necessário.

Uma das formas propostas para a manutenção da ordem foi a melhoria das condições de vida dos escravos. Diante de um cenário de diminuição da produção do café, isso não seria facilmente implementado.

A alimentação dos escravos e sua higiene pouco foram alteradas. Se antes o cultivo de roças próprias podia complementar a alimentação. Com a necessidade de expansão dos cafezais e a falta de áreas de matas para isso, pode ter havido uma diminuição das roças familiares cultivadas por escravos. Ainda com relação à alimentação e à nutrição no cativeiro, destacamos a necessidade de maiores pesquisas que dêem conta da absorção dos nutrientes pelo organismo do fumante e daquele que faz uso da cachaça.

A senzala, mesmo com as melhorias possibilitadas com os lucros do café durante a década de 1850, ainda era um lugar úmido, muitas vezes infestado de insetos, sujo, muito frio no inverno e muito quente nos verões. A fumaça das fogueiras do interior das senzalas contribuía para a depreciação da saúde de seus habitantes.

A subnutrição, as condições precárias de higiene, as moradias inadequadas e o trabalho pesado na lavoura do café, podem ter influenciado negativamente os padrões de morte da população escrava de Vassouras.

Vimos que os padrões de morte dos escravos são, em muitos casos, semelhantes aos dos livres, o que pode ser um sinal de que a condição jurídica não interferia de maneira incisiva sobre a causa da morte. Mas lembramos que a grande maioria da população livre de Vassouras era composta por pobres, que tinham carências muito próximas as dos escravos.

O período entre os anos de 1865 e 1888 foi caracterizado, também, pela tendência no aumento do número de mortes causadas por tuberculose e por doenças infecto-parasitárias, em geral. Nossa conclusão aponta na direção de que não houve melhora significativa nas condições de vida dos escravos nesse período. O aumento das tensões entre senhores e escravos, a mobilização dos movimentos abolicionistas e queda nas rendas com o café podem ter gerado uma diminuição de benefícios antes possíveis de serem concedidos, como as roças próprias. Dessa maneira, o crescimento das mortes por tuberculose parece ter refletido a diminuição da margem de negociação dos senhores, que já não podiam ceder mais como antes.

Apesar dessa tendência ter sido verificada também na população livre, defendemos que sua dinâmica foi diferente da dinâmica observada na população escrava. A ampliação das mortes por tuberculose na população livre foi resultado do aumento do número de pobres e mendigos atraídos para Vassouras com a inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II, enquanto o avanço das mortes por tuberculose na população escrava era fruto da diminuição da produção do café ao longo das décadas de 1870 e 1880. Já o aumento do restante das doenças infecto-parasitárias como motivo da morte dos livres ocorreu por causa dos surtos de febre amarela na década de 1880.

Se antes de 1865 a melhoria das condições de vida dos escravos puderam influenciar na diminuição dos casos de morte por doenças infecto-parasitárias, especialmente a tuberculose, após esse ano a diminuição das safras de café e o aumento do trabalho na lavoura incidiram negativamente sobre tais condições.

Há, a partir de 1865, uma piora na alimentação do cativo, isso em decorrência da redução das roças familiares. Sob um ritmo de trabalho cada vez mais exigente e uma alimentação deficiente, além das condições anti-higiênicas cotidianas, os escravos cada vez mais padeciam de doenças, cuja influência do meio foi determinante.

Dessa maneira, acreditamos que o discurso sobre a melhoria do tratamento dos escravos, propalado durante o final da década de 1840, não influenciou positivamente as causas de morte dos escravos a partir de 1865. Se essas propostas foram postas em prática, não prosseguiram para além de 1865. Esse ano parece ter marcado para os escravos vassourenses o (re)início de uma rotina de trabalhos extenuantes combinada com sub-nutrição. Tal quadro debilitou os escravos a ponto de torná-los mais vulneráveis as doenças, que, também em consequência disso, mostraram-se mais fatais.

A condição jurídica parece não ter influenciado nas causas de morte, livres e escravos sofriam de males muito próximos: sub-nutrição e condições anti-higiênicas de moradia. Nas palavras dos médicos da época, sua categoria era a mesma: a *miséria*.

Portanto, a partir de 1865, os reflexos da diminuição da pujança da cultura do café geraram em Vassouras um quadro econômico que não possibilitou a implantação ou continuidade das melhorias na condição de vida dos escravos. Isso acabou por aumentar o número de mortes por doenças infecto-parasitárias entre os escravos e por tuberculose, tanto na população escrava, quanto na população livre.

Fontes

Manuscritas

Centro de Documentação Histórica de Vassouras (CDH/FUSVE)

Livro de Óbitos de Captivos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras (1865-1888).

Livro de Óbitos de Pessoas Livres da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras (1865-1888).

Impressas

DRUMMOND, José Pedro. *Phthisica Pulmonar*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1880 (Tese Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro).

MENEZES, Luiz de Mello Brandão e. *Do parasitismo em relação ao diagnóstico e tratamento da phthisica pulmonar*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1885 (Tese Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro).

MITWARD, Guilherme Alberto das Neves. *Da tuberculose pulmonar*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1870 (Tese Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro).

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. 2º vol. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1830)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. “Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro”. In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria (Compil.). *De Vassouras: história, fatos, gente*. Rio de Janeiro: Ultra-set, 1978. pp. 31-53.

WERNECK, Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, *Ideas sobre colonisação precedidas de uma succinta exposição dos princípios gerais que regem a população*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1855.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo do dito arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas no sínodo diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

Referências

- ALANIZ, Anna Giselle Garcia. *Ingênuos e libertos: Estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição (1871-1895)*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.
- ALMEIDA, Ana Maria Leal; FALCI, Miridan Britto. *A morte escrava em Vassouras*. Vassouras, 2009.
- ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro, 1989.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999.
- BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- BRASIL, IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil de 1872*. CD-ROM. Rio de Janeiro: IBGE/GEBIS (Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais), sd.
- CARVALHO, Diana Maul de. “Doenças dos escravizados, doenças africanas?”, In: PÔRTO, Ângela (org.). *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Iraci del Nero da; MARCONDES, Renato Leite. “A Alimentação no cativo: uma coletânea sobre os regimes alimentares dos negros afro-brasileiros”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Rio de Janeiro*, v. 162, n. 411, p. 199-246, abr./jun. 2001.

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A interiorização da Metrópole”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 160-84.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- FALCI, Miridan Britto. “História e cultura médica: uma abordagem para o estudo de escravos”, In: SANTOS, Cláudia A. dos; et. alli. *Espacialidades: espaço e cultura na história*, Vassouras, Universidade Severino Sombra, 2004.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920) um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1983.
- GOMES, Flávio S. *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- GONÇALVES, Helen. “A tuberculose ao longo dos tempos”. *História, Ciências, Saúde– Manguinhos*. vol. VII(2): 303-25, jul.-out. 2000.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GRINBERG, Keila. “Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o ‘princípio da liberdade’ na fronteira sul do Império brasileiro”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Liberata – a lei da ambigüidade*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

- IMBERT, J. B. A. *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional e Const. de Seignot-Plancher e Cia., 1834.
- JEPPERSON, Ronald. “Instituciones, Efectos institucionales e Institucionalismo”, In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (Org), *El Nuevo Institucionalismo en el Análisis Organizacional*, México, Fondo de Cultura Economica, 1999, p. 193-215.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LARA, Silvia H. *Campos da violência: Escravos e Senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Novas dimensões da experiência escrava*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/13.shtml>>. Acessado em 15/01/2008.
- _____. “‘Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto História*. São Paulo, Número 12, 1995.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1993.
- LIMA, Ailton Bezerra. *A violência e o discurso jurídico sobre o escravo no vale do Paraíba no século XIX*. In: II Simpósio de Política e Cultura: Documentos e Abordagens. Disponível em: <http://www.uss.br/web/arquivos/textos_historia/AILTON_BEZERRA_LIMA_A_VIOLENCIA_E_O_DISCURSO_%20JURIDICO.pdf>. Acessado em 22/07/2009.
- MACHADO, Maria Helena. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº 16, março-agosto, 1998.
- _____. *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. Tese de Doutorado. Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2004.
- _____. “Comércio e alimentação ao longo dos caminhos de Minas Gerais”. *Estudos Humanidades*, Goiânia, v. 27, nº 2, 2000.
- MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARIOSIA, Rosilene Maria. *Tratamento e doenças de escravos da Fazenda Santo Antonio do Paiol, 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2006.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. A formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec-INL, 1987.
- MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. “A escrita da intimidade: história e memória no diário da Viscondessa do Arcozelo”. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II: 1831-1889*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- MOTTA, José Flavio. “Demografia histórica, família escrava e historiografia: relações familiares em um plantel de escravos em Apiaí (SP)”. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica*. São Paulo: ABPHE – FEA/ USP, 2001.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo; SILVEIRA, Anny J. Torres da. “A doença revelando a história: uma historiografia das doenças”. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul. *Uma História Brasileira das Doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. “Cafeicultura mineira: formação e consolidação – 1809-1870”. In: IX Seminário sobre a Economia Mineira. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/MONICA.PDF>>. Acessado em: 14/07/2009.

PIMENTA, Tânia Salgado. “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”, In: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; GALVÃO SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

PIMENTEL, Waldemiro. “A verificação de óbito e a nosologia humana no 2º Reinado”, In: Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. Comissão de História Científica. 1º vol. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Brasília/Rio de Janeiro, 1984.

PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702006000400013&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 30/07/2009.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, Thiago de Souza dos. *A Memória, a família e o Barão: o discurso de repulsa ao atraso e os mecanismos de manutenção da tradição*. In: Diálogos e Aproximações: Seminário de Pesquisa de Pós-Graduação em História da UFRJ. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.dialogoseaproximacoes.kit.net>>. Acessado em 19/12/2008.

_____. *Livro de óbitos de captivos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras: um estudo demográfico, 1865-1888*. Monografia

de conclusão de curso. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2007.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult-IFCH, 2002.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e Solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais no séc. XVIII*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.

_____. “Algumas considerações sobre o alimento do homem de cor no século XVIII”. *Revista de História/USP*, nº 123/124, 1991.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Andersen Líryo; CARVALHO; Diana Maul; SOUZA, Sheila Mendonça de. “Saúde dentária dos escravos em Salvador, Bahia”, In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul. *Uma História Brasileira das Doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

- SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SORCINELLI, Paolo. “Alimentação e Saúde”, In: *História da Alimentação*. FLANDRIN, Jean Louis; MONTANARI, Massimo (Org). São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. 1ª ed. 1839. Rafael de Bivar Marquese (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____; FONSECA, Antonio Caetano da. *Tratado da cultura do algodoeiro ou arte de tirar vantagens dessa plantação*. Rio de Janeiro, 1862.
- THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TOCQUEVILLE, Aléxis. *A emancipação dos escravos*. Campinas: Papyrus, 1994.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. vol. 1. Salvador, 1969.
- VIANA, Iamara da Silva. *Morte escrava e relações de poder em Vassouras (1840-1880): hierarquias raciais, sociais e simbolismos*. Dissertação de Mestrado. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2009.

Anexos

CAUSAS RELATADAS NOS ASSENTOS DE ÓBITO DE ESCRAVOS

DOENÇA/CAUSA	GRUPO
"bronconomia dupla"	3
[remonção] e perniciosa	1
Affecção Broncho Pulmonar	3
Affecção Syphilitica	1
Amolecimento Cerebral	4
Amolecimento de cérebro	4
Anasarcha	6
Anazarca	6
Anemia Geral	6
Aneurisma	5
Apoplexia	4
Apoplexia Cerebral	4
Apoplexia Epileptica	4
apoplexia hemorragia cerebral	4
Asphixia por Submerção	6
Asthma [asma]	3
Ataque Cerebral	4
Ataque de Asma	3
Ataque de bichas	1
Ataques Epylepticos	4
bexigas	1
Bronchite	3
Bronchohiolite	3
bronco pneumonia lombar dupla croudal	3
Cancro no útero	6
Catarrho Senil	3
catarro	3
Colica	2
Complicação Pulmonar	3
compulsão nervosa	4
Congestão Cerebral	4
Congestão Pulmonar	3
Convulsões	4
coquelonche osphitica	1
Coqueluche	1
Coração	5

Delatação da orta	5
Dentição	6
Desastre	6
desenteria	1
Desenteria de Sangue	1
Desinteria	1
desinteria e dentição	1
Diarea de Sangue	2
diarreia	2
Diarrhea	2
epatização estensa de ambos os pulmões	3
Estreitamento do Orificio Ventrical	5
Febre Amarela	1
Febre Perniciosa	1
Febre Remittente	1
Febre Tiphoidal	1
Febre Typhoide	1
ferimentos de arma de fogo	6
Gangrena Senil	6
Gastro Interite	2
Gastrointerite	2
Gota	6
Hemorragia Cerebral	4
hernia estrangulada	6
Hidropenia organica de coração	5
Hirysipella Chronica	1
Hypatites	2
Hypertrofia do Coração	5
Ictericia Negra	2
inflamação de figado	2
Inflamação de Intestino	2
Inflamação do Figado	2
Insufficiencia Mitral	5
Intercolite	2
Intestino	2
Lesão Cardíaca	5
Lesão dos Centros Circulatórios	5
lesão organica do coração	5
Lesão por arma de fogo	6
Lesão Pulmonar	3
Mal do Fígado	2

Metrite Aguda	5
Molestia de Estômago	2
Molestia do Coração	5
Molestia do Fígado	2
Moléstia do Peito	3
Molestia Interna e Diarreia	2
Molestia organica do coração	5
Molestia Phisica	T
Molestia pulmonar	3
Morphea	6
Opitação	1
Paralisia	4
paralizia chronica	4
Parto	6
phthisica	T
Phtisica Pulmonar	T
Picado de Cobra	6
Pneumonia	3
Pneumonia Febrinosa	3
Polipo na Laringe	6
Polmonia aguda	3
Pralizia subsequente a apoplexia	4
Queimado	6
Raio	6
Reumatismo	6
Suicidio	6
Supuração pulmonar	3
Syncope Cardíaca	5
tétano	1
Tetano Espontaneo	1
Tetano Traumatico	1
tiyrisipella	1
Tuberculos Minintéricos	T
tuberculos pulmonares	T
Tuberculose	T
Variola	1
Vermes	1

CAUSAS RELATADAS NOS ASSENTOS DE ÓBITO DE LIVRES

DOENÇA/CAUSA	GRUPO
ASPHIXIA POR AMYGDALITE	1
"ATAQUES DE BICHAS"	1
"BRONQUITES"	3
"CONGESTÃO-CELEBRAL"	4
"CONVOLUÇÃO"	4
"CROUP"	1
"FEBRE PERNICIOZA"	1
"FEBRES-AMARELLA"	1
"INFIRMIIDADE DE PULMOENS"	3
"IPETROFIA DO CORAÇÃO"	5
"MEPHASIA" OU "HEPASIA"	6
"MOLESTIA GASTRITE"	2
"OPILAÇÃO"	1
"PLEMOPNEMONIA"	3
"SUICIDADO"	6
ACESSO PERNICIOSO	4
AFECÇÃO CANCEROZA	6
AFECÇÕES CARDIACAS	5
AFECÇÃO PULMONAR	3
AFFLIÇÃO DO FÍGADO	2
AFOGADO	6
AFOGADO NO RIO PARAYBA	6
ALBUMIMESIA	6
ALIENÇÃO MENTAL	4
AMOLLECIMENTO CEREBRAL	4
ANCORIFOMO DA ORTICA	5
ANCURVISMATICO DA ORTICE	5
ANEMIA	6
ANEMIA CEREBRAL	6
ANEMIA PERNICIOZA	6
ANEMIA PROFUNDA	6
ANEURISM DA AORTA	5
ANEURISMA	5
ANEURISMA DA HORTA ABDOMINAL	5
ANIMIA PERNICIOZA	6
ANTEROCOLITE	2
APOPLECIA FULMINANTE	4
APOPLEXIA	4
APOPLEXIA CEREBRAL	4
APOPLEXIA PULMONAR	3
ASPHIXIA	6
ASSASSINADO	6
ASTHEMA CARDIACA	5
ASTHMA	5
ATAQUE CEREBRAL	4
ATAQUE DE GOTTA	6

ATAQUE DE PARALISIA	4
ATAQUE ESTENCOS	6
ATAQUE HEPATETIFORMES (ALCOLISMO)	2
ATAQUE VERMINOSO	1
ATAQUES DE BICHAS	1
BEXIGAS	1
BROCOPNEUMONIA	3
BRONCHITE	3
BRONCHITE ASTHAMÁTICO ASPHIXIA	3
BRONCHITE CAPILAR	3
BRONCHO PNEUMONIA	3
BRONQUITE CRÔNICA	3
BROQUITE	3
CACHEXIA PALUDOSA	6
CACHEXIA SCIFILITICA	1
CACRO NO UTERO	6
CAMARAS DE SANGUE	2
CANCRO	6
CANCRO NA BOCA	6
CANCRO NA LINGA	6
CANCRO NO ESTOMAGO	2
CANCRO NO PEITO	6
CATARHO SENIL	3
CATARRHO	3
CATARRHO PULMONAR	3
CATARRHO SUFOCANTE	3
CERRHOSE DO FIGADO	2
CHOLERA INFANTIL	6
CIRHOSE DO FÍGADO	2
COLICA INTESTINAL	2
CÓLICAS AGUDAS	2
COMMOÇÃO CEREBRAL POR PANCADAS QUE RECEBEU	6
CONGESTÃO	6
CONGESTÃO BULBAR	4
CONGESTÃO CEREBRAL	4
CONGESTÃO DO BULHO	4
CONGESTÃO PULMONAR	3
CONSTIPAÇÃO	2
CONVOLUÇÕES	4
COQUELUXE	1
CRUPE	1
DE UM DESASTRE	6
DEARRHEA	2
DEARRHEA DE SANGUE	2
DEBILIDADE	6
DEBILIDADE DE CONGESTÃO	4
DEGENERESCENCIA GORDUOSA NO CORAÇÃO	5
DEGOLADO	6
DELATAÇÃO AORTICA	5
DEMENTE	6

DENTIÇÃO	6
DERRAMAMENTO CEREBRAL	4
DESASTRE	6
DESASTRE NA ESTRADA DE FERRO DE D. PEDRO II	6
DESINTERIA	1
DESINTERIA DE SANGUE	1
DESPEPSIA PELTATOSA	2
DOENÇA DO CORAÇÃO	5
D'PARTO	6
DYSENTERIA GRAVE	1
ECTERICIA	2
ECTERICIA GRAVE	2
EFRIGEM	6
EMARAÇO GASTRICO FEBRIL	2
EMBOLIA CEREBRAL	4
ENCOMODOS DO CORAÇÃO	5
ENFERMIDADE DO CEREBRO	4
ENTERITE GRAVE	2
ENVENENADA	6
ENVENENAMENTO	6
EPIPLISIA	4
EPITROPHIA DO CORAÇÃO	5
ERISIPELLA	1
ERISYPELLA CHRONICA	1
ESPASMO	6
ESTADO DE DEMENCIA	6
FEBRE	6
FEBRE "PERNECIOZA"	1
FEBRE ADYNAMICA	1
FEBRE ALGIDA	1
FEBRE AMARELA	1
FEBRE BELIOSA GRAVE	1
FEBRE BELLIOSA	1
FEBRE BILIOSA REMITENTE	1
FEBRE BILIOSA SEGUIDA DE ABORTO	1
FEBRE CEREBRAL	4
FEBRE GASTITE	1
FEBRE PERNISIOSA	1
FEBRE REMINOSA	1
FEBRE REMITENTE BILIOSA GRAVE	1
FEBRE REMITTENE PALUDOSA	1
FEBRE REMITTENTE	1
FEBRE REMITTENTE PALUDOSA	1
FEBRE REMITTENTE TYPHOIDE	1
FEBRE SEPTCEMICA	1
FEBRE THIFOIDE	1
FEBRE TIPICA	1
FEBRE TRAUMÁTICA	1
FEBRE TUBERCULOSA	T
FEBRES	6

FERIMENTO PENETRANTE DO ABDOMEM	6
FERIMENTOS E FRACTURAS NO TERÇO INFERIOR DA PERNA	6
FOGO BRAVO	6
FRATURA DA ESPINHA, AMOLECIMENTO CEREBRAL	4
FREBRE LAVRADA COM CARACTER DE PHTISICA	T
GANGRENA	6
GANGRENA SENIL	6
GASTRO HEPATITE	2
GASTRO INTERITE	2
GOTA	6
GRANULIA	T
HDROPISIA	6
HEMATHERICA CATARRO VESICAL	1
HEMILEGIA CEREBRAL	4
HEMIPLEGIA	4
HEMORRAGIA CEREBRAL	4
HEPATIRAÇÃO DO PULMÃO ESQUERDO E CATHARRO GENERALI	3
HEPATITE	2
HERNIA ESCROTAL ESTRANGULADO	6
HERNIA ESTRANGULADA	6
HIDROPEZIA	6
HIPERTROPHIA DO CORAÇÃO	5
HYDROCEFALIA	4
ICTIRICIA	2
INCOMMODOS INTESTINAES CRONICOS	2
INDIGESTÃO	6
INFLAMAÇÃO DE FIGADO	2
INFLAMAÇÃO DE INTESTINOS	2
INSUFFICIENCIA ORTICA	5
INSUFICIENCIA MITRAL	5
INTEROCOLITE	2
LARAGYTE TUBERCULOSES	T
LESÃO NO CORAÇÃO	5
LESÃO ORGANICA DE CORAÇÃO	5
LIMPHISICA PERNICIOSA	T
MAL DE SETE DIAS	6
MARAMO SENIL	6
MARASMÁTICO	6
MARASMO	6
MENINGITE	1
MOL DO CORAÇÃO	5
MOL DO PEITO	3
MOL INFLAMAÇÃO DE FÍGADO	2
MOL. PHETISICA PULMONAR	T
MOLESTIA "FEBRE PERNICIOZA"	1
MOLESTIA "PHI TISICA POLMONAR"	T
MOLESTIA "TIPHOIDE"	1
MOLESTIA CORAÇÃO	5
MOLESTIA DA BEXIGA	6

MOLESTIA DA CABEÇA	4
MOLESTIA DE "CONVOLUÇÕES"	4
MOLESTIA DE "ENTRAS NA NUCA"	4
MOLESTIA DE BROQUITE	3
MOLESTIA DE DETENÇÃO	6
MOLESTIA DE FÍGADO	2
MORDEDURA DE COBRA	6
PARALISIA	4
PARALISIA INTESTINAL	2
PARALISIA MENTAL	4
PARALYSIA	4
PARAPLEGIA	4
PARAPLEGIA POR LEZÃO DA ESPINHA	4
PARTO	6
PHISICA	T
PHISICA PULMONAR / PNEUMONIA	T
PHITHISICA	T
PHITHISICA LARINGE	T
PHITHISICA MESENERICA	T
PHITHISICA PULMONAR	T
PHITHISICA PULMONARES	T
PHITHISICA SYPHILITICA DA LARINGE	T
PHITHISICA TUBERCULOZO	T
PHITISIA MESENERICA	T
PNEUMONIA	3
PNEUMONIA CATARRHAL	3
PNEUMONIA COM FUNDO BILIOSO	3
PNEUMONIA REUMATISMAL	3
PNEUMONIA THIFICA	T
PROBLEMA PULMONAR	3
PTHISICA	T
QUEBRADURA	6
QUEIMADURA	6
RACHETISMO	6
RHEUMATISMO	6
SARAMPO	1
SCYRHOSE DO FIGADO	2
SERROSE HEPÁTICA	2
SIRROZE DE FIGADO	2
SISTITE CRÔNICA	6
SPTICEMIA	1
STEANOSE DE CORAÇÃO	5
SUFORMIA INTERTROPICAL	6
SUICÍDIO	6
SYCOMPE CARDIACA	5
SYRROSE DO FIGADO	2
TETANO	6
TETANO ESPONTANEO	1
TETAREO TRAUMATICO	1
THISICA	T

THISICA PULMONAR	T
THISICA TUBERCULOSA	T
TIRO	6
TISICA CASEOSA	T
TISICA CASIOSA	T
TISICA GALOPANTE	T
TISICA LARINGE	T
TISICA MESENTÉRICA	T
TOBERCULOS PULMONARES	T
TOSSE	3
TOSSE COQUELUCHE	1
TUBERCULLOS MESENTIRICOS	T
TUBERCULLOS PULMONARES	T
TUBERCULOSE	T
TUMOR BRANCO	6
TUMOR CANCEROZO	6
TUMOR FIBROSO NO ÚTERO	6
TUMOR NA FOSSA	6
TUMOR NO FIGADO	2
TUMOR NO UTERO	6
TUMORNA FOSSAELIACA ESQUERDA	6
TYPHO	1
ULCERA NO ESTOMAGO	2
UM TIRO	6
UMA QUEDA	6
VARIOLA	1
VELHICE	6
VERMES	1
VERMES E DENTIÇÃO	1
VERMES INTESTINAES	1